



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA (PPGE)**

**DINÂMICAS COMERCIAIS DA CASTANHA DE CAJU EM GUINÉ-BISSAU:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
DO PAÍS**

SUAIBO DJAU

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)**

**DINÂMICAS COMERCIAIS DE CASTANHA DE CAJU EM GUINÉ-BISSAU:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
DO PAÍS**

SUAIBO DJAU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior

Foz do Iguaçu
2025

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

D623d

Djau, Suaibo.

Dinâmicas comerciais da castanha de caju em Guiné-Bissau: contribuições e desafios para o desenvolvimento socioeconômico do país / Suaibo Djau. - Foz do Iguaçu, 2025.

153 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de PósGraduação em Economia (PPGE).

Orientador: Valdemar João Wesz Junior.

1. Alimentos - Comércio - Guiné-Bissau. 2. Valor (Economia). 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 4. Castanha-de-caju - Comércio. I. Wesz Junior, Valdemar João. II. Título.

SUAIBO DJAU

**DINÂMICAS COMERCIAIS DE CASTANHA DE CAJU EM GUINÉ-BISSAU:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
DO PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior
UNILA

Prof. Dr. Eduardo de Pintor
UNILA

Prof.^a Dra. Sandra Maria Guimarães Callado
UNILAB

Foz do Iguaçu, 16 de junho de 2025.

DEDICATÓRIA

À memória dos meus eternos pais, Aladje Djacaria Djau e Aua Sigue, cuja trajetória de vida e valores permanecem como fonte inesgotável de inspiração e exemplo.

À memória dos meus saudosos irmãos, Aliu Djau e Abdul Madjidu Djau, cujas lembranças e ensinamentos continuam a iluminar meus passos.

A todos os meus familiares, em especial aos meus irmãos e irmãs que, com sua presença, afeto e apoio, sempre me fortaleceram ao longo desta jornada.

À minha estimada comunidade de Sintchã Aladje e à Família Djau, de modo geral, pelo vínculo identitário, cultural e afetivo, que constitui a base sólida de minha formação pessoal e social.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, rendo graças a Deus, ser supremo e fonte inexaurível de vida, sabedoria e força, por ter sustentado minha existência e iluminado minha caminhada não apenas nesta exigente e extenuante trajetória acadêmica, mas em todos os momentos da minha vida. Sua presença infalível, guia e amparo, concedeu-me resiliência, coragem, firmeza, fé, paciência e a convicção inabalável de que sou capaz de alcançar e concretizar os mais elevados ideais. Mesmo nas horas mais sombrias, quando o desalento ameaçava sobrepujar-me, Deus renovou minhas forças e impulsionou-me a perseverar.

À minha amada mãe, Aua Sigue, minha heroína, mentora e razão maior da minha existência, expresso a mais profunda e eterna gratidão, pelo amor incondicional, pelo exemplo de dignidade e pela incansável dedicação, que sempre me inspiraram. Nos momentos mais difíceis e extenuantes, sua palavra firme e seu apoio inabalável foram alento e estímulo, recordando-me de que o trabalho inteligente, embora árduo, enobrece e conduz, inexoravelmente, ao êxito. Seus ensinamentos, que me incutiram a crença de que posso ser e realizar tudo aquilo a que me proponha, constituem legado imperecível que levarei por toda a vida.

Ao meu pai, Aladje Djacaria Djau, minha referência maior e exemplo de retidão, devo minha admiração e respeito profundos. Mesmo enfrentando inúmeras adversidades, sempre me fortaleceu e me ensinou, com sabedoria e dignidade, que o investimento no conhecimento é instrumento de libertação e poder, capaz de transformar não apenas minha própria existência e a de minha família, mas também contribuir para a melhoria da humanidade e do mundo. Meus pais são as figuras mais significativas de minha vida, baluartes de minha formação e os exemplos mais elevados que inspiro-me a seguir.

Aos meus irmãos e irmãs, cujo apoio incondicional jamais faltou, manifesto igualmente minha sincera e comovida gratidão. Embora não os (as) nomeie individualmente, cada um (a) deles (as) ocupa um espaço singular e insubstituível em meu coração e em minha trajetória. Mesmo em minha ausência, dedicada aos estudos, dentro e fora de meu país, sempre me alentaram com palavras e gestos de apoio, ensinando-me que o futuro é semeado com esforço perseverante, disciplina, humildade, paciência, esperança e consistência. Sem o suporte deles (as), dificilmente teria alcançado esta etapa da minha vida, representada pela presente dissertação de mestrado, que simboliza o mais elevado grau de instrução acadêmica até então conquistado por um membro de minha família.

Estendo, com igual deferência, meus agradecimentos às minhas madrastras, tios e tias, primos e primas, sobrinhas e sobrinhas, cunhados e cunhadas, todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram, com incentivo e afeto, para minha formação pessoal, acadêmica e profissional.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), expresso meu reconhecimento pela inestimável oportunidade de realizar o curso de Mestrado em Economia, por meio do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), que me conferiu a titulação de Mestre. Ao corpo docente, ao colegiado, à coordenação e à secretaria, manifesto minha sincera gratidão pelo comprometimento, apoio e excelência demonstrados ao longo desta jornada.

Ao Programa de Bolsa Institucional da UNILA (PROBIU) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pelo imprescindível apoio financeiro, sem o qual seria inviável a manutenção e conclusão desta pesquisa.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), registro meu profundo apreço pela oportunidade de cursar o Bacharelado em Administração Pública, possibilitando-me ser o primeiro de minha família a obter um diploma de nível superior, marco que orgulhosamente celebro.

Expresso minha mais elevada e sincera gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior, pela orientação competente, rigorosa, comprometida e dedicada, pela paciência, compreensão, estímulo constante, apoio e confiança. Seus valiosos ensinamentos e minuciosas correções foram determinantes não apenas para o desenvolvimento e a qualidade desta dissertação, mas também para minha formação intelectual e acadêmica. Este trabalho resulta, em grande medida, das proflúas e instigantes discussões originadas na disciplina Políticas Públicas de Desenvolvimento do Espaço Rural, por ele ministrada, as quais aprofundaram minha capacidade crítica e consolidaram minha trajetória como pesquisador.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNILA, embora não os cite individualmente, reitero minha sincera e profunda gratidão pelos relevantes ensinamentos transmitidos. Suas contribuições foram essenciais não apenas para a expansão de meus conhecimentos teóricos e analíticos, mas também para minha formação ética e humanística, demonstrando, com seus exemplos, a relevância da educação como instrumento de transformação pessoal e social. A expressão "mestre" é, por certo, insuficiente para dimensionar a grandeza de sua dedicação e excelência, razão pela qual deixo aqui registrado meu mais sincero e perene agradecimento.

Aos meus colegas, amigos e amigas da turma 2023.1 do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNILA, rendo homenagem e reconhecimento pela partilha desta caminhada. Em especial, à minha parceira de vida, companheira e futura esposa, Flor Abigail de La Flor Chávez, agradeço pelo amor, apoio, incentivo, força e motivação com que sempre me acompanhou, tanto nos momentos de desalento e estresse quanto nos de alegria e realização, ao longo de nossa trajetória no mestrado e fora dele, em todas as esferas da vida.

Estendo minha gratidão aos colegas e amigos da turma — Jeff Constant, Faniel Frenat, Gabriel Dutra Ferreira de Castro, Marcos Jardim Pinheiro, Maria Imaculada de Souza Saqueto, Markson Rangel Silva, Mickenson Jean Baptiste e Thales Ramos da Silva — pelo companheirismo, camaradagem e apoio fraterno ao longo dessa jornada formativa. Foram parceiros valiosos nesta etapa e permanecerão, com estima, em minha memória.

Aos amigos e amigas que se tornaram verdadeiros irmãos e irmãs — Ismail Amadu Baldé, Amadu Saico Baldé, Amadu Djau (irmão), Mama Saliu Culubali e, em especial, à querida amiga-irmã Nanci Crisalida Pereira —, expresso minha mais profunda gratidão. A todos, inclusive aos que não foram nomeados, mas que contribuíram significativamente para minha formação, levo comigo o afeto, os laços de amizade e os aprendizados que seguirão vivos em minha trajetória.

Dirijo especial agradecimento aos pesquisadores de campo e familiares: meus primos-irmãos Amadu Djau, da Aldeia de Buntunsun, setor de Ganadú, na região de Bafatá, e Carlitos Americano Regna, em Bissau. Apesar das inúmeras adversidades logísticas, de transporte, comunicação e emocionais, ambos tornaram possível a concretização desta pesquisa, cuja contribuição extrapola os limites desta dissertação, alcançando potencial impacto social e acadêmico duradouro.

Aos fotógrafos que enriqueceram este trabalho com imagens significativas, especialmente meu irmão Amadu Djau, da Aldeia de Sintchã Aladje, setor de Ganadú, cuja mediação na comunicação com os colaboradores de campo e papel decisivo na produção das fotografias foi inestimável, registro minha sincera gratidão. Igualmente a Serifo Djau, meu irmão, e Umo Djau, minha sobrinha, que também contribuíram com dedicação e competência na documentação fotográfica deste estudo.

Aos entrevistados, atores-chave nesta investigação, agradeço profundamente por terem dedicado seu tempo e compartilhado, com generosidade, suas experiências e saberes. Sua colaboração foi imprescindível para a compreensão aprofundada dos desafios e possibilidades de soluções para o setor agrícola da castanha de caju em nosso país. Entre eles e elas, menciono com gratidão: Muniro Djau, Amadu Djau, Adulai Nhamadjó, Amadu Djau (Administrador), Tidjane Danfa, Almane Conté (setor Ganadú); Saliu Sané, Tchernó Sané, Mamadu Candé, Abdul Carim Gasicó, Uié Djanna, Adulai Baldé (setor de Cuntuboel); Adiatu Djaló, Madiu Embaló, Mansata Embaló, Adulai Nhamadjó, Mussa Baldé, Mamadu Aliu Só (setor de Xitole); Sadjo Baldé, Mamadu Baldé, Iaia Candé, Adama Baldé, Braima Pidulo, Mamudo Dembo (setor de Galomaro Cossé); Caba Baldé, Mamadu Gonó, Cumsa Clodé, João Varela Junior, Assana Camara, José Manuel da Silva (setor de Bambadinca); Pedro da Pen, Suaibo Dembo, Serifo Mussa Indjai, Domingos Mendes Pereira, Braima Dramé, Abduramani Djalo (setor de Bafatá); Jaime Boles Gomes, Dabana Baial Sambri, Noné sio Luís Correia Simões Pereira, Badile Domingos Sami, Antônio Matche, Halen Armando Nafio, Augusto Quibos Nhina e André Lopes da Veiga Nanque (Setor Autônomo de Bissau). A todos, expresso meu mais elevado reconhecimento e gratidão: sem sua valiosa colaboração, esta investigação não teria alcançado a profundidade e riqueza que ora apresenta.

Dirijo, ainda, minha gratidão ao Estado da Guiné-Bissau, não apenas pelo orgulho de ser cidadão desta nação, mas também por ter-me proporcionado acesso ao ensino formal de qualidade, que serviu como alicerce para minha formação. Igualmente, manifesto sincero apreço ao governo da República Federativa do Brasil, que me acolheu e permitiu, por meio de políticas públicas educacionais inclusivas, conquistar, primeiramente, o grau de Bacharel em Administração Pública e, ora, o título de Mestre em Economia.

Por fim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação pessoal, acadêmica e profissional, registro meus mais sinceros e profundos agradecimentos. A cada um e cada uma que, de alguma forma, fez parte desta jornada, dedico esta conquista, fruto coletivo de incentivo, apoio e partilha.

EPÍGRAFE

Nenhuma riqueza é sustentável sem a inclusão efetiva de quem a produz. A castanha de caju configura-se como vetor potencial de transformação socioeconômica da Guiné-Bissau, mas somente cumprirá esse papel se o capital humano for colocado no centro da dinâmica produtiva. Sem equidade nas relações de troca, não há desenvolvimento que alcance aqueles que, com seu trabalho, sustentam a base econômica da nação.

– Suaibo Djau

RESUMO

A economia da Guiné-Bissau está fortemente ancorada no setor agrícola, tendo a produção de castanha de caju como seu principal eixo. O caju representa mais de 13% do PIB, até 97% das receitas de exportação e 33% da renda das famílias rurais, constituindo-se como a base do comércio exterior. O setor agrícola, que engloba a produção de caju, responde por mais de 50% do PIB e emprega cerca de 85% da população ativa. Apesar dessa centralidade, a cadeia produtiva do caju apresenta fragilidades estruturais: prevalece a exportação da castanha *in natura*, a ausência de uma indústria transformadora local e a vulnerabilidade dos pequenos produtores, que enfrentam um mercado dominado por intermediários, comerciantes e exportadores. Diante disso, este estudo busca compreender as dinâmicas comerciais da castanha de caju na Guiné-Bissau, focalizando os entraves estruturais e as possibilidades de contribuição do setor ao desenvolvimento socioeconômico do país. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em fontes secundárias e dados primários. Primeiramente, realiza-se uma análise documental e bibliográfica, com base em relatórios de instituições como FMI, FAO, PNUD, Banco Mundial, OMC e entidades governamentais nacionais. Em seguida, são conduzidas entrevistas semiestruturadas com 44 atores da cadeia produtiva, nas regiões de Bafatá e Bissau. Os entrevistados incluem agricultores, comerciantes, empresários, servidores públicos, acadêmicos e representantes políticos e sociais. Os resultados revelam um paradoxo: embora a castanha de caju seja central para a balança comercial do país, a falta de uma política industrial eficaz limita a integração da Guiné-Bissau à economia global. A matéria-prima é majoritariamente exportada para a Índia, onde ocorre seu beneficiamento, industrialização e agregação de valor, gerando retornos significativos para aqueles mercados. Já a Guiné-Bissau permanece vinculada a um modelo primário-exportador de baixa complexidade produtiva. A ausência de infraestrutura adequada, o ambiente político instável e a escassez de incentivos estatais dificultam o investimento privado e perpetuam o ciclo de subdesenvolvimento. A pesquisa também evidencia um mercado assimétrico e desorganizado, em que pequenos produtores têm reduzido poder de negociação e enfrentam preços impostos por compradores que maximizam seus lucros. A falta de regulação eficaz, de assistência técnica e de financiamento acessível amplia essa desigualdade. A industrialização é inviabilizada por entraves estruturais que comprometem a modernização da cadeia e a justa redistribuição dos benefícios da exportação. Diante desse cenário, o estudo propõe medidas para reforçar a competitividade do caju guineense, como a formulação de políticas públicas voltadas à industrialização, estímulo à formação de cooperativas, investimentos logísticos e fiscais, e a construção de uma governança transparente. As conclusões indicam que a castanha de caju pode se tornar um vetor de transformação econômica, desde que inserida em uma estratégia de desenvolvimento integrada e coerente. A transição de um modelo agroexportador para outro baseado na agregação de valor exige uma ação coordenada entre o Estado, o setor privado e as instituições internacionais, orientada à modernização das estruturas produtivas e à ampliação da autonomia econômica nacional.

Palavras-chave: Dinâmicas Comerciais. Cadeia de Valor. Desenvolvimento Socioeconômico. Castanha de Caju. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

Guinea-Bissau's economy is deeply rooted in the agricultural sector, with cashew nut production serving as its primary economic pillar. Cashew accounts for over 13% of GDP, up to 97% of export revenues, and 33% of rural household income, establishing itself as the backbone of the country's foreign trade. The agricultural sector, which includes cashew production, contributes more than 50% of GDP and provides employment to approximately 85% of the population. However, this economic centrality does not translate into sustainable development, as the value chain remains structurally fragile, marked by the predominance of raw nut exports, the absence of a local processing industry, and the vulnerability of small-scale producers in a market dominated by traders, intermediaries, and exporters. In this context, this study aims to examine the commercial dynamics of the cashew sector in Guinea-Bissau, focusing on structural challenges and the sector's potential contributions to the country's socioeconomic development. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on both secondary sources and primary data. First, a documental and bibliographic analysis is carried out, drawing on reports from institutions such as the IMF, FAO, UNDP, World Bank, WTO, and national government bodies. Then, semi-structured interviews are conducted with 44 actors in the value chain, across the regions of Bafatá and Bissau. The interviewees include farmers, traders, entrepreneurs, civil servants, academics, and political and social representatives. The findings reveal an economic paradox: despite the central role of cashew nuts in the country's trade balance, the lack of a robust industrial policy hinders Guinea-Bissau's integration into the global economy. The raw material is mainly exported to India, where it is processed and has its value significantly increased, yielding substantial economic returns for those countries. Meanwhile, Guinea-Bissau remains tied to a low-complexity primary export model. Weak logistical infrastructure, political instability, and the lack of government incentives create an uncertain environment that discourages private investment and perpetuates a cycle of economic underdevelopment. The study also highlights an asymmetric and disorganized market in which small producers have limited bargaining power and are subject to prices imposed by buyers seeking to maximize their profits. The absence of effective regulation, technical assistance, and accessible financing exacerbates these inequalities. Industrialization efforts are further obstructed by structural constraints that hinder the modernization of the value chain and the fair distribution of export benefits. Given this scenario, the study proposes several measures to enhance the competitiveness of Guinea-Bissau's cashew sector, including the development of public policies aimed at local industrialization, support for cooperative formation, investment in infrastructure and tax incentives, and the establishment of transparent governance mechanisms. The study concludes that cashew nuts could play a transformative role in the national economy, provided they are embedded in a coherent industrial and commercial development strategy. Transitioning from a raw-material-based export model to one focused on value addition requires coordinated efforts by the state, private sector, and international organizations toward productive modernization and economic autonomy.

Keywords: *Commercial Dynamics, Value Chain, Socioeconomic Development, Cashew Nuts, Guinea-Bissau*

RESUMEN

La economía de Guinea-Bisáu está firmemente anclada en el sector agrícola, teniendo la producción de anacardo como su principal eje. El anacardo representa más del 13% del PIB, hasta el 97% de los ingresos por exportaciones y el 33% de los ingresos de los hogares rurales, constituyéndose como la base del comercio exterior. El sector agrícola, que incluye la producción de anacardo, responde por más del 50% del PIB y emplea aproximadamente al 85% de la población activa. A pesar de esta centralidad, la cadena productiva del anacardo presenta fragilidades estructurales: predomina la exportación de la nuez en estado natural, existe la ausencia de una industria local de transformación y se observa la vulnerabilidad de los pequeños productores, quienes enfrentan un mercado dominado por intermediarios, comerciantes y exportadores. Ante este panorama, el presente estudio busca comprender las dinámicas comerciales del anacardo en Guinea-Bisáu, enfocándose en los obstáculos estructurales y en las posibilidades de contribución del sector al desarrollo socioeconómico del país. La investigación adopta un enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, fundamentado en fuentes secundarias y datos primarios. En primer lugar, se realiza un análisis documental y bibliográfico, basado en informes de instituciones como el FMI, la FAO, el PNUD, el Banco Mundial, la OMC y organismos gubernamentales nacionales. Posteriormente, se llevan a cabo entrevistas semiestructuradas con 44 actores de la cadena productiva, en las regiones de Bafatá y Bisáu. Los entrevistados incluyen agricultores, comerciantes, empresarios, funcionarios públicos, académicos y representantes políticos y sociales. Los resultados revelan una paradoja: aunque el anacardo es central para la balanza comercial del país, la falta de una política industrial eficaz limita la integración de Guinea-Bisáu en la economía global. La materia prima es mayoritariamente exportada a la India, donde se lleva a cabo su procesamiento y agregación de valor, generando retornos significativos para esos mercados. Por su parte, Guinea-Bisáu permanece vinculada a un modelo primario-exportador de baja complejidad productiva. La ausencia de una infraestructura adecuada, el entorno político inestable y la escasez de incentivos estatales dificultan la inversión privada y perpetúan el ciclo de subdesarrollo. La investigación también evidencia un mercado asimétrico y desorganizado, en el cual los pequeños productores tienen un poder de negociación reducido y enfrentan precios impuestos por compradores que maximizan sus beneficios. La falta de una regulación eficaz, de asistencia técnica y de financiamiento accesible amplía esta desigualdad. La industrialización se ve invisibilizada por obstáculos estructurales que comprometen la modernización de la cadena y la justa redistribución de los beneficios de la exportación. Frente a este escenario, el estudio propone medidas para reforzar la competitividad del anacardo guineense, tales como la formulación de políticas públicas orientadas a la industrialización, el estímulo a la formación de cooperativas, inversiones logísticas y fiscales, y la construcción de una gobernanza transparente. Las conclusiones indican que el anacardo puede convertirse en un vector de transformación económica, siempre que se inserte en una estrategia de desarrollo integrada y coherente. La transición de un modelo agroexportador a otro basado en la agregación de valor requiere una acción coordinada entre el Estado, el sector privado y las instituciones internacionales, orientada a la modernización de las estructuras productivas y a la ampliación de la autonomía económica nacional.

Palabras-clave: *Dinámicas Comerciales. Cadena de Valor. Desarrollo Socioeconómico. Anacardo. Guinea-Bisáu.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Geográfica e Administrativa da Guiné-Bissau	20
Figura 2 – Contribuições Setoriais (Primário, Secundário e Terciário) no PIB da Guiné-Bissau (1970-2023)	27
Figura 3 – Evolução do Crescimento Econômico Real Geral e Setoriais da Guiné-Bissau (2017-2024)	29
Figura 4 – Evolução Recente do PIB Real a Preços de 2015 e Inflação da Guiné-Bissau (2017-2024)	31
Figura 5 – Evolução da Área (ha) de Produção de Caju em Guiné-Bissau (1961 - 2022)	36
Figura 6 – Evolução da Produção da Castanha de Caju em Guiné-Bissau (1961 - 2022)	37
Figura 7 – Evolução das Exportações da Castanha de Caju <i>in natura</i> em Guiné-Bissau - (1961 - 2022)	38
Figura 8 – Segmentos de uma Cadeia Produtiva Agropecuária	47
Figura 9 – Sistema de plantio alinhado de cajueiros na Guiné-Bissau	50
Figura 10 – Variedades de caju na Guiné-Bissau com pseudofruto amarelo e vermelho	51
Figura 11 – Separação da castanha de caju da polpa sem critérios técnicos na escolha de sementes	54
Figura 12 – Cajueiro de Terra e de Moçambique - variedades comuns na Guiné-Bissau	55
Figura 13 – Processo de secagem da castanha de caju após a colheita	56
Figura 14 – Evolução das Exportações (em mil ton) da castanha de caju <i>in natura</i> da Guiné-Bissau (2016-2025)	62
Figura 15 – Dinâmica do comércio interno da castanha de caju na Guiné-Bissau	77
Figura 16 – Precariedade na armazenagem da castanha de caju na Guiné-Bissau	96

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Sistema de plantio alinhado de cajueiros na Guiné-Bissau	50
Fotografia 2 – Variedades de caju na Guiné-Bissau com pseudofruto amarelo e vermelho	51
Fotografia 3 – Separação da castanha de caju da polpa sem critérios técnicos na escolha de sementes	54
Fotografia 4 – Cajueiro de Terra e de Moçambique - variedades comuns na Guiné-Bissau	55
Fotografia 5 – Processo de secagem da castanha de caju após a colheita	56
Fotografia 6 – Precariedade na armazenagem da castanha de caju na Guiné-Bissau	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da Área (Zonas) de Produção da Castanha de Caju da Guiné-Bissau	53
Quadro 2 – Relação das perguntas para grupos de pesquisa	69
Quadro 3 – Relação de Entrevistas na Região de Bafatá	70
Quadro 4 – Relação das entrevistas no Setor Autônomo de Bissau (SAB)	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção Global da Castanha de Caju em Milhões de Tonelada por Continente (2016-2021)	39
Tabela 2 – Produção Global da Castanha de Caju (<i>in natura</i>) por País em Toneladas (2017-2021)	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEX	Associação Guineense dos Exportadores de Castanha de Caju
ANAG	Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau
ANEME	Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas
ANP	Assembleia Nacional Popular
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCB	Banco Central do Brasil
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
CCIAS	Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CILSS	Comitê Interestadual Permanente de Luta Contra a Seca no Sahel
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPD Fund	Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GB	Guiné-Bissau
IFAD	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
INE	Instituto Nacional de Estatística
INACEP	Imprensa Nacional, Empresa Pública
ITC	Centro de Comércio Internacional
MEPIR	Ministério da Economia, Plano e Integração Regional
MF	Ministério das Finanças
MP	Ministério das Pescas
OEC	Observatório de Complexidade Econômica
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Economia
SAB	Setor Autônomo de Bissau
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VOA	Voz da América
WFP	Programa Mundial de Alimentos
WTO	Organização Mundial do Comércio

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	19
2.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA	19
2.2. CONTEXTO SOCIAL, CULTURAL E RELIGIOSO	20
2.3. CONTEXTO ADMINISTRATIVO	22
2.4. CONTEXTO HISTÓRICO	23
2.6. CONTEXTO ECONÔMICO	26
2.6.1 Análise Conjunta dos Setores Econômicos	26
2.6.2 Evoluções Econômicas Recentes	29
3. HISTÓRIA DA CASTANHA EM GUINÉ-BISSAU E A SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO GLOBAL	35
3.1 PASSADO E PRESENTE DA CASTANHA NA GUINÉ-BISSAU	35
3.2 GUINÉ-BISSAU NO MERCADO MUNDIAL DE CASTANHA DE CAJU	42
4. CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA DE CAJU DA GUINÉ-BISSAU	46
4.1 CADEIA PRODUTIVA: BREVE REVISÃO TEÓRICA	46
4.2. ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA	49
4.3 CADEIA PRODUTIVA DE CAJUCULTURA NA GUINÉ-BISSAU	51
4.3.1 Segmentos de máquinas e insumos (“antes da porteira”)	51
4.3.2 Produção (“dentro da porteira”)	52
4.3.3 Comercialização (“depois da porteira”)	60
4.3.3.1 Mercado Interno	61
4.3.3.2 Mercado Regional	64
4.3.3.3 Mercado Asiático	64
4.4 AMBIENTE ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL	67
5. METODOLOGIA DA PESQUISA	71
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
5.2 ANÁLISE DE DADOS	74
6. DINÂMICAS COMERCIAIS DA CASTANHA DE CAJU EM GUINÉ-BISSAU	75
6.1 DINÂMICA COMERCIAL DA CASTANHA DE CAJU	75
6.1.1 Decisão do Momento de Venda	76
6.1.2 Prática de Escambo: Castanha por Arroz	77
6.1.3 Lucros Desiguais na Cadeia da Castanha de Caju	79
6.1.4 Mercado Interno, Atores Comerciais e Formação de Preços	80
6.1.4.1 Mercado Interno	81
6.1.4.2 Dinâmica dos Atores e Definição de Preço	83
6.1.4.2.1 Intervenção Pública na Definição do Preço-Base	84
6.1.4.3 Dinâmica entre Produtores, Comerciantes, Intermediários e Exportadores	86
6.1.4.4 A Intervenção de Grossistas	91
6.1.4.5 Estrutura de Preços e Fatores que Impactam as Negociações	94
6.1.4.5.1 Infraestrutura, Mercado Informal e Redes de Relacionamento	95
6.1.4.6 Negociação de Exportadores para Brokes	96
7. DESAFIOS PRESENTES NO COMÉRCIO DA CASTANHA DE CAJU	99
7.1 INFRAESTRUTURA DEFICIENTE, LOGÍSTICA PRECÁRIA E ISOLAMENTO DE MERCADOS	100
7.2 ESCASSEZ DE CRÉDITO, INFRAESTRUTURA BANCÁRIA E DEPENDÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS	103
7.3 INSTABILIDADE POLÍTICA, FALTA DE APOIO GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES	105
7.4 DEPENDÊNCIA DE UMA ÚNICA CULTURA E FALTA DE DIVERSIFICAÇÃO	107
7.5 INTERMEDIÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRÁTICAS DESLEAIS	108
7.6 TROCA DE CASTANHA POR ARROZ: UMA PRÁTICA ESSENCIAL, MAS DESFAVORÁVEL	110
7.7 FALTA DE FISCALIZAÇÃO, REGULAÇÃO EFICAZ E CORRUPÇÃO	114
7.8 COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL, DEPENDÊNCIA EXTERNA, AUSÊNCIA DE PROCESSAMENTO LOCAL	116
7.9 ORGANIZAÇÃO FRÁGIL DOS PRODUTORES RURAIS	119
7.11 BARREIRAS FISCAIS AO COMÉRCIO DO CAJU	123
7.12 O CUSTO INVISÍVEL DA COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
GLOSSÁRIO	143
APÊNDICES	145

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau, com 1,8 milhão de habitantes, localizada na África Ocidental, é um exemplo paradoxal no desenvolvimento pós-colonial. Desde sua independência de Portugal em 1973, o país enfrenta uma economia frágil, com 65% da população abaixo da linha de pobreza (FMI, 2021), um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os 10 mais baixos do mundo (PNUD, 2019), uma expectativa de vida de 58 anos e um Produto Interno Bruto (PIB) de 1,5 bilhões de dólares (PNUD, 2019). Globalmente, ocupa posições inferiores em comércio e investimentos, sendo 173º em exportações, 193º em importações e 190º na recepção de Investimento Estrangeiro Direto (IED) (ACEP, 2024; DM, 2024). Seu território de 36.125 km², com manguezais e savanas, possui uma biodiversidade rica, mas é também palco de grande instabilidade política, com 4 golpes de Estado nas últimas três décadas (INE, 2023; WB, 2024).

A Guiné-Bissau é um dos maiores produtores mundiais de castanha de caju, com um *Kernel Output Ratio* (*KOR*¹) competitivo. No entanto, quase toda a produção é exportada sem processamento, refletindo a falta de investimentos em industrialização. Essa dependência externa reflete séculos de negligência em investimentos para industrialização e diversificação da pauta exportadora. A cadeia produtiva enfrenta obstáculos como infraestrutura precária, ausência de políticas de apoio aos produtores e relações comerciais assimétricas, onde intermediários impõem preços baixos, perpetuando a pobreza rural (Mendes, 2010; Seca, 2020).

A agricultura, que representa mais de 50,9% do PIB (AEO, 2024) e 85% dos empregos (Terra Ranka, 2015), é essencial para a economia e as relações sociais e culturais. A castanha de caju, introduzida pelos portugueses no século XIX, se tornou a principal âncora econômica do país, contribuindo com mais de 13% para o PIB (MEF, 2022), representando entre 85% a 97% das receitas totais de exportação e 33% da renda das famílias rurais (D’Almeida, 2020; Seca, 2020). Entretanto, este produto também é símbolo de contradições no país. Em 2022, foram exportadas 190 mil toneladas, gerando USD 120 milhões (MEF, 2022). Contudo, 98,3% das exportações são de matéria-prima bruta para a Índia, maior importadora, que revende o produto processado com 400% de valor agregado (UNCTAD, 2021; OEC, 2024).

¹O *Kernel Output Ratio* (*KOR*) é uma medida de avaliação da qualidade das amêndoas de castanha-de-caju. Ele representa a quantidade de amêndoas obtidas por unidade de peso da castanha com casca, geralmente expressa em libras de amêndoas por 80 kg de castanha bruta. Quanto maior o *KOR*, melhor é a qualidade da castanha, pois indica uma maior quantidade de amêndoa extraída em relação ao peso bruto. As castanhas-de-caju da Guiné-Bissau, por exemplo, são reconhecidas por seu *KOR* elevado, que frequentemente atinge valores entre 48 e 55, colocando-as entre as melhores do mundo. Um *KOR* alto é um indicativo de maior rendimento na produção e, consequentemente, de maior valor comercial.

Esse quadro configura o que poderia ser chamado de “Paradoxo Guineense: Riqueza Natural, Pobreza Estrutural”. A cajucultura ilustra o que economistas chamam de "doença holandesa agrícola", onde a abundância de um recurso natural impede a diversificação econômica. Entre 2000 e 2020, a área cultivada com cajueiros cresceu 270%, substituindo culturas alimentares como arroz e milho (FAO, 2023). Como consequência, o país importa 80% do arroz consumido, expondo-se a crises de segurança alimentar em momentos de choques externos (WFP, 2024).

Esse modelo gera um ciclo vicioso: 1) Dependência de preços internacionais — a queda de USD 1.500 para USD 800 por tonelada entre 2016 e 2020 contraiu 7% do PIB (FMI, 2021); 2) Concentração de renda — 70% dos lucros ficam com 12 empresas exportadoras, muitas ligadas a elites políticas (TI, 2023); 3) Degradação ambiental — a monocultura reduziu a cobertura florestal em 22% desde 1990, agravando a desertificação² (UNEP, 2022). Em paralelo, menos de 2% da produção de castanha de caju é beneficiada internamente, enquanto a Índia revende o produto processado com valor agregado de até 400% superior ao preço de exportação (UNCTAD, 2021; ITC, 2018). Além disso, a expansão da cajucultura substituiu culturas alimentares essenciais, agravando a dependência externa e a vulnerabilidade a crises globais (FAO, 2023; WFP, 2024).

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar as dinâmicas comerciais da castanha de caju na Guiné-Bissau, identificando os desafios e as contribuições potenciais para o desenvolvimento socioeconômico do país. Para tanto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) contextualizar historicamente a produção e comercialização da castanha de caju no país; (ii) mapear os principais atores da cadeia produtiva e suas interações; (iii) identificar os desafios estruturais enfrentados pelos produtores e comerciantes locais; e (iv) examinar as contribuições do setor para o desenvolvimento socioeconômico nacional.

A relevância do tema perpassa distintas dimensões. No âmbito social, a castanha de caju representa a principal fonte de sustento para milhares de famílias rurais, tornando fundamental

²A desertificação, no contexto da Guiné-Bissau, resulta de uma combinação de fatores interligados, sendo impulsionada sobretudo pela expansão desordenada da monocultura do caju, que tem substituído ecossistemas diversos e culturas alimentares tradicionais. A substituição de vegetação nativa por plantações homogêneas reduz a biodiversidade, compromete a fertilidade dos solos e acelera processos de erosão, especialmente em áreas sem práticas adequadas de manejo sustentável. A pressão crescente sobre a terra - agravada pela ausência de rotação de culturas, desmatamento indiscriminado e uso ineficiente dos recursos naturais - intensifica a degradação ambiental e contribui para o avanço da desertificação, conforme alertado por organismos como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2022). Esse fenômeno, além de comprometer a produtividade agrícola de médio e longo prazo, acentua a insegurança alimentar e fragiliza ainda mais a base socioeconômica das comunidades rurais.

compreender os desafios enfrentados pelos produtores e buscar soluções para melhorar suas condições de vida. No campo econômico, a análise das dinâmicas comerciais do setor pode subsidiar políticas públicas voltadas para a agregação de valor, industrialização e diversificação das exportações, reduzindo a dependência externa. Politicamente, a pesquisa pode contribuir para o debate sobre estratégias de desenvolvimento sustentável, indicando caminhos para maior autonomia econômica do país. Do ponto de vista acadêmico, a investigação busca preencher lacunas na literatura sobre cadeias de valor em economias frágeis, fornecendo uma base para futuras pesquisas sobre o tema.

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem exploratória e descritiva, utilizando métodos qualitativos, combinando análise bibliográfica e documental (revisão de relatórios do FMI, WB, FAO, PNUD, OMC etc.), além da coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas na região de Bafatá e Bissau, onde foram entrevistadas 44 pessoas (14 agricultores e camponeses, 7 comerciantes, 7 agentes públicos, 7 acadêmicos, 1 membro de ANAG, 6 representantes da sociedade civil e 2 políticos). As entrevistas, conduzidas em português, *kriol* e *pular*, foram gravadas, transcritas e analisadas em língua portuguesa, visando maior acessibilidade e precisão na coleta de informações. A análise dos dados foi conduzida a partir da metodologia de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões e tendências nas respostas coletadas. Além disso, foram examinados fatores estruturais e conjunturais que moldam a economia do caju na Guiné-Bissau. Esses elementos serão melhor detalhados mais adiante.

A dissertação está organizada em oito capítulos. Após esta introdução, o Capítulo 2 apresenta o contexto geopolítico e socioeconômico da Guiné-Bissau. O Capítulo 3, por sua vez, discute a evolução da cajucultura, desde a introdução do caju no país até sua inserção no mercado global e a consequente dependência econômica. Já o Capítulo 4 detalha a estrutura da cadeia produtiva do caju, apontando os principais atores e os fluxos econômicos envolvidos. O Capítulo 5 apresenta a metodologia da pesquisa. O Capítulo 6 analisa as dinâmicas comerciais da castanha, sendo examinados os preços, os mercados, as relações de poder. No Capítulo 7 examina os desafios enfrentados e possíveis soluções. Por fim, no Capítulo 8, encontram-se as considerações finais, que sintetizam os principais achados e apresenta recomendações para políticas públicas, destacando a necessidade de estratégias integradas para transformar o potencial da castanha de caju em um vetor de desenvolvimento sustentável para a Guiné-Bissau.

2. GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

Este capítulo abordará um panorama geral da Guiné-Bissau, começando com uma análise abrangente de sua situação geográfica, social, cultural, religiosa e administrativa. Em seguida, será apresentado o contexto histórico e político do país, além de uma análise econômica destacando três setores chave: primário, secundário e terciário. Na sequência, será examinada a evolução econômica recente da Guiné-Bissau, com foco no crescimento econômico real e setorial entre 2017 e 2024. Serão discutidas a evolução do PIB real a preços de 2015 e a inflação (IHPC) no mesmo período.

2.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, entre as coordenadas geográficas de 11 e 12° N (Latitude), e 14 a 16° W (Longitude). Faz fronteira ao norte com o Senegal, ao sul e leste com a República de Guiné Conacri e ao oeste banhado pelo Oceano Atlântico (Figura 1). O país tem uma superfície total de 36.125 km² (INE, 2023), onde a parte habitável é de apenas 24.800 km², devido às terras inutilizadas pelas inundações dos mares fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas periódicas (Fernandes, 2021). A sua população é de 1,8 milhões de pessoas, cuja maioria representada pelas mulheres, com 53%, enquanto os homens respondem por 47% dessa. A maior parte da população, cerca de 58,3%, vive na zona rural, e 41,7% na zona urbana, onde mais de 25% concentram-se na capital Bissau (INE, 2023).

O país integra-se, além do território continental, à parte insular, onde encontram-se os Arquipélagos dos Bijagós, localizados na região de Bolama. Essa região é formada por mais de 80 ilhas de origem vulcânica (Té, 2005; Namone, 2020; WB, 2024). Essas ilhas cobrem uma superfície de cerca de 10.000 km² (Araújo, 2012), com alta diversidade de habitats marinhos, o qual oferece condições propícias para abrigar grande diversidade de crustáceos, moluscos e peixes (Té, 200). Muitas dessas ilhas, sendo de vegetação tropical densa, encontram-se desabitadas e separadas do continente por diversos canais do rio Geba, de Pedro Álvares, de Bolama e de Canhabaque (Té, 2005; Candé Monteiro, 2013; Namone, 2020; WB, 2024). Devido a sua localização geográfica, a Guiné-Bissau tem um clima tropical, que varia entre o quente e o úmido, com apenas duas estações durante todo o ano, uma chuvosa, que se inicia no mês de maio e termina em outubro, e outra seca, que acontece no semestre compreendido entre novembro e abril (Araújo, 2012).

A capital da Guiné-Bissau é a cidade de Bissau, que fica no Setor Autônomo de Bissau (SAB). O seu território foi colonizado por Portugal desde 1446. Após mais de uma década de luta pela independência contra o regime colonial, dirigido por Amílcar Cabral, fundador e líder do Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), movimento libertador criado para conduzir essa luta, o país proclamou unilateralmente sua independência em 24 de setembro de 1973. Um ano depois, em 10 de setembro de 1974, foi oficialmente reconhecida por Portugal, fazendo dele a primeira colônia portuguesa a tornar-se independente na África (Namone, 2020; Djau, 2021).

Figura 1 - Mapa Geográfico e Administrativa da Guiné-Bissau



Fonte: Wikimedia (2024).

2.2. CONTEXTO SOCIAL, CULTURAL E RELIGIOSO

A Guiné-Bissau é uma república laica, cujo fundamento é a neutralidade do Estado em relação às manifestações religiosas. O país é habitado por uma cifra considerável de povos, por cerca de 30 grupos étnicos, onde cada grupo fala sua própria língua e tem uma matriz cultural

própria (Araújo, 2012; Amona, 2019; Djau, 2021). Esses grupos étnicos habitam zonas específicas do território guineense, demarcadas ao longo da sua história e conforme os condicionalismos geográficos, mas também determinados pelas guerras que motivaram a fuga para as áreas mais protegidas (ANEME, 2018).

O *kriol* é a língua nacional do país, falada por grande maioria da população guineense (90,4%) no seu cotidiano, uma língua crioula baseada no português, sendo comum para todos, que une o povo, para auxiliar na comunicação, devido à vasta diversidade linguística nacional existente. O português, a língua oficial e de aprendizagem nas escolas, falada nos órgãos públicos, é dominada apenas por cerca de 27,1% da população guineense, enquanto os demais habitantes falam uma variedade de línguas africanas nativas (Araújo, 2012; ANEME, 2018). A população espalhada pelo território nacional é oriunda de diferentes regiões do continente africano, com uma variedade linguística, étnica e religiosa. Isso faz dele um espaço de múltiplas manifestações culturais.

As línguas que compõem o mosaico linguístico guineense, além das subdivisões dentro de cada grupo étnico, são formadas pelas seguintes principais etnias: Balanta (falado por cerca de 27% da população do país), Fula (cerca de 23%), Mandinga (cerca de 12%), Manjaco (cerca de 11%) e Papél (cerca de 10%) (ANEME, 2018). As demais etnias, e as pessoas que não se identificam com nenhum grupo étnico, representam cerca 17% da população, podendo ser distribuídos em: Biafada (representa cerca de 3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagó (2,1%), Felupe (1,7%), Mansoanca (1,4%), Balanta-Mané (1%), Nalus (0,9%), Saracules (0,5%), Sosso (0,4%), sem-etnia, incluindo “lusso-africanos” ou crioulos (2,2%), e outros grupos menores como Baiote etc. (0,2%) (INE, 2009; Ié, 2021). Essas etnias, todas de matriz africana, se encontram distribuídas nas principais províncias do país. O interior da província Leste é dominado pelas Fulas e Mandingas. No Norte prevalecem os Balantas, tendo na sua vizinhança os Manjacos de Cacheu e os Papeis de Bissau. Na zona setentrional predominam os Felupes, os Baiotes e os Mancanhas ou Brames. Na parte continental do Sul encontram-se os Biafadas e os Nalus, enquanto nas ilhas estão os Bijagós (ANEME, 2018).

Os grupos étnicos na Guiné-Bissau se estabelecem nas próprias áreas, conforme suas línguas e religião. As religiões predominantes no país são as Tradicionais Africanas (Animistas), com 44,9% de seguidores, o Islão, com 41,9% fieis, o Cristianismo, com 11,9%, além de crentes e outras (incluindo ateus), com aproximadamente 1,3% (ANEME, 2018).

2.3. CONTEXTO ADMINISTRATIVO

A Guiné-Bissau é um Estado unitário, soberano, laico, democrático e constitucionalmente instituído, com base na unidade nacional e na participação popular na gestão pública, visando uma sociedade livre e justa. O poder político é exercido diretamente pela população ou por meio de representantes eleitos. O sistema de governo é semipresidencialista e multipartidário.

Para fins políticos-administrativo, o território é dividido em três províncias – Norte, Sul e Leste –, subdivididas em oito regiões e um setor autônomo: Biombo, Cacheu, Bafatá, Gabú, Oio, Quinara, Tombali, Bolama e o Setor Autônomo de Bissau (SAB) (Figura 1). Essas regiões são compostas por 37 setores, incluindo o SAB, a capital, que se subdividem em secções e tabancas (aldeias). Muitas dessas comunidades enfrentam dificuldades no acesso à capital devido à precariedade das infraestruturas (ANEME, 2018; Ié, 2019; Namone, 2020).

Embora essa divisão seja amplamente mencionada em documentos oficiais, ela não está explicitamente descrita na Constituição da República da Guiné-Bissau de 1996 (CRGB/1996). O artigo 107º apenas estabelece que o território nacional se divide em regiões, setores e secções.

A CRGB/1996 define o Governo como o órgão supremo da administração pública (*arts.* 96º-104º). Nos artigos 96º e 100º, estabelece-se que ao Governo compete conduzir a política geral do Estado, dirigir a administração pública e coordenar os ministérios e organismos centrais. Suas competências incluem: gerir a administração pública, coordenar políticas econômicas, sociais e de segurança, além de preparar o Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) e o Orçamento Geral do Estado (OGE).

A Constituição prevê o Poder Local ou Autarquias Locais, com autonomia administrativa e financeira para atender aos interesses comunitários (art. 105º). No entanto, a descentralização nunca foi completamente implementada, e o sistema administrativo continua centralizado. Desde a primeira eleição pluralista de 1994, apenas o Presidente da República e os deputados da Assembleia Nacional Popular (ANP) são eleitos diretamente, enquanto o Primeiro-Ministro é indicado pelo partido com maior representação parlamentar.

O Presidente da República, eleito por sufrágio direto e investido pela ANP (art. 68º), tem a prerrogativa de nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado, além de criar e extinguir ministérios (art. 68, alíneas g, h, i, j). O Governo central é responsável pela nomeação e exoneração dos governadores das oito regiões, do Presidente da Câmara Municipal de Bissau e dos 36 Administradores de setores (art. 108º, n.º 2), sob proposta do Ministro da Administração Territorial. Os Governadores nomeiam os representantes

regionais e os Administradores setoriais (art. 108º, n.º 1). O Administrador de Setor participa da Assembleia Municipal, mas sem direito a voto (art. 114º, n.º 1).

2.4. CONTEXTO HISTÓRICO

A ocupação do território da Guiné-Bissau esteve historicamente ligada à decadência de grandes impérios, como o Império de Gana, que invadiu o território guineense no século V (Araújo, 2012). Posteriormente, integrou-se ao Reino de Gabu, vassalo do Império Mali, até o século XVIII (Bijagó, 2011; Araújo, 2012; ANP, 2015).

No século XV, o navegador português Álvaro Fernandes desembarcou na região costeira de Cacheu, no norte da Guiné-Bissau, em 1446. Em 1450, a colônia portuguesa começou a estabelecer entrepostos comerciais, iniciando a colonização oficialmente em 1588, com a fundação da Vila de Cacheu (Djaló, 2006; Candé Monteiro, 2013; ANP, 2015).

A partir de 1630, com a ocupação administrativa, criou-se a capitania-geral de Cacheu, núcleo da província até 1642. Em 1692, a capital foi transferida para Bissau, visando uma estrutura administrativa mais eficiente (Djaló, 2006; Candé Monteiro, 2013). A autonomia da província foi conquistada em 1879, com o Decreto de Desanexação, quando a Guiné Portuguesa foi separada de Cabo Verde (Cardoso, 2010; Araújo, 2012; Candé Monteiro, 2013).

O comércio de escravos foi dominado pelos portugueses até o século XVII, quando os ingleses, holandeses e franceses também passaram a controlar o tráfico. A Conferência de Berlim de 1885 concedeu a posse do território a Portugal, mas o norte da Guiné foi transferido para a França (Araújo, 2012; Candé Monteiro, 2013).

No século XX, intensificaram-se as campanhas coloniais contra as etnias animistas e sociedades tradicionais. A conquista total das ilhas Bijagós pelo Portugal ocorreu somente em 1936 (Cardoso, 2010; Araújo, 2012). Com a reforma do sistema colonial em 1951, a província da Guiné-Bissau passou a ser considerada uma província ultramarina (Augel, 2007; Candé Monteiro, 2013).

A luta pela independência começou com a criação do PAIGC em 1959, por Amílcar Cabral, com o objetivo de conquistar a independência e acabar com a opressão colonial (Djaló, 2006; Bijagó, 2011; Candé Monteiro, 2013). O Massacre de *Pindjiguiti*, em 1959, foi um marco importante que impulsionou a luta pela independência (Djaló, 2006; Candé Monteiro, 2013).

A luta armada teve início em 1963, com o ataque ao quartel de Tite, e se estendeu até 1973, ano em que Amílcar Cabral foi assassinado (Candé Monteiro, 2013). O PAIGC

proclamou a independência em 24 de setembro de 1973, e Portugal reconheceu a Guiné-Bissau como Estado soberano em 25 de abril de 1974, após a Revolução dos Cravos (Candé Monteiro, 2013; Ossagô, 2013; Salecha, 2022; Gomes & Silva, 2022).

2.5. CONTEXTO POLÍTICO

A Guiné-Bissau é um Estado soberano com regime democrático, que garante a participação cidadã por meio de eleições diretas. O país segue um sistema semipresidencialista, com a divisão dos poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme o artigo 59º da CRGB/1996. Os órgãos de soberania incluem o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular (ANP), o Governo e os tribunais. A transição para a democracia teve início em 1994, com as primeiras eleições multipartidárias, que resultaram na vitória do PAIGC e na eleição de João Bernardo Nino Vieira como o primeiro presidente democraticamente eleito (Bijagó, 2011). Contudo, desde então, a consolidação democrática tem sido prejudicada por episódios frequentes de instabilidade política e militar.

Após a independência em 1973, o país viveu sob regime de partido único até 1990 (Salecha, 2022), sendo marcado por quatro golpes de Estado e várias tentativas. O primeiro golpe ocorreu em 1980, quando Nino Vieira depôs o presidente Luís Cabral, resultando na separação entre Guiné-Bissau e Cabo Verde (Candé Monteiro, 2013; Salecha, 2022). Entre 1998 e 1999, uma guerra político-militar entre o governo de Vieira e a Junta Militar de Ansuma Mane culminou no exílio de Vieira, com a eleição de Kumba Yalá do PRS em 2000, o segundo presidente democraticamente eleito. Yalá foi deposto em 2003, e as Forças Armadas instituíram um Conselho Nacional de Transição, que organizou as eleições legislativas de 2004, vencidas pelo PAIGC (Bijagó, 2011; Ossagô, 2013). A eleição presidencial ocorreu em 2005, e após várias crises, Nino Vieira retornou ao poder, mas foi assassinado em 2009 após o atentado contra o Chefe das Forças Armadas, Tagme Na Waie (Ossagô, 2013; Sá; Martinez, 2023).

Após as mortes de Vieira e Na Waie, Raimundo Pereira assumiu interinamente a presidência até as eleições de 2009, vencidas por Malam Bacai Sanhá, que faleceu em 2012. Com a morte de Bacai Sanhá, Pereira retornou como presidente interino até as eleições presidenciais de 2012, vencidas por Carlos Gomes Júnior, que foi deposto por um golpe militar, resultando em um governo de transição liderado pelo presidente da ANP, Manuel Serifo Nhamadjo, até 2014 (Sá; Martinez, 2023).

Nas eleições gerais de 2014, José Mário Vaz (Jomav) foi eleito presidente, e o PAIGC venceu as legislativas, tornando-se o primeiro presidente democraticamente eleito a completar seu mandato de cinco anos desde a abertura democrática na década de 1990 (Salecha, 2022; WB, 2024). No entanto, seu mandato foi marcado por crises políticas, incluindo a destituição do governo do PAIGC liderado por Domingos Simões Pereira (DSP) em 2015, após tensões entre a presidência e o governo (Salecha, 2022). Isso gerou a queda de vários governos subsequentes.

Com o apoio da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da comunidade internacional, foram organizadas as eleições legislativas de 2019, que novamente resultaram na vitória do PAIGC. No entanto, Jomav se recusou a nomear DSP como primeiro-ministro, levando a CEDEAO a intervir e nomear Aristides Gomes como chefe do executivo (Sá; Martinez, 2023). A crise persistiu até às eleições presidenciais de 2019, quando, no primeiro turno, Jomav foi derrotado. A disputa final foi entre DSP, com 40,13% dos votos, e Umaro Sissocó Embaló (USE), com 27,65% (CNE, 2019a). No segundo turno, realizado em 29 de dezembro de 2019, USE venceu com 53,35% dos votos, enquanto DSP obteve 46,45% (CNE, 2019b; DW, 2020). Após a divulgação dos resultados provisórios, o PAIGC contestou os resultados, alegando irregularidades, mas a Comissão Nacional de Eleições (CNE) confirmou os resultados definitivos em janeiro de 2020 (DW, 2020).

USE assumiu a presidência em fevereiro de 2020, com o reconhecimento da comunidade internacional, e a crise política se acalmou em abril de 2020, quando a CEDEAO reconheceu Embaló como presidente (WB, 2024). O PAIGC aceitou a derrota oficialmente em junho de 2021, após esgotar todos os recursos legais (VOA, 2021). No entanto, a crise continuou, com USE dissolvendo o parlamento em maio de 2022 e adiando as eleições legislativas para junho de 2023. Essas eleições resultaram na vitória da Coligação PAI-Terra Ranka, liderada pelo PAIGC, com 39,38% dos votos, seguida pelo MADEM-G15 com 24,37% (CNE, 2023; INACEP, 2023).

Em dezembro de 2023, Embaló dissolveu novamente o parlamento após um incidente envolvendo forças de segurança que libertaram ministros acusados de corrupção. Ele classificou o episódio como uma tentativa de golpe (Cassama, 2023; Welle, 2023; WB, 2024). Desde então, Embaló tem governado por decreto, o que aumentou as tensões e a repressão política.

A Guiné-Bissau continua a enfrentar uma crise política e institucional prolongada, com disputas constantes de poder e questionamentos sobre a legitimidade dos processos eleitorais. Embora a presidência de Umaro Sissocó Embaló tenha sido reconhecida internacionalmente, o

país permanece em um ciclo de instabilidade, exacerbado pela dissolução do parlamento e pela crescente repressão política. Com desafios econômicos significativos, incluindo a dependência das exportações de castanha de caju, e a governança fragilizada, a situação política do país segue imprevisível.

2.6. CONTEXTO ECONÔMICO

2.6.1 Análise Conjunta dos Setores Econômicos

A economia da Guiné-Bissau tem sido historicamente estruturada em torno do setor primário, que engloba a agricultura, pecuária, pesca e exploração de recursos naturais. Esse setor representa mais de um terço do PIB, mas tem perdido espaço para o setor terciário nas últimas décadas. A agricultura, em particular, é responsável por mais de 85% dos empregos diretos e indiretos³ no país (Terra Ranka, 2015; D'Almeida, 2020; Seca, 2020). Em 2022, as atividades do setor primário registraram um crescimento real de 6,1% (Figura 3), representando um aumento de 0,7% em relação ao ano anterior. Esse desempenho contribuiu com 33,63% para a formação do PIB real do país no mesmo período (Figura 2) (MF, 2022).

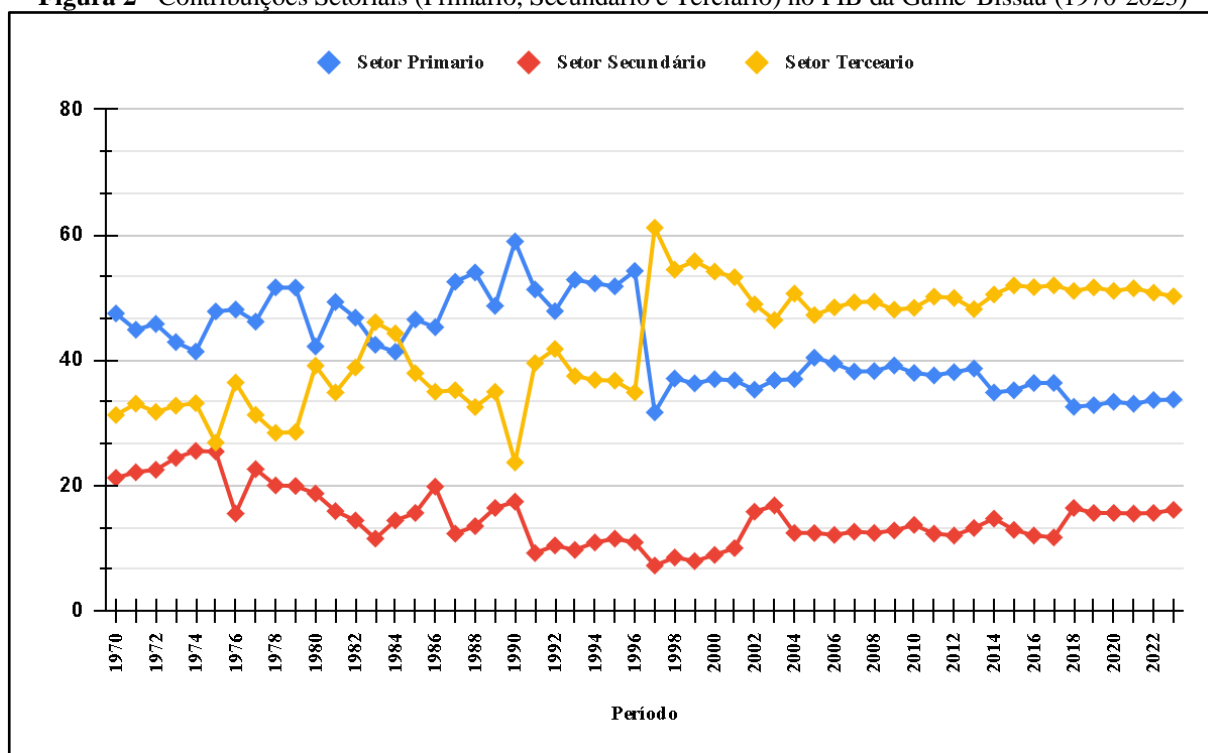
Ao analisar os três setores econômicos da Guiné-Bissau ao longo do período de 1970 a 2023 representados na Figura 2, percebe-se uma dinâmica de mudanças nas contribuições relativas de cada setor ao PIB, evidenciando a evolução estrutural da economia. O setor primário começou a contribuir significativamente para o PIB, com 47,45% em 1970, atingindo picos, como 58,94% em 1990. Ao longo dos anos, sua participação diminuiu progressivamente, chegando a cerca de 33,71% em 2023. A predominância inicial do setor primário reflete uma economia fortemente dependente da agricultura, especialmente da produção de castanha de caju, da pesca e de outras atividades extrativas. A queda gradual está relacionada ao lento processo de diversificação da economia e à migração de mão de obra para outros setores, como o terciário.

O setor secundário, impulsionador de muitas economias mundiais, tem tido um desempenho modesto para o crescimento econômico da Guiné-Bissau ao longo dos anos. Esse

³Os empregos indiretos no setor agrícola referem-se às ocupações que, embora não envolvam diretamente o cultivo da terra ou a criação de animais, são fundamentalmente dependentes da atividade agropecuária para sua existência e sustentabilidade econômica. No contexto da Guiné-Bissau, esses empregos abrangem atividades ao longo da cadeia de valor agrícola, tais como o transporte, o armazenamento, a transformação e a comercialização de produtos agroalimentares, bem como os serviços de apoio técnico, financeiro e logístico ao meio rural. Tais ocupações são essenciais para dinamizar os mercados locais, promover a inserção produtiva das populações rurais e ampliar os efeitos multiplicadores da agricultura sobre o crescimento econômico e a redução da pobreza no país.

setor, que agrupa as atividades industriais, atividades extrativas (mineração), construção, água, energia elétrica e saneamento, é o que menos contribui para o PIB do país. O setor industrial, com as atividades de transformação, é relativamente pequeno e subdesenvolvido. Ao analisar as 50 décadas apresentadas no gráfico, percebe que a contribuição do setor secundário foi relativamente instável ao longo do tempo, variando entre 7,2% em 1997 e 25,5% em 1974. Nos últimos anos, a contribuição desse setor cresceu ligeiramente, chegando a 16,1% em 2023. As variações que o setor apresentou estão relacionadas à fraca industrialização da Guiné-Bissau, além de fatores internos como instabilidade política e falta de infraestrutura industrial. O leve aumento nos últimos anos está relacionado aos esforços do Estado guineense em construção de infraestrutura, mas a dependência em relação às importações e a baixa produção interna ainda limitam o desenvolvimento desse setor.

Figura 2 - Contribuições Setoriais (Primário, Secundário e Terciário) no PIB da Guiné-Bissau (1970-2023)



Fonte: FAO (2024). Elaboração própria.

O setor terciário (serviços) vem apresentando progressos maiores do que outros setores. Esse setor é impulsionado principalmente pelas atividades de transportes, telecomunicações, turismo, restauração e comércio, serviços de Administração Pública, serviços financeiros, entre outros do mesmo setor. Ao analisar as últimas 50 décadas, percebe-se que o setor terciário apresentou um aumento constante ao longo do tempo. Em 1970, representava 31,25% do PIB, mas se tornou o maior contribuinte a partir do final da década de 1990, chegando a mais de

50,19% em 2023. O crescimento do setor de serviços reflete a expansão do comércio, turismo, telecomunicações e outros serviços. À medida que o país se urbanizou e a população passou a depender mais de serviços do que de atividades agrícolas, o setor terciário assumiu uma posição dominante. A melhoria das telecomunicações e o aumento da demanda por serviços financeiros e educacionais também contribuíram para esse crescimento.

Em suma, percebe entre 1970 a 1990 a predominância do setor primário, com uma contribuição robusta da agricultura. O setor secundário manteve uma participação moderada, e o terciário, embora crescente, ainda estava em segundo plano. A partir da década 1997⁴ observa-se o início de uma transição importante com o aumento gradual da participação do setor terciário e a queda da contribuição do setor primário. A partir desse ano a 2023, o setor terciário se consolida como o principal contribuinte para o PIB, ultrapassando consistentemente os 50%, enquanto o setor primário, embora ainda significativo, perde espaço. Essa transição reflete um processo comum em economias em desenvolvimento, onde há uma gradual mudança do setor

⁴ A queda estrutural na economia da Guiné-Bissau, marcada pela redução da participação do setor primário no PIB e pela ascensão do setor terciário a partir de 1997, configura uma mudança estrutural atípica, sem o respaldo de um processo robusto de industrialização. Essa reconfiguração resulta da combinação entre estagnação agrícola, urbanização crescente, expansão do comércio informal, ampliação dos serviços públicos no contexto das reformas estatais e crescimento de setores como telecomunicações, transportes e finanças. A literatura indica que essa transição direta do setor agrícola para os serviços, sem consolidação industrial, é recorrente em economias de baixa renda, frequentemente marcadas por instabilidade política, fragilidade institucional e desindustrialização precoce (Rodrik, 2015; Gollin et al., 2018; Banco Mundial, 2022; AfDB, 2021). Os principais fatores explicativos são: 1. *Mudança estrutural sem industrialização*: segundo os modelos clássicos (Clark, 1940; Kuznets, 1966), o desenvolvimento segue uma transição da agricultura para a indústria e, posteriormente, para os serviços. No entanto, a Guiné-Bissau apresentou um desvio dessa lógica, migrando diretamente do setor primário para o terciário. Essa transição antecipada, observada também em outros países africanos, está ligada à desindustrialização precoce e à fragilidade das instituições (Rodrik, 2015; Gollin et al., 2018). 2. *Fatores internos: instabilidade política, fragilidade institucional e urbanização*: a instabilidade recorrente, agravada após 1998, comprometeu políticas industriais de longo prazo e afastou investimentos. Paralelamente, a urbanização — ainda que modesta — promoveu o crescimento do comércio informal e dos serviços urbanos (PNUD, 2022), reduzindo gradualmente o peso da agricultura na economia sem substituí-la por indústria. 3. *Reformas e expansão do setor de serviços*: as reformas iniciadas nos anos 1990, sob orientação de instituições multilaterais, redefiniram o papel do Estado e impulsionaram serviços administrativos, financeiros e comerciais. A presença crescente de ONGs, o fortalecimento da administração pública e a melhoria nas telecomunicações contribuíram para o avanço do setor terciário (AfDB, 2021). 4. *Agricultura estagnada e baixa produtividade*: apesar da importância da castanha de caju para as exportações e o emprego rural, a agricultura guineense segue marcada por baixa produtividade, escassa mecanização e dependência climática. A falta de agregação de valor e a vulnerabilidade aos preços internacionais contribuíram para a redução relativa do setor primário no PIB (FAO, 2021). 5. *Dados que sustentam a mudança*: a) O Banco Mundial (2022) registra que o setor terciário ultrapassou 50% do PIB em 2023, enquanto o setor primário recuou a 33%. b) O AfDB (2021) destaca o crescimento dos serviços financeiros e comerciais como elementos centrais dessa reconfiguração. c) O PNUD (2023) aponta que, mesmo em ritmo lento, a urbanização contribuiu para o avanço das atividades de serviços e consumo urbano. Em síntese, a ascensão do setor terciário na Guiné-Bissau entre 1997 e 2023 decorre da articulação de fatores internos e tendências globais. A ausência de uma base industrial sólida fez com que os serviços, formais e informais, absorvessem parcela crescente da atividade econômica. Apesar de representar uma mudança estrutural, essa transição não configura, por si só, um desenvolvimento sustentável, pois está associada à informalidade, baixa produtividade e forte dependência externa, exigindo, portanto, estratégias mais equilibradas e estruturantes.

agrícola para o setor de serviços (Clark, 1940; Kuznets, 1966; Rodrik, 2015; Gollin, 2018), ainda que a industrialização permaneça limitada em Guiné-Bissau⁵.

2.6.2 Evoluções Econômicas Recentes

Ao analisar o crescimento real do PIB da Guiné-Bissau e dos três setores econômicos (primário, secundário e terciário) entre 2017 e 2024, percebem-se tendências e variações significativas, influenciadas por fatores internos e externos (Figura 3). Entre 2017 e 2019, o PIB real cresceu de forma moderada, com uma média de crescimento de 4,2%. Em 2020, houve uma desaceleração significativa (1,5%) devido aos impactos da pandemia de COVID-19. No entanto, em 2021, a recuperação foi rápida, com um crescimento de 6,4%. O crescimento desacelerou ligeiramente nos anos subsequentes, atingindo 5,7% em 2023, e a previsão para 2024 indica um crescimento de 3,7%. No entanto, a economia guineense mostrou resiliência após a pandemia, mas a recuperação não foi completamente sustentada, com previsões de desaceleração em 2024.

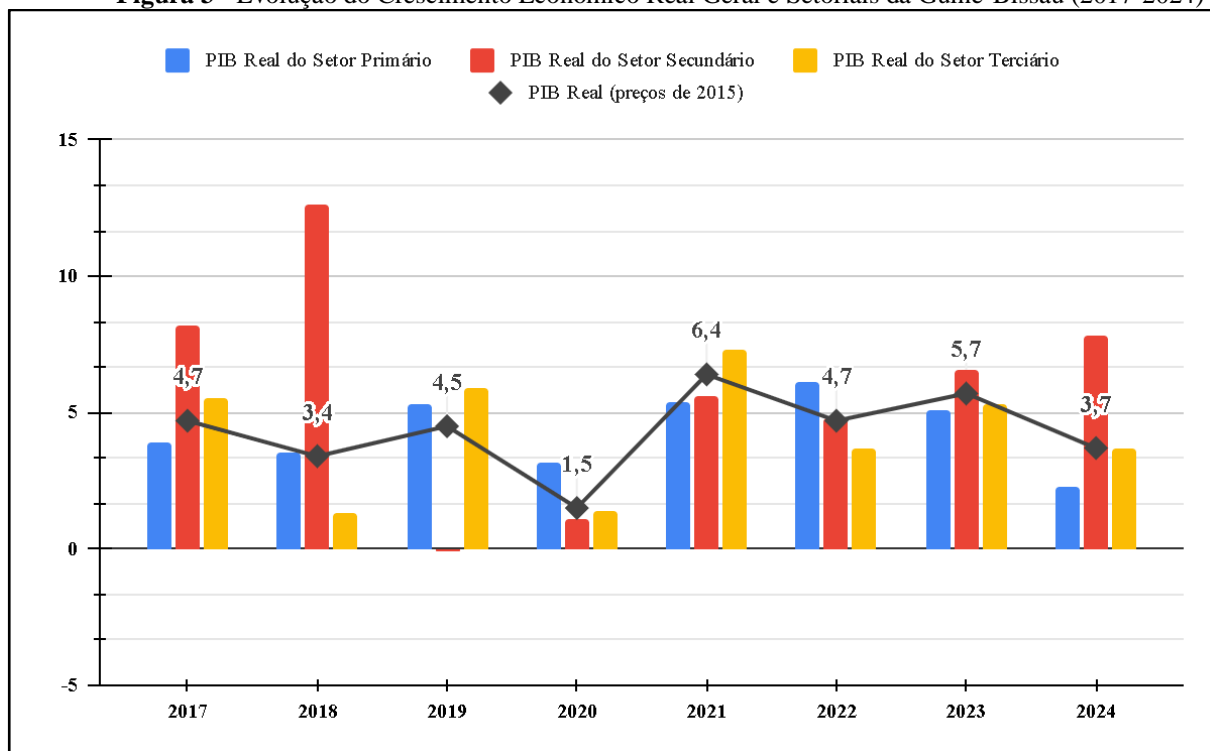
O setor primário teve um desempenho variado, com crescimento médio de 4,75% entre 2017 e 2019. Em 2020, o crescimento desacelerou para 3,2%, como resultado das restrições da pandemia. A recuperação foi forte em 2021 (5,4%) e 2022 (6,1%), mas o setor começa a desacelerar em 2023 (5,1%) e a previsão para 2024 indica uma queda mais acentuada, com crescimento de apenas 2,3%. Entretanto, assim como o PIB real, o setor primário guineense mostrou resiliência pós-pandemia, mas enfrenta uma desaceleração em 2023-2024 devido à péssima campanha de produção agrícola.

⁵A transição da Guiné-Bissau do setor primário para o terciário, sem uma industrialização significativa, segue um padrão observado em muitas economias em desenvolvimento e pode ser analisada sob três perspectivas: 1. Base Teórica – Padrões de Transformação Estrutural: A literatura clássica (Clark, 1940; Kuznets, 1966) descreve a evolução econômica como um processo que passa da agricultura para a indústria e, posteriormente, para os serviços. No entanto, em muitos países em desenvolvimento ocorre uma "desindustrialização prematura" (Rodrik, 2015), impulsionada pela globalização, falta de competitividade industrial e crescimento do setor informal. 2. Evidências Empíricas Comparativas: A trajetória da Guiné-Bissau assemelha-se à de outros países de baixa renda, como São Tomé e Príncipe, onde o setor terciário representa mais de 60% do PIB (CIA Factbook, 2023), e Comores, onde serviços como comércio e transporte dominam a economia (Banco Mundial, 2022). Um relatório da OCDE (2020) aponta que, em 18 dos 33 países africanos analisados, o setor terciário tornou-se o principal motor econômico sem industrialização robusta. 3. Contexto Específico da Guiné-Bissau: A dependência da castanha de caju (80-90% das exportações – FAO, 2021) e a volatilidade dos preços globais incentivaram a diversificação para serviços. O setor terciário informal, incluindo comércio transfronteiriço e telecomunicações (ex: Orange e MTN), cresceu significativamente após 2000, representando 55% do PIB (Banco Mundial, 2023). A instabilidade política e a ausência de políticas industriais limitaram a industrialização, mantendo a participação da indústria entre 10-12% do PIB (INE-GB, 2022).

O setor secundário mostrou grande volatilidade. Ele cresceu de forma robusta em 2017 (8,2%) e 2018 (12,6%), mas teve um crescimento negativo em 2019 (-0,1%). Em 2020, a crise global levou a um crescimento quase nulo (1,1%), mas o setor retomou com força em 2021 (5,6%) e 2022 (4,8%). Em 2023, o crescimento acelerou para 6,6%, e a previsão para 2024 é de um crescimento ainda maior (7,8%). No entanto, o setor secundário é volátil, mas está em um período de forte recuperação e expansão após a crise de 2019-2020, com boas perspectivas para 2024.

O setor terciário (serviços) apresentou variações. O crescimento foi mais estável entre 2017 e 2019, com um pico de 5,9% em 2019. A pandemia impactou fortemente o setor, resultando em um crescimento de apenas 1,4% em 2020. No entanto, a recuperação foi significativa em 2021 (7,3%), mas desacelerou para 3,7% em 2022 e 2023. A previsão para 2024 também indica uma estagnação, com 3,7%. Entretanto, o setor se recuperou bem após a pandemia, mas enfrenta uma desaceleração contínua desde 2022, sugerindo possíveis dificuldades no setor de serviços.

Figura 3 - Evolução do Crescimento Econômico Real Geral e Setoriais da Guiné-Bissau (2017-2024)



Fonte: INE (2017); MEF (2022), FMI (2023). Elaboração própria.

Em suma, o PIB Real do país revela um crescimento estável com oscilações, fortemente impactado pela pandemia, mas com sinais de recuperação desde 2021. O setor primário, apesar da recuperação, enfrenta desaceleração a partir de 2023, com uma previsão de crescimento

baixo em 2024. O setor secundário sugere volatilidade, mas em forte recuperação, com boas perspectivas de crescimento até 2024. O setor terciário, após impacto da pandemia, se recuperou, mas deve reduzir seu desempenho em 2024.

Em termos gerais, a economia da Guiné-Bissau está se ajustando após a crise da pandemia, em que os setores primário e terciário mostram sinais de desaceleração, enquanto o setor secundário está em expansão, mais tem uma contribuição mais limitado no PIB quando se compara com os outros dois setores.

2.6.3 Crescimento do PIB Real e da Inflação (IHPC⁶)

A Figura 4 analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) real, calculado a preços constantes de 2015, e da inflação na Guiné-Bissau no período de 2017 a 2024. A adoção de preços constantes tem por finalidade neutralizar os efeitos da inflação, possibilitando a aferição do crescimento econômico em termos reais. A escolha de 2015 como ano-base segue os padrões metodológicos da contabilidade nacional e internacional, garantindo maior coerência analítica, comparabilidade intertemporal e precisão na avaliação das variações no nível de atividade econômica. A análise evidencia a correlação entre o desempenho econômico e a dinâmica dos preços, influenciada por múltiplos fatores internos e externos, como a pandemia de COVID-19 e as pressões inflacionárias globais.

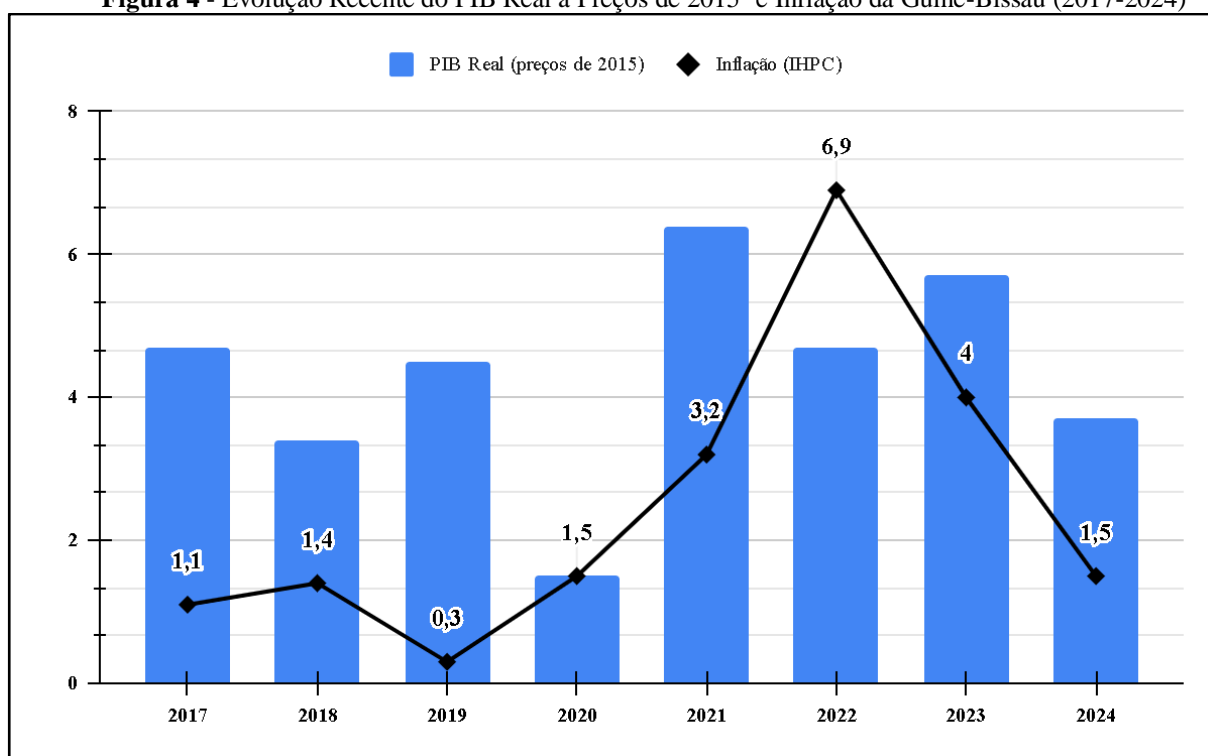
Entre 2017 a 2019, o PIB Real (a preços de 2015) segue um crescimento moderado, com uma média de 4,2%. Em 2017, o crescimento foi de 4,7%, mas desacelerou em 2018 (3,4%) e recuperou-se ligeiramente em 2019 (4,5%). Este período reflete uma economia com crescimento estável, ainda que abaixo de seu potencial. No ano de 2020, o PIB real caiu significativamente para 1,5%, refletindo os efeitos adversos da pandemia de COVID-19. As

⁶ Na Guiné-Bissau, a inflação é medida principalmente por meio do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC-UEMOA), adotado pelos países que integram a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Esse índice segue uma metodologia padronizada, permitindo a comparação entre as economias da região e fornecendo uma visão mais precisa das tendências inflacionárias. A responsabilidade pela medição da inflação no país cabe ao Instituto Nacional de Estatística (INE), que realiza a coleta sistemática dos preços de bens e serviços consumidos pela população. Esse processo conta com o suporte do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), órgão que monitora e regula a política monetária da UEMOA. Para calcular a variação do custo de vida, os preços dos produtos e serviços são levantados regularmente, abrangendo itens essenciais como alimentação, habitação, transporte, saúde e educação. A análise desses dados permite avaliar o impacto da inflação sobre o poder de compra da população, auxiliando na formulação de políticas econômicas e sociais voltadas para a estabilidade financeira do país.

restrições econômicas globais e locais afetaram severamente o crescimento, resultando na menor taxa de expansão do período analisado.

Entre 2021 e 2022, a economia da Guiné-Bissau mostrou uma recuperação rápida, com um crescimento de 6,4% em 2021, impulsionado pela retomada das atividades econômicas e pelo relaxamento das restrições pandêmicas. Contudo, em 2022, o crescimento desacelerou para 4,7%, devido às pressões inflacionárias e às dificuldades em manter o ritmo de recuperação. O PIB real continuou a crescer em 2023 (5,7%), indicando uma recuperação mais robusta. No entanto, a previsão para 2024 sugere uma nova desaceleração para 3,7%, sugerindo incertezas quanto ao crescimento econômico futuro.

Figura 4 - Evolução Recente do PIB Real a Preços de 2015⁷ e Inflação da Guiné-Bissau (2017-2024)



Fonte: MEF (2022). Elaboração própria.

A evolução da inflação (IHPC) entre 2017 a 2019 foi relativamente baixa e estável, com uma média de 0,9%. Em 2017, a taxa de inflação foi de 1,1%, caindo para 0,3% em 2019. Este

⁷A opção por utilizar preços constantes de 2015 na análise do Produto Interno Bruto (PIB) real tem por objetivo neutralizar os efeitos da inflação ao longo do tempo, permitindo uma avaliação mais acurada das variações no volume da atividade econômica, independentemente das flutuações nominais de preços. O uso de um ano-base específico, neste caso 2015, segue práticas padronizadas na contabilidade nacional, assegurando maior rigor metodológico e comparabilidade intertemporal. Ademais, esse ano-base tem sido amplamente adotado por instituições estatísticas nacionais e internacionais em virtude da disponibilidade e consistência das séries históricas a partir desse marco, o que contribui para a robustez das inferências econômicas.

período de baixa inflação sugere uma estabilidade nos preços, contribuindo para um ambiente econômico relativamente previsível. Em 2020, a inflação aumentou ligeiramente para 1,5%, coincidindo com o início da pandemia. O aumento moderado é atribuído a interrupções nas cadeias de suprimentos e à incerteza econômica global (MEF, 2022; FMI, 2023).

Entre 2021 e 2022, a inflação subiu consideravelmente, atingindo 3,2% e um pico de 6,9% respectivamente. Este aumento reflete o impacto das pressões inflacionárias globais, aumento nos custos de importação e desafios no fornecimento de bens essenciais (MEF, 2022; FMI, 2023). A inflação mais alta impactou o poder de compra da população e a recuperação econômica. Em 2023, a inflação começou a se moderar, caindo para 4%. A previsão para 2024 é de uma desaceleração adicional, com a inflação esperada em 1,5%, sugerindo uma estabilização dos preços e uma possível redução nas pressões inflacionárias, o que pode ajudar a melhorar o ambiente econômico do país.

Em suma, entre 2017 e 2019, a Guiné-Bissau experimentou um crescimento econômico moderado, acompanhado por inflação baixa e estável. A pandemia de 2020 interrompeu esse crescimento, causando uma desaceleração significativa no PIB, mas com inflação ainda controlada. Em 2021, a economia se recuperou fortemente, com o PIB crescendo 6,4%. No entanto, essa recuperação foi acompanhada por uma inflação crescente, que atingiu 6,9% em 2022. Isso mostra que, embora a economia tenha crescido rapidamente, o aumento dos preços tornou-se um desafio importante. A economia continua a crescer em 2023, com o PIB real alcançando 5,7%, mas a inflação começou a decair. A previsão de desaceleração do crescimento econômico para 3,7% em 2024, combinada com uma inflação projetada de 1,5%, sugere que a economia da Guiné-Bissau pode entrar em uma fase de crescimento mais lento, mas com preços mais estáveis, o que pode proporcionar um ambiente mais favorável para investimentos e consumo.

Em termos gerais, a economia da Guiné-Bissau mostrou resiliência após a pandemia, com uma recuperação significativa do PIB real. Contudo, a alta inflação, especialmente em 2021-2022, representou um obstáculo para o crescimento sustentável. A partir de 2023, a desaceleração do crescimento econômico e a estabilização da inflação indicam um ajuste econômico, possivelmente marcado por um ambiente de crescimento mais lento, porém com menor pressão inflacionária.

A instabilidade política, a precariedade das infraestruturas, indústria subdesenvolvida e os elevados índices de pobreza representam desafios significativos para o desenvolvimento equilibrado dos setores primário, secundário e terciário, impactando diretamente o crescimento econômico da Guiné-Bissau. Os sucessivos golpes de Estado e a guerra civil de 1998 deixaram

marcas profundas na economia do país, dificultando a recuperação e a implementação de políticas eficazes de desenvolvimento.

Como consequência, os níveis de pobreza têm se agravado progressivamente, atingindo 65% da população (BAD, 2022; WFP, 2024). O desemprego oficial é estimado em 11,5%, porém esses números são considerados subestimados, uma vez que não refletem a alta taxa de informalidade no mercado de trabalho. Essa preocupação é destacada no relatório *Perspectivas Econômicas em África 2022*, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que estima que o desemprego real na Guiné-Bissau pode alcançar 50% da população ativa jovem, evidenciando a fragilidade do setor produtivo e a escassez de oportunidades formais de emprego.

3. HISTÓRIA DA CASTANHA EM GUINÉ-BISSAU E A SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO GLOBAL

Este capítulo abordará a história da castanha de caju na Guiné-Bissau e sua participação no mercado global, analisando o passado e o presente da produção no país. Será apresentada, para o período de 1961 a 2022, a evolução da área de produção de caju e a sua variação em termos de produção em Guiné-Bissau. Além disso, será discutida a evolução da exportação de castanha de caju no mesmo período, destacando a posição da Guiné-Bissau no mercado mundial de caju.

3.1 PASSADO E PRESENTE DA CASTANHA NA GUINÉ-BISSAU

A produção e a comercialização da castanha de caju é uma atividade agrícola essencial para o desenvolvimento socioeconômico⁸ da Guiné-Bissau. Tendo sua origem no Brasil, o *Anacardium occidentale L.*, conhecido como cajueiro, foi disseminado pelos portugueses no século XVI em suas colônias africanas com clima tropical, como Moçambique e Guiné-Bissau, e para o sudeste asiático, a partir da Índia, visando a demarcação de terras e diversificação da cultura agrícola nessas regiões (Draft, 2004; Comba, 2022; Siga, 2023; CPD Fund, 2023). O cajueiro é atualmente cultivado em aproximadamente 46 países pelo mundo, principalmente aqueles em desenvolvimento. A África (ocidental e oriental) produz mais da metade (52%) da produção global de caju, seguido pela Ásia, que contribui com uma média anual de 43%, e América Latina e o Caribe, com os 5% restantes. Como veremos abaixo, os maiores produtores globais incluem Costa do Marfim, Índia, Vietnã, Nigéria e Tanzânia (UNCTAD, 2021; *Cashew Machinery*, 2024).

Na Guiné-Bissau a produção de castanha de caju tem origens históricas ligadas ao período colonial. Os portugueses introduziram o cultivo do caju no país entre o final do século

⁸O desenvolvimento socioeconômico, enquanto processo multidimensional, demanda transformações estruturais que articulem crescimento econômico, inclusão social e fortalecimento institucional. Para Sen (1999), desenvolver-se é ampliar liberdades reais - como acesso à educação, saúde e participação política - e não apenas acumular riqueza. Essa visão fundamenta o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como parâmetro ampliado de progresso, como adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023). Na Guiné-Bissau, onde fragilidades institucionais, pobreza rural e baixa diversificação produtiva limitam o progresso, a castanha de caju representa não apenas o principal produto de exportação, mas um vetor estratégico de desenvolvimento. Cultivada por pequenos produtores em várias regiões do país, sua cadeia produtiva envolve mais de dois terços das famílias rurais, contribuindo diretamente para a geração de renda, dinamização das economias locais, segurança alimentar e redução da pobreza. Ao articular atividades agrícolas, comerciais e potenciais industriais, o setor do caju constitui um eixo fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, resiliente e sustentável (AfDB, 2021).

XIX ao início do século XX, como parte das suas estratégias coloniais para diversificar a agricultura local, dominada na época pelo cultivo de arroz e amendoim. Inicialmente foi usado em fazendas locais e jardins de casas (Catarino, 2015). A plantação de cajueiro teve melhores resultados nas regiões litorâneas do país, especialmente em Cacheu, Biombo e Oio, que atualmente ocupam mais de uma metade da área destinada ao plantio de caju (Draft, 2004; CPD Fund, 2023).

No período colonial, a expansão da cultura de caju da Guiné Portuguesa teve impulso significativo no Governo de Sarmiento Rodrigues (1945-1949). Na sequência, a produção de caju chegou a 400 toneladas na década de 1950. Reconhecendo seu valor e sua resistência, a administração colonial sugeriu como uma das suas prioridades a pesquisa profunda e experimentação de cajueiro, considerando a experiência anterior em Moçambique, um grande produtor de caju na época. Como resultado, foi implementado um Plano de Desenvolvimento do Caju, sob uma perspectiva de cadeia de valor integrada, considerada necessária para o desenvolvimento do território e de seu povo. Esse plano, criado pela Missão de Estudos Agronômicos do Ultramar (MEAU), visava explorar o valor potencial e rusticidade de caju, promovendo o seu cultivo em solos esgotados por outras culturas, como milho, arroz de sequeiro ou amendoim, bem como por incêndios, criando um projeto de pesquisa multidisciplinar de seis anos na década de 1960 (Catarino, 2015).

Na sequência disso, foram estabelecidos viveiros em várias localidades de Leste, Norte e Sul da Guiné-Bissau e dezenas de hectares de pomares foram plantados. Para incentivar a plantação, a administração colonial criou um sistema *taungya*, que oferecia prêmios em dinheiro aos agricultores interessados. Em meados de 1960, as exportações de castanha de caju chegaram a 125 toneladas, e continuaram a crescer na década de 1970 (Catarino, 2015).

Constata-se que Guiné-Bissau inseriu-se no mercado internacional da castanha de caju ainda no período colonial, antes da proclamação unilateral de independência em 1973. Contudo, as exportações foram interrompidas com a intensificação da luta armada e só foram retomadas após o reconhecimento oficial da independência por Portugal, em 1974 (Draft, 2004). Até então, a exploração do caju limitava-se à satisfação dos interesses coloniais. Com a independência e sob a liderança de Luís Cabral, o novo governo adotou políticas voltadas à produção, transformação e comercialização do caju, tanto para o mercado interno quanto externo (Mendes, 2010; Catarino, 2015).

A partir de 1975, o caju passou a ser promovido como cultura estratégica, visando substituir produtos coloniais como o amendoim e fortalecer a autonomia econômica do país. Entre 1975 e 1980, políticas estatais impulsionaram um crescimento anual médio de 15% na

área plantada (FAO, 1983). Entretanto, apesar da implantação de extensos pomares, a ausência de investimentos em processamento industrial limitou o aproveitamento da produção. Na década de 1970, menos de 2% da castanha era processada localmente, com um volume bruto anual de apenas 5.000 toneladas — valor inferior à capacidade mínima de viabilização industrial, estimada em 10.000 toneladas/ano (Banco Mundial, 1985).

Iniciativas de cooperação internacional, como a da Holanda, financiaram a instalação de uma unidade semianual de descascamento e uma linha de engarrafamento de suco e geleia de maçã de caju na Ilha de Bolama. No entanto, a capacidade operacional de apenas 500 toneladas/ano mostrou-se insuficiente frente às necessidades do setor, agravada por dificuldades logísticas e falta de manutenção (PNUD, 1978). Essas limitações ilustram os obstáculos à consolidação de uma cadeia produtiva local integrada e economicamente sustentável.

Nos anos 1980, organizações como a UICN e a ActionAid passaram a promover o caju como cultura adaptada à agroecologia e aos sistemas de subsistência. Estimativas indicam que cerca de 70% dos camponeses adotaram a cajucultura devido à sua baixa exigência de insumos e à compatibilidade com outros cultivos (Catarino, 2015). Contudo, a produtividade permaneceu baixa - em torno de 300 kg/hectare nos anos 1990 -, bem abaixo dos padrões de países como a Índia, que alcançavam até 1.000 kg/hectare (FAO, 2001). A precariedade da infraestrutura e a ausência de industrialização acentuaram a dependência da exportação de matéria-prima, impedindo a geração de valor agregado interno.

Apesar das dificuldades, a cajucultura expandiu-se expressivamente. A área plantada saltou de 3.000 hectares em 1976 para 223.917 hectares em 2022 (FAO, 2024), refletindo o crescente investimento no setor e sua consolidação como principal *commodity* nacional no período pós-independência. O caju substituiu cultivos coloniais e passou a ocupar lugar central na economia. Fatores como políticas públicas (1970-1990), incentivos governamentais, assistência técnica e a demanda crescente da Índia e do Vietnã foram determinantes para essa expansão (Temudo, 2012; FAO, 2010). A resiliência do cajueiro a solos pobres e climas semiáridos também contribuiu, tornando-o viável para pequenos produtores, dos quais mais de 80% da população rural depende (Banco Mundial, 2018; INE-GB, 2020).

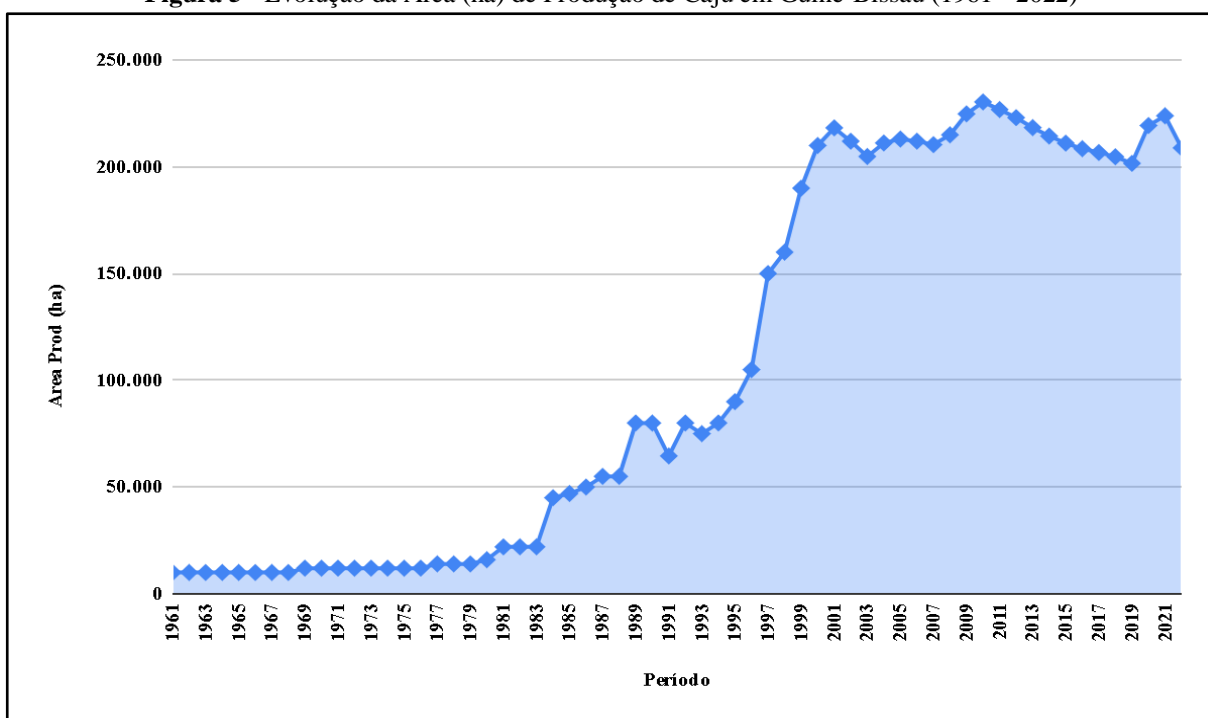
Entre 1985 e 2001, a expansão da área cultivada com cajueiros - conforme ilustrado no gráfico abaixo (Figura 5) - marcou uma profunda reestruturação agroeconômica na Guiné-Bissau. Tal transformação não foi resultado de dinâmicas espontâneas, mas sim fortemente condicionada pelas reformas macroeconômicas implementadas no âmbito dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), em duas fases: de 1987 a 1994 e de 1995 a 1997. Esses programas

priorizaram a especialização em culturas de exportação como estratégia de integração à economia global. Nesse contexto, a combinação entre a facilidade agrônômica do cajueiro, a liberalização comercial, o acesso a crédito informal, a conjuntura internacional favorável e a perda de competitividade de cultivos alimentares, como o arroz e o amendoim, convergiu para tornar o caju a principal - e, em muitos casos, a única - alternativa economicamente viável para os pequenos produtores (Temudo, 2009; Cardoso, 2001).

Esse processo resultou em uma reconfiguração estrutural da agricultura e das exportações, aprofundando a dependência de uma única *commodity* (Comissão Europeia, 2001; OIT, 2002). Ao mesmo tempo, a ausência de uma estratégia nacional para o desenvolvimento da cadeia de valor e agregação de valor por meio do processamento industrial manteve o país em posição periférica nos mercados internacionais. Isso ficou evidente após 2001, quando a queda acentuada nos preços da castanha expôs a fragilidade do modelo agroexportador baseado na monocultura (FAO, 2004; Galli, 2003).

Durante os anos 2000-2010, organismos internacionais como a FAO e o FIDA passaram a financiar projetos de expansão produtiva, como o Caju+ (2015–2020), reforçando o enfoque na exportação da castanha *in natura*, que hoje representa mais de 90% das exportações totais (FMI, 2021). Contudo, essa estratégia revelou-se estruturalmente vulnerável, tanto pela ausência de valor agregado quanto pela instabilidade dos preços internacionais.

Figura 5 - Evolução da Área (ha) de Produção de Caju em Guiné-Bissau (1961 - 2022)



Fonte: FAO (2024). Elaboração própria.

Nas últimas duas décadas, conforme ilustrado na Figura 5, a expansão desacelerou, refletindo um processo de saturação das áreas agricultáveis - mais de 50% estão ocupadas por cajueiros - e o impacto ambiental da monocultura, como a degradação do solo (FAO, 2023; AfDB, 2019). A instabilidade dos mercados globais também afetou a dinâmica do setor: entre 2017 e 2018, os preços internacionais caíram cerca de 30%, enquanto a concorrência de produtores da África Ocidental, como Costa do Marfim e Gana, aumentava (Banco Mundial, 2022; OECD, 2020). A infraestrutura deficiente e a baixa taxa de processamento local (menos de 5%) continuam a limitar o setor (Projeto CajuTECH, 2021; PNUD, 2020). Paralelamente, o êxodo rural reduziu a oferta de mão de obra, e conflitos fundiários passaram a dificultar novas expansões (INE-GB, 2023; WB, 2021).

Em síntese, embora o caju tenha desempenhado papel crucial na economia nacional e no sustento das famílias rurais, os desafios estruturais persistem. A sustentabilidade do setor depende de políticas de modernização produtiva, diversificação agrícola e fortalecimento da cadeia de valor, com maior agregação de valor e redução da vulnerabilidade externa.

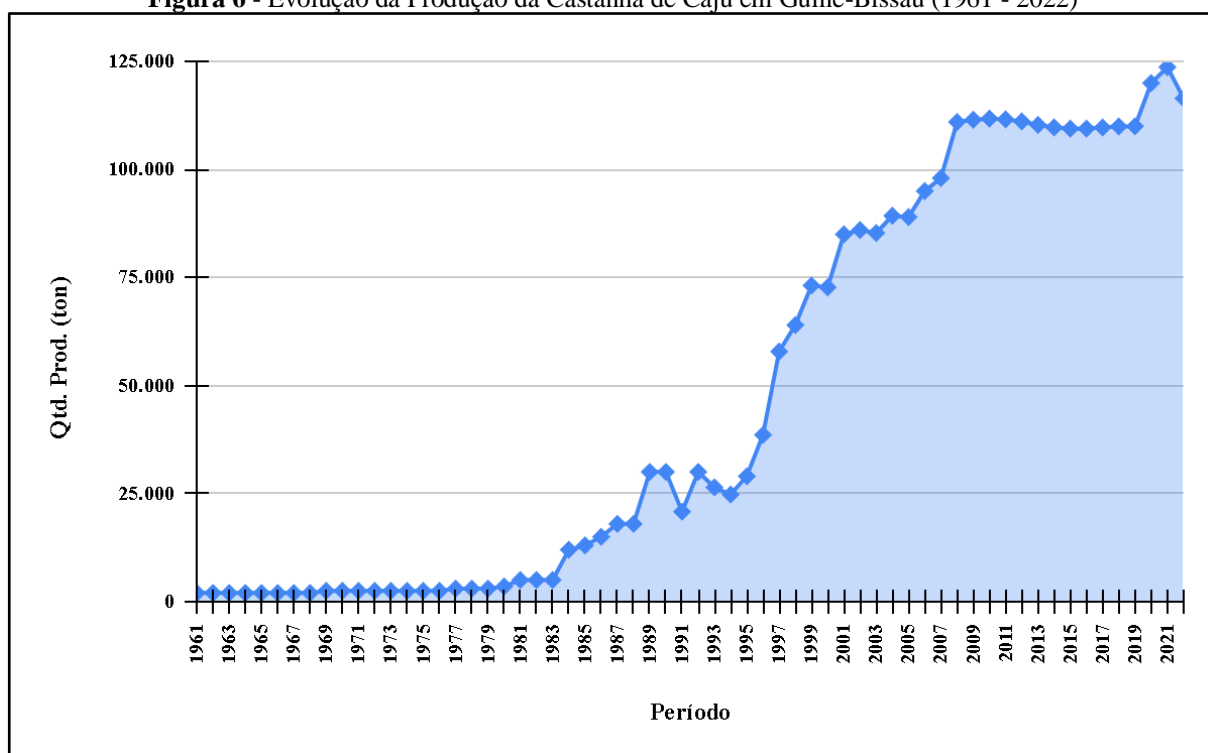
Em 1976, a Guiné-Bissau, já como nova república, realizou sua primeira exportação de castanha de caju *in natura*, enviando 1.200 toneladas de um total de 2.500 toneladas produzidas (Mendes, 2010; CPD Fund, 2023; FAO, 2024). No entanto, instabilidades políticas, como o golpe de Estado de 1980, redirecionaram investimentos públicos, comprometendo o desenvolvimento do setor. Entre 1980 e 2000, apenas três fábricas de processamento operavam no país, todas com capacidade ociosa (BAfD, 2002).

A expansão da área cultivada foi particularmente expressiva entre as décadas de 1980 e 1990, impulsionada pelo crescente interesse no caju como alternativa econômica. A partir de 1984, políticas governamentais incentivaram a concessão de grandes extensões de terras para o cultivo. Em 1987, aproximadamente 300.000 hectares foram concedidos, demarcados e registrados no Ministério de Obras Públicas, ampliando significativamente o plantio e a comercialização da castanha (Catarino, 2015).

A produção de castanha de caju também registrou um crescimento notável durante esse período (Figura 6). Em 1976, a produção era de 2.500 toneladas, que aumentaram para 116.485 toneladas em 2022 (FAO, 2024). O crescimento foi particularmente acentuado a partir dos anos 1980, com a produção crescendo para 30 mil toneladas na década de 1990. Esse aumento pode ser atribuído à expansão da área cultivada e à melhoria nas práticas agrícolas. Como ilustrado no gráfico abaixo, (Figura 6) em 2022, a produção superou 116 mil toneladas, acompanhada de uma área cultivada que ultrapassou 208 mil hectares (FAO, 2024).

Como se evidencia a Figura 7, a exportação de castanha de caju seguiu uma tendência semelhante à da produção, começando com 1.200 toneladas exportadas em 1976 e atingindo 190.800 toneladas em 2022 (FAO, 2024). O pico nas exportações foi observado no início dos anos 2000, com recordes de 200.000 toneladas em 2019 e 234.100 toneladas exportadas em 2021. Esse aumento reflete a crescente demanda internacional por castanha de caju e o papel crescente da Guiné-Bissau como um dos principais fornecedores globais.

Figura 6 - Evolução da Produção da Castanha de Caju em Guiné-Bissau (1961 - 2022)



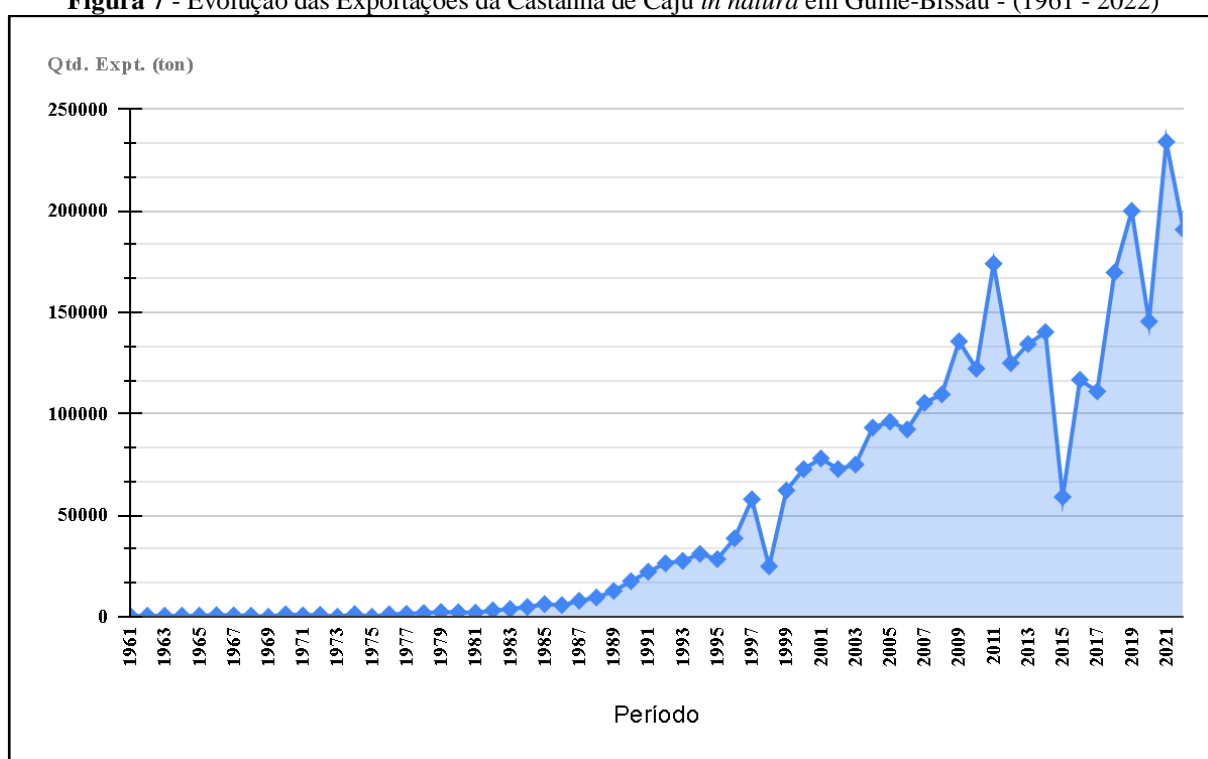
Fonte: FAO (2024). Elaboração própria.

Em suma, com base no contexto histórico e nos dados apresentados, é possível observar que, entre 1961 e 2022, a produção de castanha de caju em Guiné-Bissau cresceu de forma consistente, passando de 2.000 toneladas para mais de 116 mil toneladas, com picos em alguns anos. As exportações, inicialmente baixas e instáveis, aumentaram significativamente a partir dos anos 1980, acompanhando o crescimento da produção e atingindo o pico de 234.100 toneladas em 2021. O aumento das exportações reflete a crescente demanda internacional e melhorias na capacidade produtiva do setor do país. No entanto, as flutuações em ambos os indicadores sugerem desafios logísticos, econômicos e instabilidades políticas que ainda afetam a cadeia produtiva da castanha de caju.

No entanto, apesar do crescimento da produção e exportação da castanha de caju, o setor enfrentou flutuações devido a instabilidades políticas e dificuldades logísticas (Figura 7). Em

1998, por exemplo, as exportações caíram para 24.818 toneladas, mesmo com um aumento na produção para 64.000 toneladas. Essa queda foi resultado direto do conflito armado de 1998-1999, que impactou tanto a produção quanto a comercialização (Draft, 2004; Barry *et al.*, 2007; Mendonça e Mendonça, 2019). Antes da guerra, empresas nacionais contavam com crédito bancário para financiar a compra e exportação do caju, especialmente para a Índia. No entanto, após o conflito, os exportadores locais perderam espaço, e os indianos assumiram o controle do pré-financiamento da castanha, pressionando os preços internos e reduzindo os rendimentos dos agricultores (Draft, 2004; Barry *et al.*, 2007; Mendonça e Mendonça, 2019).

Figura 7 - Evolução das Exportações da Castanha de Caju *in natura* em Guiné-Bissau - (1961 - 2022)



Fonte: Mendes (2010); MEF (2022); FAO (2024). Elaboração própria.

Atualmente, a exportação de castanha de caju é um pilar da economia da Guiné-Bissau, com mais de 90% da produção destinada ao mercado externo. O setor agrícola emprega e gera renda para 85% da população, impulsionado por investimentos, avanços nas práticas agrícolas e a consolidação do caju como a principal *commodity* do país após a independência. No entanto, desafios estruturais resultaram em oscilações ao longo dos anos. Embora o caju lidere as exportações nacionais, mais de 90% da produção é exportada *in natura*, principalmente para a Índia, tornando o país vulnerável à volatilidade dos preços internacionais (ITC, 2023). Em 2023, das 200.000 toneladas produzidas, menos de 5% foi processado localmente (USAID, 2023), refletindo a baixa capacidade de industrialização. Consequentemente, a contribuição do

setor para o PIB industrial permanece abaixo de 5%, evidenciando a estagnação histórica no valor agregado (FMI, 2022).

Assim, apesar de sua importância econômica, o setor continua preso a um ciclo de subdesenvolvimento, marcado por baixa produtividade, processamento interno limitado e desafios estruturais. Esse cenário reforça a necessidade de políticas integradas que combinem incentivos agrícolas com investimentos estratégicos em tecnologia e infraestrutura logística.

3.2 GUINÉ-BISSAU NO MERCADO MUNDIAL DE CASTANHA DE CAJU

O mercado mundial de castanha de caju tem se expandido significativamente nas últimas décadas, com o cultivo se tornando um dos principais produtos agrícolas em diversos países. Nos últimos 40 anos, a área global destinada ao cultivo de caju aumentou 13,5 vezes, passando de 5.262,5 km² para 71.019,7 km². Costa do Marfim, Índia, Vietnã, Nigéria, Tanzânia, Benin e Indonésia lideram em termos de extensão de cultivo, representando juntos mais de 71% dessa área. A África Ocidental sozinha responde por 45% da área total (Monteiro et al, 2017; UNCTAD, 2021; Siga, 2023; Cashew Machinery, 2024).

Em 1986, a produção mundial de caju era de 614.334 toneladas (Cateia; Veloso; Feistel, 2018). Com o engajamento de mais países no cultivo do cajueiro, essa produção saltou para 3.708.153 de toneladas em 2021. Atualmente, o caju é cultivado em cerca de 46 países, principalmente em nações em desenvolvimento (UNCTAD, 2021; Cashew Machinery, 2024). A análise da produção global de castanha de caju apresentada na Tabela 1 revela variações significativas entre 2016 e 2021, com diferentes continentes contribuindo de maneiras distintas para o total mundial.

Tabela 1 - Produção Global da Castanha de Caju em Milhões de Tonelada por Continente (2016-2021)

Produção Global Continente	Período					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
África	1.587.095	1.857.466	2.004.206	1.819.810	1.973.352	1.967.199
Américas	91.686	148.278	154.607	151.693	152.333	124.122
Ásia	1.391.141	1.382.757	1.546.789	1.511.920	1.549.963	1.616.832
Mundo	3.069.922	3.388.501	3.705.602	3.483.423	3.675.648	3.708.153

Fonte: CONAB (2023); Siga (2023). Elaboração própria.

A África se destaca como o maior produtor, com um crescimento constante até 2018, quando alcançou 2.004.206 toneladas (Tabela 1). Após uma queda em 2019, a produção africana voltou a crescer, estabilizando-se em aproximadamente 1.967.199 toneladas em 2021. Isso reforça a importância de países como Costa do Marfim e Guiné-Bissau no mercado global de caju. A Ásia, depois da África, é a segunda maior produtora de caju, com uma produção consistente que variou de 1.382.757 toneladas em 2017 a 1.616.832 toneladas em 2021. Apesar das flutuações, a tendência geral de crescimento na Ásia foi impulsionada por países como Índia e Vietnã, líderes na produção e processamento de caju. As Américas, por outro lado, representaram a menor parcela da produção global, que oscilou entre 91.686 toneladas em 2016 e um pico de 154.607 toneladas em 2018. Após 2018, a produção americana diminuiu, atingindo 124.122 toneladas em 2021, um declínio agravado pela ocorrência de pragas e doenças, além de desafios climáticos que resultaram em um alto índice de mortalidade de plantas. Isso levou à redução significativa de grandes áreas de produção, especialmente no Brasil, que perdeu 43,7% de sua área produtiva (Brainer, 2022).

Em termos gerais, a produção global de caju cresceu de 3.069.922 toneladas em 2016 para 3.708.153 toneladas em 2021, com África e a Ásia como os principais contribuintes. Essa expansão reflete tanto os avanços quanto os desafios enfrentados nas diferentes regiões, incluindo mudanças climáticas, práticas agrícolas e capacidades de processamento. A África e a Ásia continuam sendo centrais na produção global de caju, enquanto as Américas desempenham um papel menor, mas ainda relevante. A relativa estabilidade da produção global sugere uma indústria resiliente, apesar das variações regionais.

A Tabela 2 apresenta a produção mundial de castanha de caju entre 2016 e 2021, com foco em todos os países da lista, oferecendo uma visão abrangente das tendências e variações na produção global, com destaque especial para a Guiné-Bissau.

Ao observar a Tabela 2, constata-se que, a Costa do Marfim se firmou como o maior produtor mundial de castanha de caju, alcançando um pico de 848.700 toneladas em 2020, com uma leve queda para 837.850 toneladas em 2021, refletindo a resiliência do país apesar das variações climáticas e agrícolas. A Índia, embora tradicionalmente um grande produtor, viu sua produção flutuar, caindo de 817.000 toneladas em 2018 para 703.000 toneladas em 2020, antes de uma leve recuperação em 2021. O Vietnã apresentou crescimento consistente, dobrando sua produção de 2017 a 2021, enquanto as Filipinas mantiveram estabilidade com um aumento gradual. A Tanzânia enfrentou grandes oscilações, mas recuperou-se em 2021 após uma queda significativa. Outros países, como Benin e Indonésia, mostraram crescimento contínuo,

enquanto Burkina Faso e Moçambique mantiveram estabilidade, com ligeiros desafios no final do período analisado.

Tabela 2 - Produção Global da Castanha de Caju (*in natura*) por País em Toneladas (2017-2021)

Produção Global Países	Período				
	2017	2018	2019	2020	2021
Costa de Marfim	711.000	761.317	634.631	848.700	837.850
Índia	745.000	817.000	743.000	703.000	738.000
Vietnã	215.765	266.288	286.047	348.504	399.308
Filipinas	222.541	228.612	242.329	255.915	255.931
Tanzânia	265.238	313.826	225.106	23.681	210.786
Benin	133.713	115.590	130.276	137.926	150.414
Indonésia	135.569	147.647	162.510	165.868	170.462
Burkina Faso	125.000	135.000	135.000	135.000	137.722
Moçambique	139.088	130.000	140.000	143.000	135.161
Guiné-Bissau	109.722	109.960	110.000	120.000	123.686
Nigéria	100.000	100.000	101.500	112.700	118.624
Brasil	133.606	141.386	138.597	139.921	111.103
Gana	90.000	102.531	85.962	90.471	105.983
Mali	119.761	167.621	167.621	73.995	75.327
Guinea	16.000	25.000	48.000	37.000	34.550
Tailândia	25.715	24.302	15.049	25.022	24.791
Malásia	16.201	16.335	16.198	16.245	16.259
Sri Lanka	20.190	44.756	35.051	33.655	10.335
Quênia	19.066	13.852	12.802	12.668	9.121
Países Cima	3.343.177	3.661.269	3.439.679	3.632.271	3.664.010
Demais Países	45.324	44.333	43.743	43.377	44.143
Mundo	3.388.501	3.705.602	3.483.423	3.675.648	3.708.153

Fonte: CONAB (2023); Siga (2023). Elaboração própria.

A Guiné-Bissau, ocupando a 10ª posição global em produção de castanha de caju em 2021, viu sua produção crescer de 109.722 toneladas em 2017 para 122.283 toneladas em 2021. Embora seja uma variação menor em comparação aos maiores produtores, como a Costa do Marfim, a castanha de caju é vital para a economia guineense, representando uma grande parte das receitas de exportação. Ainda segundo a Tabela 3, percebe-se que a Nigéria teve um

crescimento modesto na produção de caju, de 100.000 toneladas em 2017 para 118.624 toneladas em 2021. O Brasil manteve uma produção estável até 2020, mas em 2021 registrou uma queda para 111.103 toneladas, pelos motivos já destacados anteriormente. Em Gana, a produção cresceu em 2021, alcançando 105.983 toneladas, enquanto o Mali teve grandes flutuações, caindo para 75.327 toneladas em 2021. Os demais países como Guiné, Tailândia, Malásia, Sri Lanka e Quênia tiveram pequenas variações, com menor impacto no mercado global.

De maneira geral, a análise dos dados de 2016 a 2021 confirma que a Costa do Marfim continua sendo o maior produtor de castanha de caju na África Ocidental, desempenhando um papel significativo no mercado global. Guiné-Bissau, por sua vez, ocupa a quarta posição na África Ocidental. Países como Benin e Burkina Faso mostraram estabilidade e crescimento gradual. Entretanto, a volatilidade em países como Guiné e Gana destaca os desafios enfrentados pela região, incluindo a necessidade de melhorias em infraestrutura e práticas agrícolas para garantir uma produção mais consistente e competitiva no mercado internacional.

4. CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA DE CAJU DA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo abordará a cadeia produtiva da castanha de caju na Guiné-Bissau, iniciando com uma breve revisão teórica sobre o conceito de cadeia produtiva e seus sistemas. Na Guiné-Bissau, a cadeia produtiva da castanha de caju será analisada em seus segmentos principais: máquinas e insumos (antes da porteira), produção (dentro da porteira), com destaque para a distribuição da área de produção nas diferentes zonas do país, e comercialização (depois da porteira), com foco no mercado interno e seus atores e operadores econômicos. A análise incluirá o mercado regional, o mercado externo (asiático) e a evolução das exportações de castanha de caju *in natura* da Guiné-Bissau de 2016 a 2024 e as projeções para 2025. Por fim, será apresentado o ambiente organizacional e institucional da cadeia produtiva da castanha de caju na Guiné-Bissau, destacando as instituições do Estado, organizações privadas, associações privadas e os operadores econômicos, que incluem camponeses, agricultores, intermediários, grossistas, exportadores, processadores e *brokers*.

4.1 CADEIA PRODUTIVA: BREVE REVISÃO TEÓRICA

Em termos gerais, a produção agrícola era vista, até os anos 1960, como um setor independente, analisado principalmente sob a ótica de mercados e preços. Essa visão começou a mudar com a contribuição de John Davis e Ray Goldberg (1957), da Universidade de Harvard, que introduziram o conceito de *agribusiness* (agronegócio). Eles definiram o *agribusiness* como a soma de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de insumos agrícolas, nas operações de produção nas fazendas e no armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas. Essa nova abordagem passou a considerar a interdependência entre o setor agrícola e outras indústrias, rompendo com a ideia de que a agricultura funcionava de forma isolada (Zylbersztajn, 2017; Simi & Saldanha, 2018).

A primeira menção ao termo "*agribusiness*" ocorreu em 1955, quando John Davis o utilizou em uma conferência em Boston. Posteriormente, em 1957, ele e Goldberg publicaram um estudo a pedido de empresas do setor de insumos, máquinas agrícolas e alimentos, com o objetivo de convencer o Estado a criar incentivos para o setor agrícola. Nesse estudo, os autores aplicaram a matriz de relações intersetoriais (*Leontief*) para compreender o agronegócio como um sistema integrado dentro da economia norte-americana (Zylbersztajn, 2000; Samate, 2018).

Davis e Goldberg destacaram a mudança no modelo agrícola no pós-guerra, caracterizado pela especialização das atividades agropecuárias. Antes, as unidades rurais eram verticalmente integradas, ou seja, produziam tanto os insumos quanto os produtos finais. Com o tempo, a produção passou a depender cada vez mais de insumos industrializados adquiridos no mercado, e não mais produzidos localmente pelo próprio agricultor. Além disso, atividades como armazenamento, processamento e distribuição tornaram-se complexas demais para serem realizadas integralmente pelos produtores rurais (Zylbersztajn, 2017).

Essa nova perspectiva sobre o agronegócio trouxe diferentes conceitos, variando conforme o autor e o campo de aplicação. Simi e Saldanha (2018), por exemplo, destacam que cadeias produtivas no setor agropecuário, como as de cereais, carnes, frutas, leite e açúcar, são compostas por etapas consecutivas de transformação e incorporação de insumos, resultando em bens ou serviços. Castro, Lima e Hoeflich (2000) ampliam essa visão, definindo a cadeia produtiva como um conjunto interativo de sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento, agentes de distribuição e consumidores finais. Andrade (2002) complementa afirmando que a cadeia produtiva é uma ferramenta de visão sistêmica, com fluxos de materiais, capital e informação interligando os atores envolvidos para atender ao mercado consumidor.

Andrade (2002), ademais, descreve a cadeia produtiva como uma sequência de transformações de recursos econômicos em bens e serviços, com fluxos de matérias-primas e informações percorrendo todos os setores - do agropecuário até o consumidor final. Essa estrutura é vista como crucial tanto para a formulação de políticas públicas quanto para estratégias empresariais. Prochnik e Haguernauer (2001) e Castro, Lima e Cristo (2002) reforçam essa visão ao descreverem a cadeia produtiva como um sistema de fases consecutivas, em que os insumos são transformados e movimentados até o consumidor final. Batalha (1997) destaca a importância de mapear as operações necessárias para a produção de um produto final, enquanto Araújo (2010) ressalta a necessidade de entender a integração e inter-relação das cadeias produtivas, propondo um conceito mais amplo que abranja todas as fases até a distribuição e agregação de valor.

A evolução da pesquisa sobre agronegócio nas décadas de 1980 e 1990 ampliou a abordagem original de Davis e Goldberg, focando na governança, nos contratos complexos e na convergência entre economia e gestão. Esse novo enfoque ressalta a interdependência entre os diversos agentes e setores envolvidos na produção agrícola (Zylbersztajn, 2017). Essa metodologia, sob o enfoque do sistema de *commodities* (CSA), desenvolveu uma análise abrangente do agronegócio nos EUA e sua contribuição para o produto norte-americano,

influenciando o agronegócio global, especialmente com a expansão das economias por meio da globalização. Sua fácil aplicabilidade fez com que o modelo se tornasse relevante em diferentes contextos internacionais, adaptando-se a várias economias (Zylbersztajn, 2000; Samate, 2018).

A nova concepção da agricultura e suas conexões propôs uma visão mais ampla, integrando o consumidor final como parte essencial do processo e deslocando o foco da simples organização agrícola para todo o sistema de produção. Esse enfoque permitiu analisar a agricultura como parte de um sistema interdependente, com ligações diretas a outras indústrias e setores econômicos (Zylbersztajn, 2000). Essa mudança de paradigma foi impulsionada pelos avanços científicos e tecnológicos, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, o que levou a uma visão mais estratégica e sistêmica da produção agrícola (Zylbersztajn, 2000; Samate, 2018).

A partir desse período, a produção agrícola passou a depender mais de insumos industrializados e a complexidade das atividades de armazenagem, processamento e distribuição aumentou, tornando difícil para o produtor rural realizá-las sozinho. Além disso, o CSA abrange instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio, evidenciando a importância do ambiente institucional na coordenação de cada etapa do processo (Zylbersztajn, 2000).

Embora o enfoque não seja exclusivamente institucional, ele reconhece a importância desse aspecto, especialmente em alguns estudos no Brasil, como Zylbersztajn (1995; 1996) e Zylbersztajn & Farina (1999). O modelo de Harvard de 1968 rompeu com o caráter estático do modelo original de 1957, incorporando uma nova concepção de estrutura, conduta-desempenho e a importância das inovações tecnológicas como motor de mudanças econômicas, segundo os modelos neoschumpeterianos (Zylbersztajn, 2000; Samate, 2018). O novo conceito também enfatiza as estruturas de coordenação do agronegócio, como governo, associações e cooperativas, que buscam garantir a geração e proteção de renda no campo por meio de investimentos em pesquisa, inovação, regulamentação e capacitação. Esse enfoque destaca o papel do ambiente institucional no dinamismo das relações entre os agentes do setor, proporcionando uma análise sistêmica da agricultura, baseada nos conceitos de sistemas agroindustriais, cadeias produtivas ou análise de *filière* (Zylbersztajn, 2000).

Em síntese, esta breve revisão teórica, sob ponto de vista de diversos autores, revela que a cadeia produtiva é um sistema interconectado, composto por diversas etapas e atores, desde a produção de insumos até o consumidor final. Trata-se de um referencial que mostra a importância de uma visão sistêmica, onde fluxos de materiais, capital e informação ligam produtores, fornecedores, indústrias e distribuidores. Também enfatiza a necessidade de

coordenação eficiente entre os participantes e o papel das políticas públicas e estratégias empresariais para otimizar o processo e atender ao mercado.

Na Guiné-Bissau, a cadeia produtiva da cajucultura envolve várias etapas, que incluem: cultivo e produção agrícola por pequenos produtores; colheita manual e secagem das castanhas; processamento para extração de amêndoas (em alguns casos) e aproveitamento do pedúnculo para sucos e outros produtos, como o *n'sumsum* (cachaça ou vinho de caju); comercialização por intermediários, empresas processadoras e exportadoras; e distribuição no mercado interno e externo (regional e internacional). Cada fase contribui para agregar valor ao produto, com destaque para a exportação, que é uma importante fonte de renda para a Guiné-Bissau.

4.2. ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA

A compreensão da cadeia produtiva da cajucultura é essencial para a formulação de políticas e estratégias eficientes por instituições públicas e privadas. Esse setor pode ser analisado em três grandes segmentos: antes, dentro e depois da porteira, que representam as fases do processo produtivo agropecuário (Araújo, 2007; Simi & Saldanha, 2018; Samate, 2018).

- **Antes da porteira:** abrange os fornecedores de insumos e serviços essenciais para a produção, como sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, maquinários e tecnologias. Também inclui instituições de apoio, como assistência técnica, crédito e pesquisa agropecuária.
- **Dentro da porteira:** corresponde às atividades realizadas na fazenda, incluindo preparo e manejo do solo, irrigação, tratos culturais, colheita e criação de animais. Nesta fase, os insumos são transformados em produtos agropecuários.
- **Depois da porteira:** engloba o armazenamento, processamento, industrialização, distribuição, transporte, comercialização e exportação. Aqui, os produtos passam pelo beneficiamento, agregando valor à matéria-prima antes de chegarem ao mercado interno e externo.

Cada uma dessas etapas é interdependente e forma um Sistema Agroindustrial (SAG), que deve ser gerenciado de forma integrada. Inovações e decisões em um segmento impactam diretamente os demais, exigindo uma coordenação eficiente para otimizar a produtividade e atender à demanda do mercado (Araújo, 2007; Samate, 2018).

O SAG, conforme Zylbersztajn e Neves (2000), é uma rede de agentes econômicos interdependentes, desde a produção de insumos até o consumo final, envolvendo atividades agrícolas, industriais e de serviços. Sua abordagem enfatiza a coordenação entre os elos da

cadeia e a criação de valor compartilhado. A estrutura do sistema pode ser dividida em seis etapas principais:

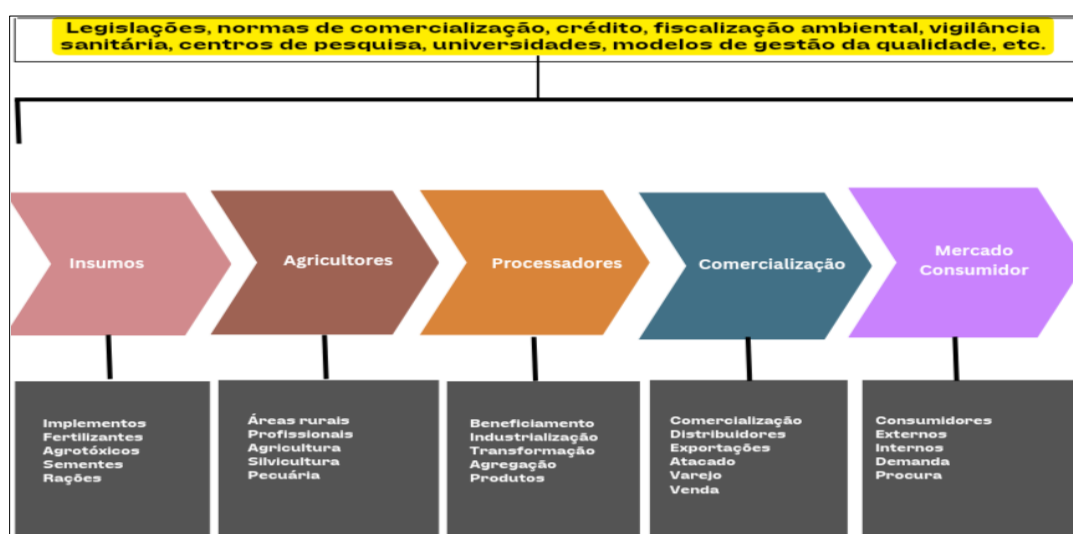
1. **Serviços de apoio:** assistência técnica, crédito, pesquisa e inovação;
2. **Insumos:** fornecimento de sementes, fertilizantes, defensivos e equipamentos;
3. **Produção agrícola:** cultivo e manejo de lavouras e criações;
4. **Indústria de alimentos e fibras:** beneficiamento e processamento agroindustrial;
5. **Distribuição:** comercialização no atacado e varejo;
6. **Consumidor final:** demanda que influencia a oferta e as inovações no setor (Araújo, 2007; Zylbersztajn, 2000; Samate, 2018).

Dentro desse sistema, a cadeia produtiva é um subsistema que foca nas transformações físicas e agregação de valor de um produto específico, como café, soja ou caju. De acordo com Zylbersztajn e Neves (2000), ela representa um fluxo coordenado de operações técnicas e econômicas, envolvendo agentes interdependentes que garantem eficiência e competitividade.

A cadeia produtiva, ilustrada na Figura 8, pode ser subdividida em cinco segmentos fundamentais (Simi & Saldanha, 2018):

1. **Insumos:** suprimentos essenciais, como fertilizantes, defensivos e equipamentos;
2. **Agricultores:** produtores rurais, engenheiros agrônomos e técnicos em agronegócio;
3. **Processadores:** unidades que beneficiam e transformam a matéria-prima;
4. **Comerciantes:** atacadistas e varejistas responsáveis pela distribuição ao consumidor final;
5. **Consumidores:** determinantes da demanda e da evolução da qualidade dos produtos.

Figura 8 - Segmentos de uma Cadeia Produtiva Agropecuária



Fonte: Simi & Saldanha (2018). Adaptado pelo autor.

Além da estrutura produtiva, o setor está sujeito a legislações ambientais, trabalhistas e tributárias, que compõem o ambiente institucional. O ambiente organizacional, por sua vez, é formado por órgãos de fiscalização, instituições de crédito, universidades e centros de pesquisa, que desempenham um papel estratégico no desenvolvimento da cajucultura (Simi; Saldanha, 2018).

Para compreender as atividades e agentes da cadeia produtiva, o fluxograma acima (Figura 8) ilustra de forma sintética um sistema agroindustrial, destacando os fluxos de operações, materiais, recursos e as interações entre os agentes envolvidos na geração de produtos finais ou intermediários para o mercado. Ela oferece uma visão geral de toda a cadeia produtiva do agronegócio, mostrando como os diversos setores se interconectam.

Além do ambiente institucional e organizacional, o fluxograma acima segue uma cadeia que começa com o fornecimento de insumos (fertilizantes, sementes, etc.), que são a base da produção rural, que é conduzida pelos agricultores. Os produtos gerados são processados por indústrias que agregam valor antes de distribuí-los para o mercado. O ciclo termina com os consumidores, cujas preferências e exigências moldam a demanda, afetando toda a cadeia produtiva. Este fluxo depende fortemente de legislações ambientais, sanitárias e econômicas, bem como do financiamento e pesquisa tecnológica para garantir competitividade e sustentabilidade.

4.3 CADEIA PRODUTIVA DE CAJUCULTURA NA GUINÉ-BISSAU

4.3.1 Segmentos de máquinas e insumos (“antes da porteira”)

A concepção de cadeias produtivas integra os diferentes agentes do agronegócio nos segmentos "antes da porteira", "dentro da porteira" e "após a porteira". A fase "antes da porteira", como visto anteriormente, abrange fornecedores de insumos como sementes, fertilizantes e máquinas, além de instituições de apoio, como assistência técnica e pesquisa agropecuária, essenciais para o desenvolvimento e gestão dos recursos (Araújo, 2007). No processo produtivo do agronegócio, insumos como máquinas, água, energia, corretivos de solo, fertilizantes, agroquímicos e rações são fundamentais. No caso específico da adubação do cajueiro, recomendam-se macronutrientes como nitrogênio, fósforo e potássio, aplicados conforme a análise do solo (Araújo, 2007; Mesquita & Crisóstomo, 2021). As máquinas mais comuns na agropecuária incluem tratores, colheitadeiras e motores fixos, cada uma com

implementos e complementos específicos conforme a atividade e o tamanho da área (Araújo, 2007).

Apesar da diversidade de insumos e maquinários disponíveis para cadeias produtivas, a produção de castanha de caju na Guiné-Bissau ainda é predominantemente manual e tradicional, com baixa utilização de máquinas e insumos modernos, como fertilizantes e pesticidas. O cultivo de culturas como cajueiro, arroz e milho segue padrões rudimentares, com agricultores dependendo de métodos tradicionais. Em geral, o uso de fertilizantes sintéticos é praticamente inexistente, sendo substituído por recursos disponíveis na própria unidade produtiva, como esterco e palha. O emprego de agroquímicos sintéticos ocorre apenas em casos específicos de pragas.

A seleção de sementes, feita sem critérios técnicos durante a colheita, pode comprometer a qualidade e a resistência das plantas, aumentando os riscos de perda (Monteiro et al., 2017). A mecanização também é limitada, com poucos equipamentos utilizados — como enxadas, *saruas* e *fefés* — e adquiridos no comércio local. Além disso, a assistência técnica e a pesquisa agropecuária são pouco desenvolvidas, restringindo o acesso dos agricultores a inovações que poderiam melhorar a produtividade.

Essa realidade evidencia, por um lado, a baixa dependência dos agricultores da indústria de insumos e equipamentos, mas, por outro, impõe sérias limitações à produtividade e à competitividade do país no mercado global. No caso do caju, principal produto de exportação, essa defasagem é ainda mais crítica. Em contrapartida, países como Brasil, Índia e Vietnã adotam tecnologias avançadas, maquinário moderno e insumos agrícolas, aumentando a eficiência e a produção (Terra Ranka, 2015).

Diante desse cenário, torna-se essencial investir na modernização do setor agrícola guineense, promovendo a adoção de novas tecnologias, equipamentos e insumos que ampliem a competitividade do agronegócio local, garantindo um desenvolvimento agrícola mais sustentável e eficiente.

4.3.2 Produção (“dentro da porteira”)

A fase dentro da porteira trata de todas as atividades e agentes ligados diretamente à atividade produtiva do agronegócio. Na cajucultura, esse segmento inclui as atividades de seleção, plantação, colheita e armazenagem da castanha de caju com casca (Samate, 2018). Na Guiné-Bissau, com seu clima tropical, o cajueiro floresce em fevereiro e frutifica principalmente entre março e junho. Trata-se de uma planta resistente, adaptável à seca e solos

de baixa fertilidade, altas temperaturas e estresse hídrico, podendo crescer em diferentes tipos de relevo (Crisóstomo; Taniguchi, 2016). A árvore cresce em altitudes de até 1000 m de nível de mar e consegue adaptar a condições muito secas, desenvolvendo em temperaturas que variam entre 15 a 38°C, necessitando de uma precipitação anual média de 500–3500mm (Catarino *et al.*, 2015; Seca, 2022; Comba, 2022; Siga, 2023).

Na Guiné-Bissau, a implantação de cajueiro ocorre em terras seminativas ou savanas, após a limpeza do terreno e queima dos galhos, tanto para acelerar o processo de cultivo quanto para melhorar a fertilidade do solo (Monteiro, *et al.*, 2017). A maior parte das plantações de cajueiro da Guiné-Bissau, como ilustrado na imagem acima (Figura 9), é realizada em linha e diretamente no solo seco ou úmido, com sementes sendo colocadas no final da estação de chuvas (final de agosto) e associadas a outras culturas alimentares nos primeiros anos de desenvolvimento. Como não há critérios para seleção das sementes durante a colheita ou plantio, resulta em uma grande variedade de plantas, polpas e tamanhos de castanha na mesma plantação (Draft, 2004).

Figura 9 - Sistema de plantio alinhado de cajueiros na Guiné-Bissau



Fonte: Fotografia de Amadu Djau, a pedido do autor, 2025.

Geralmente, o cajueiro começa a frutificar a partir do terceiro ano após o plantio (ICAR, 2016). Em condições ideais de manejo, solos adequados e variedades melhoradas, como o anão

precoce, a produtividade pode alcançar 7.000–9.000 kg/ha de pseudofrutos (maças de caju), variando conforme a região, o clima e as práticas agrícolas (EMBRAPA, 2018).

As variedades precoces iniciam a produção comercial plena entre 8 e 10 anos, atingindo até 20–30 kg/árvore/ano de castanhas de caju (CNSL – Castanha de Caju com Casca) em árvores maduras, dependendo de fatores como irrigação, nutrição e controle de pragas (ICAR, 2016). O ciclo produtivo do cajueiro varia de 20 a 30 anos, com pico entre 10 e 15 anos, reduzindo-se posteriormente devido ao envelhecimento fisiológico, estresse ambiental e doenças (FAO, 2020).

O pseudofruto, conhecido como maçã de caju, pode ser amarelo ou vermelho (Figura 10). É um pedúnculo carnoso, rico em vitamina C e açúcares, utilizado na produção de sucos e doces. Já a castanha, o verdadeiro fruto, é processada para consumo direto ou extração de óleo (FAO, 2020; Seca 2020; CABI, 2021).

Figura 10 - Variedades de caju na Guiné-Bissau com pseudofruto amarelo e vermelho



Fonte: Fotografia de Serifo Djau, a pedido do autor, 2025.

Na Guiné-Bissau, o sistema de produção de cajueiro está estruturado em Zonas de Produção Agrícola (ZPA)⁹, correspondendo às três províncias do país e suas respectivas regiões.

⁹A média de área por exploração apresentada nas ZPA I, II e III refere-se exclusivamente à área cultivada com cajueiros, e não ao tamanho total da propriedade rural dos camponeses. É importante destacar que, no contexto da agricultura familiar, muitas vezes apenas uma parte da terra é destinada a cultivo comercial (como o caju), enquanto o restante pode ser utilizado para agricultura de subsistência, criação de animais ou permanecer em pousio. Dessa forma, os números aqui apresentados refletem apenas a parcela produtiva dedicada a cultura de caju em zona agroecológica (Nota do autor).

Essas zonas são: Zona Norte (ZPA I), Zona Leste (ZPA II) e Zona Sul (ZPA III), que, juntas, refletem o potencial produtivo guineense (Draft, 2004; Siga, 2023), conforme ilustrado no Quando 1.

Quadro 1 - Distribuição da Área (Zonas) de Produção da Castanha de Caju da Guiné-Bissau (2022)¹⁰

Província/Zona	Região	Área (ha)	Volume Prod. (ton)	(%)
Norte (ZPA I)	Biombo	33.995	20.396,79	10.20%
	Cacheu	84.941	50.964,69	25.48%
	Oio	63.029	37.817,28	18.91%
Subtotal Norte		181.965	109.178,76	54,59%
Sul (ZPA II)	Tombali	27.379	16.427,59	8.21%
	Quinara	23.852	14.311,12	7.16%
	Bolama	5.042	3.025,33	1.51%
Subtotal Sul		56.273	33.764,04	16,88%
Leste (ZPA III)	Bafatá	55.095	33.056,99	16.53%
	Gabu	40.000	24.000,21	12.00%
Subtotal Leste		95.095	57.057,20	28,53%
Total		333.333	200.000,00	100

Fonte: CPD Fund (2023). Elaboração do autor.

Conforme ilustrado no Quadro 1, a ZPA I (Norte) — que abrange as regiões de Biombo, Cacheu e Oio — é a principal produtora de caju, respondendo por 54,59% da área plantada. Nessa região, 88% dos camponeses estão envolvidos na cultura do caju, com uma média de 1,3 hectare por cada exploração (Draft, 2004). A ZPA II (Leste), que compreende as regiões de Bafatá e Gabu, ocupa 28,53% da área plantada. Aproximadamente 56% da população local

¹⁰As estimativas aqui apresentadas foram elaboradas pelo CPD Fund (2023) com o propósito de representar a distribuição geográfica da produção de castanha de caju na Guiné-Bissau, com base na capacidade produtiva por Zona de Produção Agrícola (ZPA) e na contribuição proporcional de cada região para a área plantada no ano de 2022. Embora esses dados retratem com razoável precisão a configuração atual do setor, é fundamental reconhecer que estão sujeitos a variações temporais, influenciadas por fatores como alterações climáticas, instabilidade política, flutuações nos mercados internacionais e intervenções institucionais. Cabe destacar que outras instituições, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Ministério da Economia e Finanças, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), podem divulgar estimativas divergentes, em virtude de diferentes metodologias, fontes de dados e períodos de referência. Optou-se, neste estudo, por adotar os dados fornecidos pelo CPD Fund por serem, até o momento, os únicos que apresentam uma descrição mais detalhada e abrangente da produção por ZPA. As delimitações regionais, as variações no tamanho médio das explorações agrícolas e as estimativas de produtividade anual por hectare seguem os padrões observados em estudos anteriores, como Draft (2004), Mendes (2010), Monteiro et al. (2017) e Siga (2024).

dedica-se à produção de caju, com uma média de 1,4 hectare por cada exploração. Já a ZPA III (Sul), que engloba as regiões de Tombali, Quinara e Bolama, representa 16,88% da área plantada. Nesta região, 58% dos camponeses cultivam caju, possuindo, em média, 2,2 hectares por cada exploração (Draft, 2004).

O rendimento médio por hectare pode alcançar 600 quilos, segundo estimativas do CPD Fund (2023), reforçando a importância da ZPA I (Norte) como o maior pólo produtivo do país, seguida pelas ZPA II (Leste) e ZPA III (Sul).

Na Guiné-Bissau, são utilizados dois sistemas de produção de cajueiro: o sistema ponteiro e o sistema campesinato. Estes sistemas são distribuídos de acordo com as duas principais categorias de produtores da castanha de caju existentes no país: grandes produtores (ponteiros ou agricultores) e pequenos produtores (camponeses). Aprofundaremos essa parte no quinto capítulo, após realização das entrevistas, trazendo as relações entre essas categorias com os comerciantes e/ou intermediários durante a venda das castanhas de caju.

O Sistema Ponteiro é feito pelos grandes produtores guineenses que visam atender a demanda do mercado. Estes respondem por cerca de 20% da produção da castanha de caju do país. Suas plantações são maiores, variando de 100 a 1.300 hectares, fazendo uso da mão-de-obra contratada. Este sistema de produção tem um foco mais comercial, envolvendo técnicas mais intensivas e modernas de cultivo, focado na produção em larga escala e na maximização dos rendimentos para atender mercados tanto internos quanto externos. Neste sistema, há um esforço máximo para alcançar padronização e homogeneidade da fruta, o que lhe permite atender às exigências comerciais específicas, como tamanho e uniformidade da qualidade da castanha (Draft, 2004; Mendes, 2010; Monteiro, *et. al.*, 2017; Siga, 2023).

O Sistema Campesinato é um típico sistema de cultivo de cajueiro feito por pequenos agricultores guineenses. Este grupo representa cerca de 80% da produção da castanha de caju nacional, considerada espinha dorsal da economia rural em muitos países africanos. Esses produtores utilizam um sistema de cultivo familiar, com propriedades de terras menores, que variam de 3 a 5 hectares¹¹. A produção neste sistema é integrada às práticas agrícolas tradicionais, menos padronizados, mais voltado para a autossuficiência (vendido diretamente aos intermediários do mercado local, que revendem aos exportados), refletindo a diversidade

¹¹Os tamanhos médios de 3 a 5 hectares mencionados aqui referem-se à dimensão total da unidade de produção familiar, e não apenas a área destinada a cultivo de caju. Esse total inclui não só os espaços efetivamente cultivados, mas também áreas utilizadas para outras culturas alimentares, pasto, extrativismo, moradia ou ainda terras em pousio. Essa abordagem busca refletir a lógica tradicional do campesinato guineense, que organiza suas atividades produtivas de forma diversificada e integrada a modo de vida das comunidades rurais, com menor ênfase na monocultura e maior atenção a segurança alimentar e a uso multifuncional da terra (Nota do autor).

de práticas agrícolas e a adaptação às condições específicas de cada comunidade (Draft, 2004; Mendes, 2010; Monteiro, *et. al.*, 2017; Siga, 2024).

Apesar de ambos os sistemas de produção de caju serem aplicados por agricultores ou camponeses no mesmo país, os fins da produção são distintos. Se o sistema ponteiro é caracterizado por uma abordagem mais comercial e tecnificada, o sistema campeonato é mais voltado para a subsistência familiar, refletindo as diferentes necessidades e objetivos dos produtores em cada contexto.

Na Guiné-Bissau, conforme Draft (2004), não há critérios para pré-seleção das sementes de caju durante o plantio, tanto por parte dos grandes produtores quanto dos pequenos produtores (Figura 11). Isso pode resultar em uma grande mistura de variedades, tornando difícil identificar as espécies plantadas em campo. No entanto, para identificação das variedades, a cor de maçã ou polpa de caju é o único critério relevante para distinguir as variedades de cajueiro. Neste sentido, a precocidade, duração da produção, forma e tamanho da polpa e da castanha passam a ser pouco úteis para distinguir as variedades.

Figura 11 - Separação da castanha de caju da polpa sem critérios técnicos na escolha de sementes



Fonte: Fotografia de Amadu Djau, a pedido do autor, 2025.

Com base na cor, que normalmente é vermelha ou amarela, podemos identificar, segundo Draft (2004) e Mendes (2010), duas grandes espécies de caju na Guiné-Bissau: *Cadju di Terra* — Cajueiro da Terra ou Variedade Local — e *Cadju di Moçambique* — Cajueiro de

Moçambique ou Variedade Moçambicana (Figura 12). O Cajueiro da Terra, também conhecido como Variedade Local (*Cadju di Terra*), é a variedade original cultivada no país. Predomina na maioria das plantações e é caracterizado por sua cor de polpa ou seus pseudofrutos vermelhos, de tamanho médio, bastante doces e pouco adstringentes. As castanhas são pequenas, pesando entre 4 a 5 gramas, e a polpa é muito valorizada para a produção de sucos, vinhos e aguardentes. De maneira geral, este tipo de cajueiro tem alta produtividade e gera um grande número de frutos. O Cajueiro de Moçambique, introduzido no país nas décadas de 1990, é conhecido por sua cor de polpa ou seus pseudofrutos amarelos, mais grossa e castanhas de tamanho médio entre 6 a 8 gramas. Embora seja uma variedade mais precoce, apresenta baixa produtividade e sua polpa é menos apreciada devido à sua menor suculência, maior fibrosidade e alto grau de adstringência, resultando em um vinho de qualidade inferior em comparação ao *Cadju di Terra*.

Figura 12 - Cajueiro de Terra e de Moçambique - variedades comuns na Guiné-Bissau



Fonte: Fotografia de Serifo Djau, a pedido do autor, 2025.

Em termos da colheita, ela geralmente ocorre entre março e junho na Guiné-Bissau, depois que as frutas de caju amadurecem. Na maioria dos casos, os pequenos agricultores realizam a colheita por conta própria, enquanto os grandes agricultores contratam trabalhadores para a tarefa. A coleta, que envolve caminhar pelas plantações para apanhar sementes e frutos caídos no chão, é feita principalmente por mulheres e crianças, que acontece diariamente, para evitar o apodrecimento de frutos, que normalmente começa após 2 a 3 dias de caírem no chão.

O período de colheita dura cerca de 4 meses, com dois picos importantes em abril e maio, quando a floração está no auge. Com o início das chuvas e o aumento da umidade, os frutos apodrecem nas árvores, prejudicando a qualidade do caju para sucos, vinhos e sementes (Draft, 2004; Barry; Creppy; Wodon; 2007; Mendes, 2010).

Segundo estudos de Draft (2004) e Mendes (2010), um trabalhador nacional coleta, em média, entre 30 e 40 kg de caju por dia, durante jornadas de 7 a 8 horas, resultando em aproximadamente 25 kg de castanha por dia. Já os trabalhadores estrangeiros, especialmente provenientes das regiões senegalesas de Kolda e Saliquenhi, além da Guiné-Conacri, alcançam entre 70 e 80 kg/dia, muitas vezes com o auxílio de seus filhos. Embora sejam mais produtivos, esses trabalhadores também estão mais associados a furtos durante a colheita, escondendo castanhas nas vestes ou sob folhas para revendê-las separadamente. Essa prática faz com que alguns agricultores estimem perdas de até metade da produção devido a roubos (Mendes, 2010).

Estudos como o de Mendes (2010) indicam que a produtividade média na Guiné-Bissau varia entre 400 e 500 kg de castanha bruta por hectare. Segundo estudos de Fund (2023), essa quantidade pode chegar a 600 kg/hectare. Considerando que até um terço da produção pode ser furtada, os prejuízos para os produtores podem atingir 50.000 FCFA por hectare, o que equivale a aproximadamente 900 USD, com base no valor de 250 FCFA/kg. Além disso, o produtor paga aos apanhadores 125 FCFA por kg colhido, sem contar os custos com alimentação e outras despesas operacionais (Mendes, 2010).

Para mitigar os furtos, alguns produtores, principalmente em Canchungo, na região de Cacheu, adotaram um sistema em que um ponteiro pesa a colheita e calcula uma média diária, efetuando o pagamento a cada três dias. Esse método reduz a motivação para furtos, pois um rendimento maior resulta em pagamentos mais altos. Por exemplo, um trabalhador que colhe 35 kg de castanha por dia recebe 8.750 FCFA a cada quatro dias, tornando a remuneração atrativa na Guiné-Bissau (Mendes, 2010).

Após o plantio, a colheita é o principal custo recorrente para os agricultores. Apesar de perdas por furtos, o baixo investimento nas demais etapas torna o cultivo do caju economicamente viável. Um agricultor que colhe 150 kg por hectare pode ganhar cerca de 37.500 FCFA por ano, mesmo sem realizar nenhum cuidado após a plantação inicial, feita anos antes. Esse valor pode representar apenas um quinto da colheita da mesma área, mas sem custos com sementes ou insumos agrícolas, que costumam limitar a expansão da lavoura — sendo a terra o único fator restritivo (Mendes, 2010). Em 2010, a taxa de câmbio média anual entre o Franco CFA (XOF) e o Real Brasileiro (BRL) era de aproximadamente 0,0038 BRL por XOF, o que equivalia a cerca de 142,50 BRL para 37.500 FCFA. Atualmente, com a taxa de câmbio

em torno de 0,0095 BRL por XOF, esse mesmo valor corresponde a aproximadamente 356,25 BRL (BCEAO, 2025; BCB, 2025).

Figura 13 - Processo de secagem da castanha de caju após a colheita



Fonte: Fotografia de Amadu Djau, a pedido do autor, 2025.

Após a colheita, como ilustrado na imagem acima (Figura 13), as castanhas passam por um processo essencial de secagem, descascamento e classificação, etapas fundamentais para garantir a qualidade do produto final e agregar valor ao mercado internacional. No entanto, na Guiné-Bissau, esse processamento raramente ocorre internamente, pois o país exporta majoritariamente castanhas *in natura* (com casca), sem passar por beneficiamento local. Isso limita o valor agregado e a competitividade do produto no comércio global.

4.3.3 Comercialização (“depois da porteira”)

A fase depois da porteira abrange as atividades de pós-produção, como armazenamento, processamento, industrialização, distribuição, transporte, comercialização e exportação dos produtos agropecuários. Nesta fase, os produtos passam pelo beneficiamento, agregando valor à matéria-prima, e são levados ao mercado, tanto no atacado quanto no varejo, até chegarem ao consumidor final.

Na Guiné-Bissau, como já visto, a comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau é uma atividade sumamente importante para a economia do país. Durante a campanha de comercialização de caju, as compras e vendas envolvem transações diretas entre produtores e compradores locais (intermediários). As castanhas de caju são fornecidas aos exportadores por comerciantes ou intermediários e os grossistas, que compram diretamente dos produtores, as quais são então exportadas em bruto principalmente para a Índia, onde são processadas, transformadas e reexportadas para mercados globais, principalmente Europa. A comercialização da castanha de caju guineense geralmente ocorre tanto no mercado doméstico/interno como regional (principalmente da África Ocidental) e asiático (dominado pela Índia, seguido pelo Vietnã).

4.3.3.1 Mercado Interno

No mercado doméstico da comercialização da castanha de caju da Guiné-Bissau atuam diversos operadores econômicos, que desempenham papéis distintos, incluindo os camponeses e agricultores (ponteiros) que vendem para os comerciantes locais e intermediários, que repassam para os grossistas, que comercializam para os exportadores, que vendem para os *brokers*.

O processo de compra e venda da castanha de caju no mercado interno ocorre em quatro etapas distintas: (i) quando o produto é vendido pelos produtores aos pequenos comerciantes e intermediários; (ii) quando esses repassam aos grossistas; (iii) quando os grossistas vendem aos exportadores; e (iv) quando esses negociam com os *brokers*. Em alguns casos, os grossistas compram diretamente dos produtores, revendendo aos exportadores, eliminando a necessidade da intermediação dos pequenos comerciantes.

No entanto, há desafios significativos na transação entre esses agentes devido às limitações estruturais da cadeia produtiva. Um dos principais problemas é a incapacidade de garantir um fornecimento contínuo de castanha de caju ao longo do ano, em razão da sazonalidade da colheita e das restrições impostas pelas extensões dos alvarás – permissões concedidas apenas para o período da campanha da castanha –, o que impede a continuidade das operações no restante do ano (Draft, 2004; WB, 2007; FAO, 2012; Temudo; Abrantes, 2015).

A desigualdade na distribuição do valor gerado ao longo da cadeia é um outro problema que agrava a situação. Grande parte da receita é absorvida por comerciantes locais, intermediários e empresas de importação/exportação, muitas delas financiadas por companhias indianas que impõem condições financeiras rigorosas, pressionando os preços pagos aos

exportadores e, conseqüentemente, aos produtores e camponeses. Como resultado, estes últimos recebem apenas 20% a 30% do valor total, enquanto comerciantes e intermediários ficam com 20% a 25%, e as empresas de importação e exportação capturam entre 40% e 60% do valor final (Barry, Creppy & Wodon, 2007; Siga, 2023).

No país não existem organizações camponesas locais dedicadas à comercialização da castanha de caju, o que resulta em autonomia total das famílias tanto na produção quanto na venda. Embora exista uma associação, a ANAG, que tenta intervir na comercialização, seu papel se limita à discussão sobre os preços de base durante a campanha, junto com o governo, sem poder de fiscalização ou intervenção para garantir a venda segura do produto pelos camponeses. Geralmente, os camponeses, com a exceção de necessidades pontuais e urgentes, onde decidem vender imediatamente uma pequena parte da castanha colhida, acumulam as castanhas antes de vender. Mas a incerteza sobre os preços ao longo da campanha os deixa indecisos sobre o melhor momento para comercializar (Draft, 2004).

Concluída a fase de colheita e estocagem das castanhas, os produtores iniciam o processo de comercialização, que se desenvolve majoritariamente no mercado interno. A venda ocorre por meio de transações com intermediários, comerciantes locais e, em determinados casos, com grossistas que adquirem o produto tanto diretamente dos produtores quanto por meio de intermediários. Durante este período, observa-se uma intensificação das dinâmicas comerciais nas regiões produtoras, caracterizada pela circulação de diversos agentes — produtores, comerciantes, grossistas e importadores. Paralelamente à comercialização da castanha de caju, verifica-se um aumento significativo nas atividades do comércio local, impulsionado pela maior liquidez financeira. Produtos alimentares, bebidas, materiais escolares, vestuário, telemóveis, recargas de crédito móvel, eletrodomésticos e materiais de construção passam a ser largamente comercializados, refletindo o impacto econômico direto da campanha de caju nas comunidades envolvidas.

Frequentemente, acontece a troca direta entre arroz e castanha, que ocorre principalmente por duas razões: para garantir a segurança alimentar dos camponeses e devido à falta de dinheiro líquido disponível durante a campanha. Comerciantes trocam sacos de 50Kg de arroz importado, no período da chuva ou fome, usados para alimentar trabalhadores durante a lavoura, ou sustento familiar, pagos pelos produtores, no mínimo, pela mesma quantidade de sacos de castanha de caju no período da colheita, o que na maioria das vezes não acontece. A castanha também é usada para troca com animais (Draft, 2004; Siga, 2023). Essa relação de troca geralmente desfavorece aos camponeses, como veremos adiante, no capítulo 6, com dados das entrevistas.

O mercado doméstico de castanha de caju na Guiné-Bissau é pequeno, com baixa demanda devido à limitada população e o seu baixo poder de compra. O país consegue absorver menos de 20 toneladas, principalmente de produtos de menor qualidade, como amêndoas processadas localmente e subprodutos do caju. O país tem capacidade instalada para processar apenas 2% de sua produção nacional, enquanto 98% da castanha é exportada em bruto, onde é transformada em amêndoa para consumo (Mendes, 2010; Terra Ranka, 2015; Cateia, Veloso & Feistel, 2018; Seca, 2020; ITC, 2018; FAO, 2020; WB, 2021; Marques, 2023).

No entanto, isso implica em desafios e dificuldades significativas para o mercado interno da castanha de caju, principalmente devido à exportação predominante de castanha em bruto, o que resulta na perda de valor agregado que poderia ser alcançado com o processamento local. Essa dependência externa reflete a insuficiência ou ausência de unidades de processamento no país, limitando a transformação da castanha em amêndoas ou outros produtos derivados, como sucos, vinhos, aguardentes etc.

Além disso, o setor enfrenta problemas estruturais, como a falta de pesquisa e desenvolvimento, vulnerabilidade a flutuações de preços, dificuldades no acesso ao crédito, e infraestrutura inadequada. Melhorias nesses aspectos, especialmente no acesso ao crédito e no desenvolvimento de técnicas de cultivo, processamento e logística, poderiam aumentar a competitividade da castanha de caju da Guiné-Bissau no mercado global, gerando mais empregos e impulsionando o desenvolvimento agrícola (Mendes, 2010; Siga, 2023).

A ausência de um mercado doméstico robusto é um grande desafio que o setor agrícola de caju enfrenta, consolidando a dependência do mercado externo e dificultando o desenvolvimento de uma cadeia produtiva mais integrada no país. A vulnerabilidade do setor é agravada pela volatilidade dos preços no mercado internacional. Como a Guiné-Bissau é um tomador de preços, as flutuações globais afetam diretamente os preços internos. Embora o governo estabeleça um piso para o preço por quilo no início da colheita, a falta de fiscalização leva à desvalorização dos preços ao longo da campanha da comercialização da castanha de caju, prejudicando especialmente os pequenos agricultores (Barry; Creppy; Wodon, 2007; Siga, 2023).

Todos esses fatores combinados dificultam a criação de uma cadeia produtiva interna forte e a melhoria dos rendimentos dos agricultores e das pequenas indústrias locais. A falta de investimentos em infraestrutura e tecnologia de processamento, aliada à dependência do mercado internacional, particularmente da Índia, deixa o setor vulnerável a oscilações de preço e demanda no mercado global.

4.3.3.2 Mercado Regional

O mercado regional da castanha de caju da Guiné-Bissau abrange Senegal, Cabo Verde e Gâmbia, com uma demanda superior à do mercado interno. Esse mercado é parcialmente abastecido por empresas nacionais, como Djondé Ld^a e Cadu Pima, além de castanhas contrabandeadas da Guiné-Bissau. No Senegal, especificamente em Ziguinchor, há seis pequenas unidades fabris financiadas pela Enterprise Works/USAID, que processam castanhas para os mercados regionais e também exportam para o exterior (Mendes, 2010).

Apesar das atividades existentes, a Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos, como o mercado regional reduzido e a prática do contrabando, o que resulta em uma estrutura de mercado informal e fragmentada. Isso limita a capacidade dos produtores locais de maximizar seus lucros. Embora as fábricas no Senegal desempenhem um papel relevante, conforme Mendes (2010), o processamento é limitado, restringindo o crescimento do setor.

Além disso, conforme Draft (2004), a dependência do contrabando expõe fragilidades nas políticas de controle de fronteiras e no suporte às exportações oficiais. A evasão da castanha de caju pelas fronteiras da Guiné-Bissau preocupa o Estado, pois as taxas sobre esse comércio são essenciais para cobrir grande parte das despesas governamentais. Com a crescente fragilidade do aparelho estatal, as fronteiras terrestres tornaram-se mais vulneráveis, permitindo que a castanha seja desviada para portos de exportação na Gâmbia e no Senegal, o que prejudica as receitas do país.

4.3.3.3 Mercado Asiático

A Guiné-Bissau entrou no mercado internacional da comercialização da castanha de caju uma década antes da sua conquista unilateral da independência em 1973. As primeiras exportações ocorreram em 1960, quando essas totalizaram 125 toneladas. Em meados da década de 1966, as exportações atingiram 770 toneladas, o que continuou a crescer nos anos seguintes. No entanto, a intensificação da luta armada na década de 1970 resultou na suspensão das exportações pelo país, que retomaram somente no ano de 1976, com a exportação de 1.200 toneladas, intensificando após década de 1980 (Draft, 2004; Mendes, 2010; Catarino, 2015; CPD Fund, 2023; FAO, 2024)

Lembrando que, durante o período colonial, a economia agrícola da Guiné-Bissau era predominantemente baseada na monocultura do amendoim, com destinos de exportação

variando ao longo do tempo, incluindo Portugal, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Índia. No entanto, em 1984, houve uma mudança significativa nesse cenário, marcada pela transição econômica de 1983 e pelas mudanças políticas ou processo democrático de 1991, que inseriram o país no modelo econômico liberal. Como resultado, as exportações de amendoim diminuíram gradualmente até desaparecer no início da década de 1990, sendo substituídas pela exportação da castanha de caju, que passou a ocupar um papel central na economia agrícola, substituindo as culturas tradicionais de arroz e amendoim entre os produtores rurais (Draft, 2004; Mendonça, 2019).

Com a abertura comercial em 1986, conseqüentemente a elevação do preço de caju no comércio internacional, a Guiné-Bissau passa a expandir seu mercado de exportações de castanha de caju, direcionando-a para mercados asiáticos, como Hong Kong, Singapura e Índia, em vez de focar apenas nos mercados tradicionais africanos e europeus (Cateia, Veloso & Feistel, 2018). Em consequência, a Índia rapidamente se tornou o principal parceiro comercial da Guiné-Bissau para a castanha de caju, com mais de 98% das exportações em bruto sendo destinadas a esse país, onde são processadas e transformadas em amêndoas para consumo final no mercado global, enquanto 1% de exportação é destinada para Holanda e 1% dividida entre Alemanha, Brasil e Eslovênia (OEC, 2024).

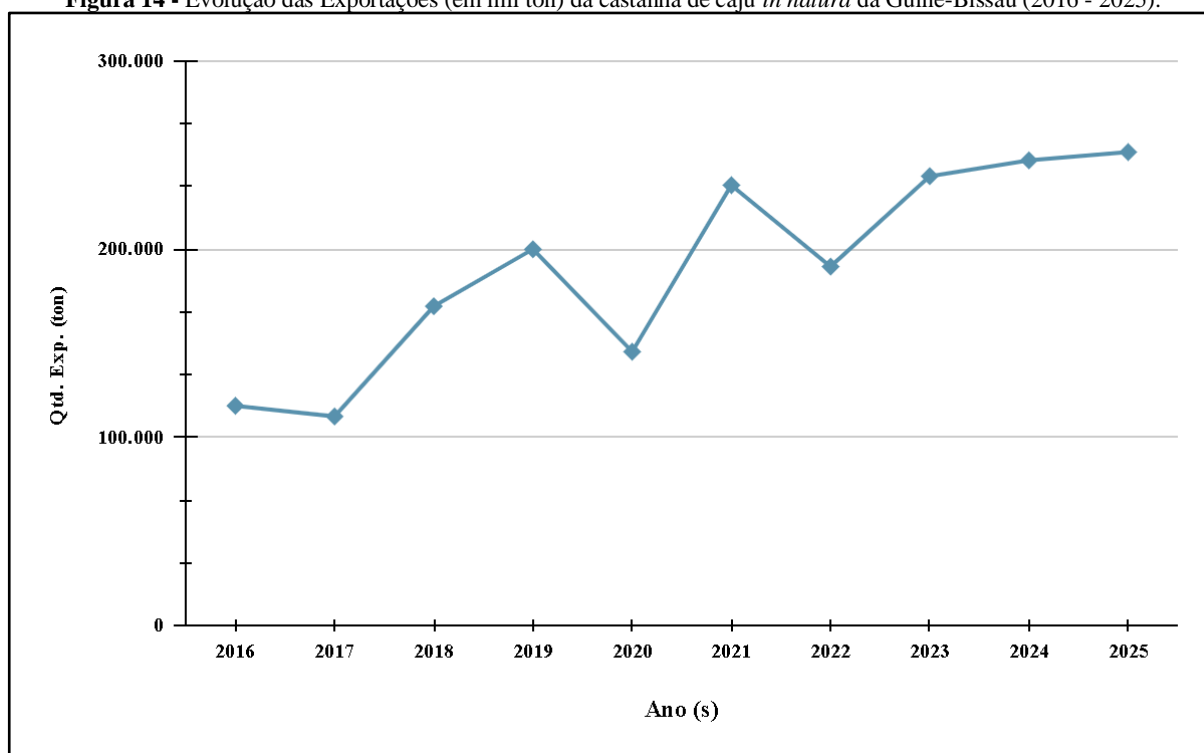
Com a expansão das produções e exportações entre meados de 1986 e a década de 1990, a Guiné-Bissau passou a desempenhar um papel importante no mercado mundial de castanha de caju, com a participação no comércio crescendo a uma taxa de 5% ao ano (Cateia; Veloso & Feistel, 2018). Em 2000, o país entrou no *ranking* dos maiores produtores e exportadores de castanha de caju, atingindo uma produção de mais de 80 mil toneladas e mais de 72 mil toneladas exportadas (Mendes, 2010). Esse crescimento permitiu à Guiné-Bissau consolidar-se como um dos principais exportadores de caju em bruto, com a Índia mantendo-se como o maior destino das exportações, devido à sua capacidade de processamento e consumo.

O gráfico abaixo (Figura 14) mostra a evolução das exportações da castanha de caju da Guiné-Bissau em bruto de 2016 a 2022 e as projeções para 2023-2025, revelando um crescimento significativo e a contribuição desse produto para a economia, apesar de algumas flutuações ao longo do período. Em 2016, as exportações foram de 116.800 toneladas, com uma ligeira queda em 2017 para 111.100 toneladas, possivelmente devido a desafios produtivos, logísticos e condições de mercado interna.

A partir de 2018, observa-se um aumento expressivo nas exportações, alcançando 169.700 toneladas, seguido por um crescimento ainda maior em 2019, com 200.000 toneladas. Esse crescimento reflete o aumento da demanda global e melhorias nas operações de colheita e

exportação. No entanto, em 2020, as exportações caíram para 145.551 toneladas, influenciadas pela pandemia de COVID-19, que afetou negativamente as cadeias de suprimentos globais e mercados internacionais. Em 2021, houve uma recuperação significativa, com as exportações subindo para 234.100 toneladas. Entretanto, em 2022, ocorreu uma queda para 190.800 toneladas, causado pelas más condições nas questões internas de produção, como a campanha de comercialização de caju e a instabilidade política desse ano, e externas, como as flutuações no mercado global. As projeções para 2023-2025 indicam um crescimento contínuo nas exportações, com expectativas de 238.900 toneladas em 2023, 247.300 toneladas em 2024 e 251.700 toneladas em 2025.

Figura 14 - Evolução das Exportações (em mil ton) da castanha de caju *in natura* da Guiné-Bissau (2016 - 2025).



Fonte: Elaboração do próprio autor, através dos dados de MEF, 2020; 2022.

Esse aumento constante sugere uma estabilização do setor, impulsionada por melhorias na infraestrutura de exportação, expansão da área cultivada e maior eficiência nas práticas agrícolas. A trajetória geral das exportações durante este período sublinha a importância da castanha de caju para a economia da Guiné-Bissau, enquanto as flutuações ao longo dos anos evidenciam a vulnerabilidade do setor a fatores externos, como crises globais, além das instabilidades políticas internas. As previsões otimistas indicam uma recuperação e o fortalecimento da posição da Guiné-Bissau como um exportador relevante no mercado global.

O país ocupa atualmente a 16ª posição entre os maiores exportadores de castanha de caju no mundo (WTEx, 2024).

Em suma, a Guiné-Bissau exporta grande parte de sua produção de castanha de caju, com destaque para o mercado asiático, especialmente a Índia, sendo o principal destino dessa exportação. Intermediários e empresas especializadas facilitam a negociação e o transporte internacional. No entanto, o país enfrenta desafios como a necessidade de melhorar a qualidade do produto e a capacidade de processamento para atender aos padrões internacionais e aumentar sua competitividade global.

4.4 AMBIENTE ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL

Como visto anteriormente, o setor de agronegócio está sujeito a legislações ambientais, trabalhistas e tributárias, que compõem o ambiente institucional. O ambiente organizacional inclui órgãos de fiscalização, crédito, instituições de pesquisa e desenvolvimento, universidades e órgãos governamentais, que têm um papel essencial no funcionamento do setor (Simi & Saldanha, 2018).

O ambiente organizacional e institucional da cadeia de valor de caju na Guiné-Bissau engloba uma ampla rede de atores, dividida em quatro eixos interdependentes, que incluem **(i)** as instituições do Estado, **(ii)** organizações privadas, **(iii)** associações privadas e **(vi)** operadores econômicos, que incluem camponeses, agricultores, intermediários, grossistas, exportadores, processadores e *brokers* (Draft (2004)). Esses atores tem responsabilidade e papéis distintos no âmbito de funcionamento do sistema como um todo. A colaboração entre eles assegura o funcionamento da cadeia, garantindo que o produto final chegue tanto no mercado interno quanto no mercado internacional.

As Instituições do Estado envolvidas de forma direta e indiretamente na cadeia têm como função fundamental a regulamentação, fiscalização e apoio ao setor por meio da criação e aplicação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da cadeia de valor de caju, regulamentos e normas que afetam diretamente o cenário econômico comercial interno e exportação de castanha de caju. Os principais órgãos governamentais envolvidos, conforme Draft (2004) são o Ministério de Comércio ou Secretaria de Estado do Comércio (OMC ou SEC), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Ministro das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo (MOPHU), Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR),

Ministério da Justiça (MJ), Associação Nacional dos Portos da Guiné-Bissau (APGB), Serviços de Emigração e Fronteiras (SEF), Polícia de Fronteira (PF) e Polícia de Trânsito (PT).

O Ministério de Comércio ou Secretaria de Estado do Comércio (OMC/SEC) é órgão do governo responsável pela gestão do comércio, especialmente da castanha de caju, criando políticas, implementando-as e fiscalizando. Seus instrumentos incluem a emissão anual de Alvarás de comercialização e exportação de caju, fixação do preço base e atuação de fiscais em todo o país. Já o Ministério da Economia e Finanças (MEF) participa da cadeia de valor de caju por meio de duas Direções Gerais (DG): Direção Geral de Alfândegas (DGA), que responsabiliza pela cobrança de percentuais sobre exportações; e Direção Geral Contribuições e Impostos (DGCI), responsável pela arrecadação da Contribuição Predial Rústica, o Imposto de Tonelagem, o ACI e o Imposto Marítimo.

O Ministro das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo (MOPHU) tem como foco garantir o bom estado de infraestruturas de base como estradas e telecomunicações, especialmente nos locais de ligação marítima garantidas pelas jangadas (ex. Bolama Bijagós). Por sua vez, o Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR) participa na cadeia através da inspeção dos armazéns e certificação sanitária do produto, enquanto o Ministério da Justiça (MJ) é órgão responsável pela legalização de empresas e resolução de conflitos entre operadores. Já a Associação Nacional dos Portos da Guiné-Bissau (APGB) é responsável pela evacuação de toda a produção nacional pela via marítima (Portos de Bissau). Por sua vez, os Serviços de Emigração e Fronteiras (SEF) garantem a entrada legal dos estrangeiros no território nacional que, muitas vezes, principalmente, durante a campanha de comercialização de castanha de caju, chegam ao país com um visto de turista para intervir no negócio da castanha, dada a permissividade deste serviço.

Por fim, a Polícia de Fronteira (PF), em colaboração com a Polícia de Trânsito (PT), são outras entidades públicas que intervêm na cadeia de valor de caju da Guiné-Bissau ao garantir e facilitar a evacuação da maior parte da produção através do Porto de Bissau, bem como garantem a segurança e fluidez do transporte, fiscalizando veículos para assegurar conformidade com normas de trânsito, prevenindo crimes como roubos e desvios de mercadorias, estabelecendo postos de controle estratégico para monitorar o transporte de castanha, contribuindo para uma cadeia logística organizada e protegida.

As Instituições Financeiras Privadas (IFP) intervenientes na cadeia do valor de caju tem função de oferecer suportes financeiros e serviços bancários, bem como facilitar o acesso ao crédito aos comerciantes e exportadores, garantir a estabilidade financeira e nas transações, promovendo o crescimento econômico e a sustentabilidade da cadeia produtiva de caju. Entre

as principais instituições privadas intervenientes na cadeia temos o Banco Central dos Estados de África Ocidental (BCEAO), Banco de África Ocidental (BAO), Banco Regional de Solidariedade (Orabank), Banco Ecobank, as agências seguradoras, os despachantes e os estivadores dos armazéns, que garantem a manipulação de todo o produto.

As Associações Privadas que intervêm na cadeia do valor de caju exercem um papel de apoio e representação dos interesses privados dos produtores, comerciantes e exportadores. Tem papel fundamental na promoção e organização do setor, facilitando a troca de informações, bem como oferecer capacitação técnica, negociação de melhores preços do caju junto ao governo e às empresas ou empresários nacionais e estrangeiros, exigindo melhores condições de mercado. Atuam diretamente na defesa dos direitos de seus membros, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva e comercial. Entre as associações privadas envolvidas na cadeia temos:

A Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS), formada por mais 34 associações do sector privado desde os setores comercial, industrial e agrícola, tanto do sector formal como informal, é o único interlocutor oficialmente reconhecido do sector privado com o governo, também a única instituição de apoio ao sector privado que se intitula representante de todo o sector. A CCIAS exerce as atividades econômicas de natureza comercial, industrial, agrícola e serviços, desenvolvendo e promovendo os interesses de empresas e negócios locais da Guiné-Bissau (Ezekwesili, et. al., 2011).

A Associação Nacional dos Agricultores (ANAG), por sua vez, representa os produtores de caju no país, com sede nacional e representações em todas as regiões. A ANAG é uma organização ativa no desenvolvimento das suas ações, especialmente no início da campanha de comercialização, lutando pela manutenção de preços elevados para os produtores e realizando atividades relacionadas com a formação dos mesmos.

A Associação Guineense dos Exportadores de Castanha de Caju (AGEX) é uma outra associação privada que intervém na cadeia produtiva de caju, atuando principalmente no início da campanha, competindo com a ANAG pela influência nas instituições públicas, especialmente em relação à política e aos preços de base da comercialização da castanha.

Os Operadores Econômicos envolvidos na cadeia do valor de caju asseguram que as castanhas percorrem eficientemente todas as etapas do processo, desde a produção, comercialização no mercado nacional até o mercado global. Os principais operadores intervenientes no negócio da castanha de caju, como referido anteriormente, são principalmente os camponeses, agricultores, intermediários, grossistas, exportadores, processadores e *brokers* (Draft, 2004).

A vista disso, podemos constatar que, a cadeia produtiva da castanha de caju da Guiné-Bissau compõe vários atores do poder estatal que regulam o setor, instituições privadas que oferecem suporte financeiro, associações privadas que defendem os interesses do setor e operadores econômicos que produzem, distribuem, processam e comercializam o produto. Esse conjunto de atores públicos e privados atuam e interferem na dinâmica comercial da castanha de caju em Guiné-Bissau, como será aprofundado nos próximos itens.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo apresenta a metodologia adotada para a realização deste estudo, detalhando as estratégias e procedimentos empregados na coleta, análise e interpretação dos dados. A escolha metodológica foi orientada com o propósito de identificar, compreender e sistematizar as dinâmicas comerciais da castanha de caju na Guiné-Bissau, com foco na realidade socioeconômica local e nas múltiplas perspectivas dos atores envolvidos.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, visando identificar, compreender e explicar as dinâmicas comerciais da castanha de caju na Guiné-Bissau. A abordagem exploratória possibilita maior familiaridade com o fenômeno e formulação de hipóteses (Gil, 2002; 2008), enquanto a descritiva busca detalhar características e estabelecer relações entre variáveis (Lakatos & Marconi, 2003; Gerhardt & Silveira, 2009).

Optou-se por uma abordagem qualitativa, que interpreta significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno estudado, destacando subjetividades e relações contextuais (Bueno, 2018; Oliveira, 2011). A pesquisa incluiu análise bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas, priorizando fontes como FMI, FAO, PNUD, Banco Mundial e OMC.

Para a pesquisa bibliográfica, essencial na fundamentação teórica, utilizaram-se livros, teses e artigos científicos (Gil, 2008; Minayo, 2001). A pesquisa documental sistematizou conteúdos de documentos oficiais e relatórios institucionais (Fontana & Pereira, 2023; Minayo, 2001; Gerhardt & Silveira, 2009). A busca por materiais ocorreu em bibliotecas, sites governamentais e plataformas acadêmicas.

Na segunda fase, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 44 participantes: 36 na região de Bafatá e 8 em Bissau, abrangendo produtores, comerciantes, empresários e agentes governamentais - conforme ilustrado no Quadro 2. Inicialmente estava previsto que essa etapa seria presencial, mas por conta de restrições financeiras e logísticas, as entrevistas foram conduzidas por dois pesquisadores locais.

Em Bissau houve forte resistência dos entrevistados, resultando na realização de apenas 8 entrevistas. Em Bafatá, apesar de desafios logísticos, foram conduzidas 36 entrevistas. Elas foram conduzidas em português, *kriol* e *pular*, facilitando a comunicação. Os pesquisadores locais gravaram as respostas, que foram posteriormente transcritas e analisadas pelo autor. O

roteiro das entrevistas combinou perguntas gerais e específicas para cada grupo, conforme apresentado no Quadro 02.

Quadro 02 - Relação das perguntas para grupos de pesquisa.

Grupos pesquisados	Perguntas
Perguntas gerais (comuns) para todos grupos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fale sobre a sua trajetória de vida/profissional e como ela se conecta com o tema da castanha de caju. 2. Na sua opinião, qual a importância da castanha de caju para Guiné-Bissau? 3. Na sua opinião, quais são os maiores desafios que a cadeia de valor da castanha de caju enfrenta na Guiné-Bissau? 4. Que iniciativas são necessárias para enfrentar esses desafios? 5. Como você enxerga o papel dos atores públicos, privados e da sociedade civil no apoio ao setor da castanha de caju na Guiné-Bissau?
Para Camponeses, Agricultores, Produtores	<ol style="list-style-type: none"> 6. Porque você produz castanha de caju? Desde quando está envolvido com a atividade? Qual a área e a produção da última colheita? 7. Quais são os principais desafios que você enfrenta na produção e no comércio da castanha de caju? 8. Comente sobre a venda da castanha de caju (para quem vende, quando, onde, em que condições, definição de preço, etc.). 9. Você recebe algum tipo de apoio ou subsídio do governo no tema da produção ou da comercialização? 10. Quais são as suas perspectivas futuras sobre a castanha do caju? Pretende seguir como está? Pretende mudar algo?
Para Comerciantes/ Intermediários:	<ol style="list-style-type: none"> 6. Desde quando está envolvido com a atividade? De quem você compra a castanha de caju? Qual a quantidade adquirida na última colheita? Como se define o preço? 7. Como você avalia o relacionamento entre produtores rurais e comerciantes na cadeia de valor? 8. Comente sobre a venda da castanha de caju (para quem vende, quando, onde, em que condições, definição de preço, etc.). 9. Como você avalia o relacionamento entre comerciantes e exportadores na cadeia de valor? 10. Quais são as suas perspectivas futuras sobre a castanha do caju? Pretende seguir como está? Pretende mudar algo?
Para Exportadores	<ol style="list-style-type: none"> 6. Quais mercados internacionais têm maior demanda pela castanha de caju da Guiné-Bissau? 7. Quais são os principais custos associados ao processo de exportação? 8. Como as flutuações cambiais afetam seus contratos de exportação? 9. Como você lida com as regulamentações internacionais que afetam as exportações de castanha de caju? 10. Quais são as principais dificuldades que você encontra ao cumprir os requisitos de certificação internacional?
Para Autoridades Governamentais	<ol style="list-style-type: none"> 6. Quais políticas estão atualmente em vigor para apoiar o setor da castanha de caju? 7. Como o governo está trabalhando para apoiar e fortalecer a produção e os agricultores? 8. O Estado oferece incentivos fiscais para a exportação de castanha de caju? 9. Quais medidas estão sendo tomadas para melhorar a qualidade do produto exportado? 10. De que forma o governo está incentivando a industrialização local da castanha de caju?
Para ONGs Privadas/Sociedade Civil, Acadêmicos, Políticos	<ol style="list-style-type: none"> 6. Qual é o papel da sua organização na cadeia de valor da castanha de caju? 7. Como você avalia a eficácia das suas intervenções na cadeia de valor da castanha de caju? 8. Quais medidas sua organização sugere para melhorar a competitividade da castanha de caju da Guiné-Bissau no mercado global? 9. Como as parcerias público-privadas podem fortalecer a indústria da castanha de caju? 10. Quais ações sua organização considera prioritárias para que a castanha de caju contribua com o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país?

Fonte: Elaborado pelo autor.

A região de Bafatá, uma das áreas escolhidas para este estudo, está localizada na Província Leste da Guiné-Bissau. Segundo a divisão administrativa do país, Bafatá é a sexta das oito regiões administrativas guineenses. Com uma extensão territorial de 5.981,1 km², é a segunda maior região do país e a quarta mais populosa, com 200.884 habitantes. A área destinada ao cultivo de caju na região abrange 33.056,99 hectares, correspondendo a 16,53% da produção nacional (INE, 2017; ANEME, 2018; CPD Fund, 2023). Internamente, Bafatá é subdividida em seis setores administrativos: Bafatá (capital e homônima da região), Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboele e Ganadú (INE, 2017).

Em Bafatá foram entrevistadas 36 pessoas diretamente envolvidas no tema (agricultores ou camponeses, servidores públicos, comerciantes, acadêmicos e representantes da sociedade

civil). Os participantes foram distribuídos proporcionalmente entre os seis setores administrativos (Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboele e Ganadú).

Quadro 03 - Relação de Entrevistas na Região de Bafatá

Localidade/ Setor	Total de Pessoas	Camponês/ Agricultor/ Produtor	Servidor Público	Comerciante/ Intermediário	Acadêmico	Sociedade Civil
Bafatá	6	2	1	1	1	1
Cossé	6	2	1	1	1	1
Bambadinca	6	2	1	1	1	1
Xitole	6	2	1	1	1	1
Contuboele	6	2	1	1	1	1
Ganadú	6	2	1	1	1	1
Totais (Região)	36	12	6	6	6	6

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o objetivo de entrevistar representantes de entidades superiores do país, a pesquisa foi conduzida no Setor Autônomo de Bissau (SAB). Bissau, capital da Guiné-Bissau, está localizada na Província Norte e concentra a maior parte da população do país, totalizando 365.097 habitantes. No entanto, seu território é relativamente pequeno, com uma superfície total de apenas 77,5 km² (INE, 2017; ANEME, 2018). Inicialmente, estavam previstas entrevistas com 24 pessoas no SAB, mas, conforme mencionado anteriormente, foi possível entrevistar apenas 8 pessoas, conforme o Quadro 04.

Quadro 04 - Relação das entrevistas no Setor Autônomo de Bissau (SAB)

Localidade	Total de Pessoas	Camponês/ Agricultor/ Produtor	Comerciante/ Intermediário	Empresário/ Exportador	Servidor Público	Associação (ANAG)	Político	Acadêmico	Sociedade Civil
SAB	8	2	-	1	1	1	2	1	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seleção dos sujeitos da pesquisa considerou sua relevância para o desenvolvimento econômico local e sua responsabilidade política no governo guineense. A diversidade dos entrevistados enriquece o estudo, permitindo a coleta de informações essenciais sobre a comercialização da castanha de caju, além de proporcionar uma visão ampla e direta da realidade local. O objetivo é compreender, analisar e sistematizar essas informações.

A pesquisa foi conduzida em estrita observância aos princípios éticos que orientam a produção científica, resguardando a integridade física, moral e cultural do pesquisador. A participação dos entrevistados foi inteiramente voluntária, formalizada por meio de consentimento livre e esclarecido. Optou-se pela utilização dos nomes reais, bem como dos respectivos cargos e funções dos participantes, mencionados ao longo da análise com

autorização expressa dos mesmos, que consentiram com o uso das informações exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

5.2 ANÁLISE DE DADOS

Para interpretar os dados, utilizou-se a análise de conteúdo, metodologia que permite uma leitura crítica e aprofundada dos achados (Engers, 1994). Segundo Bardin (1977), esse processo ocorre em três etapas: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados e interpretação.

Na pré-análise, define-se o corpus de estudo, estabelecendo objetivos, hipóteses e categorias de análise. Na exploração do material, os dados são classificados de acordo com critérios semânticos para garantir coerência e validade interpretativa. Por fim, no tratamento dos resultados, realiza-se uma análise reflexiva e inferencial, destacando os principais achados da pesquisa (Bardin, 1977; Fontana & Pereira, 2023).

Seguindo essa abordagem, realizou-se um levantamento bibliográfico em fontes diversas, como bibliotecas e plataformas acadêmicas, para selecionar materiais relevantes. Após uma leitura crítica, os conteúdos mais pertinentes foram integrados à análise, conectando-se aos dados das entrevistas após transcrição e sistematização.

6. DINÂMICAS COMERCIAIS DA CASTANHA DE CAJU EM GUINÉ-BISSAU

A castanha de caju se constitui na principal *commodity* de exportação da Guiné-Bissau, desempenhando um papel central na geração de renda externa e no sustento da população rural. Sua cadeia comercial, porém, é marcada por complexidades e desafios estruturais, que vão desde a venda a preços reduzidos pelos produtores até a revenda lucrativa por intermediários e exportadores. A precariedade da infraestrutura, a limitada atuação do Estado e os entraves logísticos comprometem a competitividade do produto no mercado internacional.

Este capítulo apresenta uma análise crítica da dinâmica comercial da castanha no país, com base em entrevistas de campo, literatura especializada e documentos institucionais, destacando os principais entraves e oportunidades para o fortalecimento do setor.

6.1 DINÂMICA COMERCIAL DA CASTANHA DE CAJU

Este subtópico busca descrever a dinâmica comercial da castanha de caju, analisando detalhadamente a relação entre os diferentes atores envolvidos da cadeia, destacando aspectos como condições de negociação, definição de preços, sazonalidade e outros fatores que influenciam o setor.

A comercialização da castanha de caju é uma atividade econômica fundamental para o crescimento econômico da Guiné-Bissau, sendo comercializada no mercado doméstico e externo – regional e global. Como já visto anteriormente, a maior parte da castanha produzida é exportada em estado bruto, principalmente para a Índia, onde é processada e redistribuída globalmente. No entanto, essa cadeia produtiva enfrenta desafios estruturais significativos, como a informalidade do setor, a dependência excessiva do mercado externo e a desigualdade na distribuição da renda gerada. Conforme destacada Uié Djanna, auxiliar do Comitê do Estado de Contuboel, "a castanha sustenta muitas famílias rurais, mas a falta de diálogo entre governo, produtores e comerciantes gera conflitos e precariza as relações comerciais" (Entrevistado 11).

Este processo de comercialização, no entanto, é altamente descentralizado e individualizado. Cada camponês ou família tem total autonomia sobre a produção, coleta e venda da castanha, sem a intermediação de organizações locais ou cooperativas que possam centralizar ou coordenar a comercialização. Dessa forma, as negociações ocorrem diretamente entre os produtores, comerciantes locais, intermediários e compradores para exportação, muitas

vezes sem a presença de mecanismos coletivos que garantam maior segurança e melhores condições de venda.

Embora exista a Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG), que se propõe a atuar na defesa dos interesses dos agricultores, seu papel, como enfatizado anteriormente, é limitado à participação na definição dos preços-base durante a campanha de comercialização do caju. No entanto, a ANAG não possui poder de fiscalização para garantir o cumprimento desses preços, função que cabe aos fiscais de comércio indicados pelo governo, nem mecanismos eficazes para garantir que os camponeses possam vender suas castanhas em condições justas e seguras (Draft, 2004).

Como consequência, os produtores permanecem em uma posição vulnerável, especialmente em um mercado volátil, onde os desafios para garantir preços justos e condições adequadas de negociação são constantes. Sem uma estrutura organizacional robusta e apoio institucional eficaz, a comercialização da castanha continua sendo marcada por incertezas e desigualdades, impactando diretamente a sustentabilidade econômica dos pequenos agricultores e a competitividade do setor no cenário global.

6.1.1 Decisão do Momento de Venda

O momento da venda da castanha de caju é determinado por uma série de decisões autônomas dos produtores, influenciadas tanto por necessidades financeiras imediatas quanto pelas flutuações do mercado. Conforme as entrevistas, após a colheita, a venda do produto nem sempre ocorre de imediato. Muitos camponeses preferem acumular estoques, aguardando um momento mais favorável para a comercialização. No entanto, quando enfrentam dificuldades financeiras urgentes, optam por vender parte da produção, ainda que os preços não sejam os mais vantajosos. Essa escolha está intimamente ligada à instabilidade dos preços ao longo da campanha, tornando difícil prever o melhor momento para a comercialização.

A volatilidade dos preços ao longo da campanha de comercialização torna essa decisão ainda mais complexa. Saliu Sané, camponês, destaca que "os preços são instáveis, e o governo não garante o cumprimento do preço-base" (Entrevista 7). Essa incerteza obriga os produtores a adotar estratégias cautelosas, vendendo apenas uma parte da colheita no início da campanha e mantendo estoques na esperança de melhores preços posteriormente. Adulai Baldé, professor, complementa que "a falta de regulamentação permite a manipulação de preços, o que agrava

ainda mais a vulnerabilidade dos camponeses diante das oscilações do mercado" (Entrevista 12).

Historicamente, a experiência dos agricultores demonstra que os preços tendem a ser mais baixos no início da campanha, com uma leve valorização no meio do período. No passado, entre as décadas de 1980 e 1990, a fase final da campanha costumava ser a mais vantajosa, com preços significativamente mais altos. No entanto, a partir dos anos 2000, essa tendência se tornou imprevisível, tornando a decisão do momento ideal para a venda ainda mais incerta (Draft, 2004). Estudos de Barry, Creppy e Wodon (2007) confirmam essa mudança, evidenciando que as variações nos preços passaram a depender de fatores externos, como a demanda internacional e a intervenção – ou falta dela – do governo no setor.

Diante desse cenário, os camponeses enfrentam o dilema entre vender rapidamente, garantindo liquidez, ou aguardar melhores preços, correndo o risco de quedas inesperadas no valor da castanha. A ausência de regulamentação eficaz e de mecanismos que assegurem preços mínimos estipulados pelo governo reforça a instabilidade do setor, impactando diretamente a renda dos pequenos produtores e a sustentabilidade da atividade agrícola.

6.1.2 Prática de Escambo: Castanha por Arroz

Durante a campanha de comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau, uma prática recorrente entre os camponeses é o escambo da castanha por arroz, alternativa à venda direta. Essa prática se sustenta em dois fatores centrais: a busca por segurança alimentar – visto que o arroz é o principal alimento das famílias rurais ao longo do ano – e a escassez de dinheiro em espécie, decorrente das limitações estruturais do sistema bancário nacional. A dificuldade dos bancos comerciais em prover recursos adequados leva produtores e intermediários a recorrerem ao arroz como forma alternativa de pagamento (Draft, 2004; Sigá, 2023).

Embora o escambo alivie riscos alimentares imediatos, ele reproduz e aprofunda desigualdades no comércio da castanha. Conforme Saquet (2006), os agricultores familiares, apesar de possuírem os meios de produção, são subordinados pelos agentes do capital, que impõem relações desiguais por meio de mecanismos de mercado. Com frequência, no contexto guineense, os comerciantes se aproveitam de períodos de crise para fornecer arroz vencido ou de baixa qualidade, criando um ciclo de endividamento no qual os produtores se veem obrigados a aceitar trocas desvantajosas. Assim, Dabana Baial Sambri, agricultor, denuncia: “os comerciantes emprestam arroz aos produtores em momentos de crise, quando eles aceitam

qualquer preço. No entanto, depois, os comerciantes cobram preços absurdos e compram as castanhas por um valor muito baixo” (Entrevista 38). Saliu Sané, camponês, complementa: “em períodos de fome, trocamos três sacos da castanha de caju (150 kg) por um de arroz (50 kg), muitas vezes estragado” (Entrevista 7). Mamadu Aliu Só, camponês, sintetiza: “é obrigatório trocar muito caju por pouco arroz, de má qualidade. Essa é nossa maior dificuldade” (Entrevistado 24).

Essa dinâmica de escambo insustentável integra uma lógica histórica de exploração consolidada, ou seja, o que Saquet (2006) denominou de uma *subordinação disfarçada*, na qual intermediários – conhecidos localmente como *naga* ou compradores ambulantes – atuam como agentes do capital comercial. Eles impõem preços assimétricos e manipulam as condições de troca, fazendo com que a castanha seja adquirida por valores irrisórios, enquanto o arroz é vendido a preços elevados, reproduzindo a lógica de exploração descrita por Marx (1974). Esses agentes consolidam sua dominação territorial ao controlar redes de circulação e comunicação, manipular balanças, impor preços abaixo do mercado internacional e monopolizar o transporte, restringindo o acesso dos produtores a mercados mais justos (Saquet, 2006).

A prática evidencia, ainda, a precariedade do sistema financeiro nacional e agrava a sujeição dos agricultores, intensificada pela exclusão financeira. Abdul Karim Gasicó, líder da sociedade civil, ressalta: “o endividamento força os camponeses a aceitarem condições abusivas” (Entrevista 10). Sigá (2023) explica que, em um sistema marcado pela escassez de liquidez, o arroz torna-se uma *moeda alternativa*, sendo utilizado por credores como garantia para o controle dos estoques de castanha. Essa lógica de trocas desiguais evidencia, segundo Saquet (2006), a fragilidade da agricultura familiar diante do capital comercial, que se apropria do trabalho excedente em contextos de ausência de alternativas de financiamento.

Nesse cenário, o arroz ultrapassa sua função de bem de consumo, atuando como instrumento de controle econômico e como uma via de financiamento informal. Utilizado como garantia por credores, ele permite que empresas e instituições que financiam a compra da castanha exerçam domínio sobre os estoques, aprofundando a dependência dos agricultores em relação a comerciantes, intermediários e grossistas. Essa estrutura evidencia a fragilidade estrutural da economia rural guineense.

A prática do escambo revela, assim, uma dupla precariedade: *econômica*, pela ausência de crédito formal, e *estrutural*, pela dependência dos produtores em relação aos intermediários. Esse quadro impõe a necessidade urgente de reformas nos setores agrícola e financeiro da Guiné-Bissau. Políticas públicas que fortaleçam o crédito rural, fomentem a criação de cooperativas e aprimorem a regulação do mercado são fundamentais para romper o ciclo de

exploração e reduzir a subordinação dos camponeses. Nesse sentido, como propõe Saquet (2006), a implementação de projetos de desenvolvimento territorial que valorizem os recursos locais e promovam tramas econômicas mais justas pode oferecer alternativas à dependência do escambo, garantindo maior autonomia econômica e justiça social aos produtores.

6.1.3 Lucros Desiguais na Cadeia da Castanha de Caju

Na cadeia de valor da castanha de caju na Guiné-Bissau, observa-se uma profunda assimetria na distribuição de renda, na qual os produtores rurais — principais responsáveis pela base produtiva — apropriam-se de uma parcela extremamente limitada do valor gerado, variando entre apenas 20% a 30% do preço final do produto. Em contraste, os agentes intermediários, incluindo comerciantes locais, atravessadores e exportadores, capturam a maior parte das margens de lucro, refletindo uma estrutura de mercado marcada por desequilíbrios de poder, concentração de capital e fragilidade organizativa dos pequenos produtores (FAO, 2019; Temudo & Abrantes, 2015). Como observa Saliu Sané, camponês, “os comerciantes compram a castanha a preços muito baixos e revendem por valores altos. Quem ganha são os intermediários, não nós, que plantamos” (Entrevista 7). Essa apropriação é agravada pela opacidade dos preços de revenda — “os exportadores não revelam preços de revenda, criando um ciclo de exploração, o que impede os produtores de terem uma noção real do valor de seu próprio produto no mercado internacional” (comerciante Tchernó Sané, Entrevista 8) — e pela remuneração ínfima oferecida pelos intermediários: “intermediários pagam valores irrisórios aos camponeses, desmotivando a produção” (Abdul Karim Gasicó, líder da sociedade civil, Entrevista 10).

A vulnerabilidade estrutural dos agricultores decorre da ausência de organizações coletivas eficazes e de infraestrutura de armazenagem, que os obriga a vender imediatamente após a colheita, mesmo a preços desfavoráveis (Dias, 2017; CPLP, 2019). Mansata Embaló, camponesa, afirma: “se houvesse cooperativas, poderíamos negociar juntos e exigir preços melhores” (Entrevista 21). Esse contexto é explorado por práticas predatórias, em que intermediários impõem preços abaixo do mercado e trocam castanha por arroz de má qualidade, aprofundando o endividamento dos produtores (UNCTAD, 2018; Temudo, 2016). Iaia Candé, camponês, relata: “eles compram barato no início da colheita e revendem caro quando o caju falta” (Entrevista 15).

Embora a Estratégia Nacional do Caju 2020-2025 preveja a regulação de preços e o fomento a cooperativas (Governo da Guiné-Bissau, 2020), sua implementação esbarra na

instabilidade política e na fiscalização ineficaz. Pedro da Pen, agricultor, denuncia: “o governo anuncia preços, mas não fiscaliza. Os fiscais até ajudam os comerciantes a burlar as regras” (Entrevista 31). Organizações internacionais recomendam investimentos em infraestrutura de armazenagem, capacitação técnica e maior transparência comercial para fortalecer o poder de barganha dos produtores (USAID, 2021).

A combinação de sazonalidade da colheita, necessidades alimentares imediatas e falta de armazenagem obriga os camponeses a aceitar ofertas desvantajosas, aprofundando as disparidades de renda e consolidando sua dependência e vulnerabilidade. Sem o fortalecimento institucional, a criação de cooperativas robustas e a normatização clara dos processos comerciais, a desigualdade na distribuição de lucros permanecerá, comprometendo a sustentabilidade econômica dos pequenos produtores e perpetuando sua fragilidade.

6.1.4 Mercado Interno, Atores Comerciais e Formação de Preços

A comercialização da castanha de caju representa um dos eixos centrais da economia da Guiné-Bissau, sendo responsável por uma parte substancial das receitas de exportação. A cadeia produtiva envolve diversos agentes — produtores, intermediários, comerciantes, grossistas, exportadores e *brokers* — cujas relações são marcadas por profundas assimetrias de poder, especialmente no que tange à formação de preços e à apropriação dos lucros.

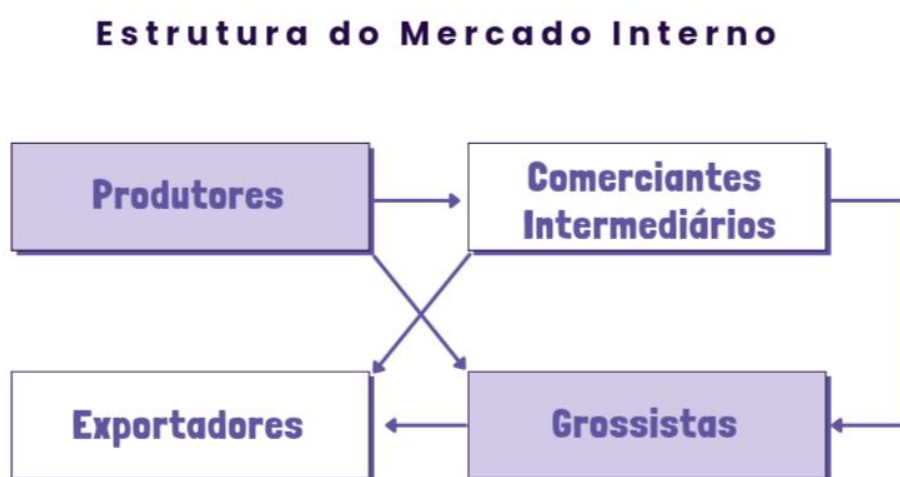
Grande parte da produção nacional, como mencionado anteriormente, é destinada à exportação, sobretudo para a Índia, principal polo de processamento da castanha em nível global. Essa dependência, combinada com a baixa industrialização local e a fragilidade das instituições reguladoras, reduz a capacidade do país de agregar valor internamente e perpetua sua posição periférica nas cadeias globais de valor.

Nos mercados locais e regionais, a comercialização é dificultada pela precariedade da infraestrutura, ausência de crédito rural, deficiências na regulação e falta de políticas públicas estruturantes. Como consequência, os preços praticados são instáveis, pouco transparentes e frequentemente definidos por agentes externos, refletindo mais os interesses dos compradores do que as necessidades dos produtores. Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer a organização dos agricultores, estimular a industrialização e promover a equidade nas trocas comerciais.

6.1.4.1 Mercado Interno

A estrutura do mercado interno da castanha de caju na Guiné-Bissau organiza-se em quatro etapas principais (Figura 15): (i) produtores vendem sua produção a comerciantes locais e intermediários; (ii) estes repassam os volumes a grossistas com maior capacidade logística e influência sobre os preços; (iii) os grossistas negociam com exportadores, que organizam a remessa internacional; e (iv) os exportadores comercializam com *brokers* internacionais, responsáveis pela ligação com os centros de processamento, sobretudo na Ásia.

Figura 15 - Dinâmica do comércio interno da castanha de caju na Guiné-Bissau



Fonte: Elaboração do autor.

Apesar dessa configuração formal, ocorrem variações que encurtam ou reorganizam os fluxos. Como podemos observar no fluxograma acima (Figura 15), há casos em que os grossistas compram diretamente dos produtores ou comerciantes locais e vendem diretamente aos exportadores. No entanto, tais arranjos não alteram significativamente as fragilidades estruturais da cadeia.

Essas debilidades são evidenciadas pelos próprios atores do setor entrevistados. Madiu Embaló, camponês, relata que “em muitas regiões, os produtores são obrigados a percorrer longas distâncias, de 2 a 5 km ou mais, para encontrar um ponto de venda” (Entrevista 20). Dabana Baial Sambri, agricultor, afirma: “muitas vezes, o comerciante age como se não estivesse interessado na compra, sabendo que, diante da falta de opções, o produtor acabará aceitando qualquer preço oferecido” (Entrevista 38).

A variação dos preços ao longo da campanha também compromete a previsibilidade. Adulai Nhamadjó, comerciante, observa que “os valores da castanha variam significativamente, iniciando em 300 XOF/kg, subindo para 400 e podendo chegar a 600 XOF/kg” (Entrevista 3). Mamadu Ganó, comerciante, acrescenta que o preço “pode chegar a 650 FCFA”, com base no valor definido pelo governo (Entrevista 26), mas salienta as dificuldades dos comerciantes em manter as compras, diante de atrasos nos repasses dos intermediários maiores.

As relações entre produtores e comerciantes oscilam entre práticas de cooperação e formas evidentes de exploração. Em determinadas localidades, essas interações são mediadas por acordos informais baseados na confiança mútua, como o fornecimento antecipado de arroz por parte dos comerciantes — prática que funciona como adiantamento da produção futura. “Os comerciantes fornecem arroz antes da campanha, que será pago depois com castanha”, relata comerciante Tchernó Sané (Entrevista 8). Embora esse mecanismo responda às necessidades imediatas de segurança alimentar dos agricultores, ele frequentemente consolida vínculos de dependência assimétrica, nos quais o produtor assume os riscos sem garantias de reciprocidade justa.

Por outro lado, são frequentes os relatos de abusos nas práticas comerciais, sobretudo no que tange à fixação dos preços. “Os comerciantes compram por valores muito baixos dos fixados pelo governo, prejudicando os produtores que trabalham arduamente sem descanso”, denuncia Saliu Sané (camponês, Entrevista 7). Tal denúncia evidencia a desproporção entre o esforço despendido na produção agrícola e a remuneração recebida, revelando uma estrutura de mercado em que o pequeno produtor ocupa uma posição sistematicamente desfavorecida.

Soma-se a esse cenário um conjunto de limitações estruturais que aprofundam a vulnerabilidade dos agricultores frente às dinâmicas do mercado. Como ressalta Pedro da Pen, agricultor local, “a falta de infraestrutura de armazenamento e transporte, aliada aos preços baixos, desmotiva os produtores e pode levá-los a abandonar a atividade” (Entrevista 31). A escassez de acesso ao crédito rural, a forte sazonalidade da produção e a ausência de políticas de incentivo fiscal agravam esse quadro, comprometendo não apenas a competitividade da castanha de caju no mercado interno, mas também sua capacidade de inserção em cadeias de valor globais.

Nesse contexto, Saquet (2006) aprofunda a análise ao apontar que a lógica dominante do capital — muitas vezes associada à ação ou omissão do Estado — transforma o agricultor familiar em sujeito subalterno, incluído na dinâmica de mercado sob condições de exploração e subordinação econômica e política. Homens, mulheres, crianças e idosos compõem uma força

de trabalho invisibilizada, que, dia após dia, trabalham arduamente, enfrentam as adversidades do clima e da escassez de recursos, sem garantias de retorno justo pelo seu labor.

Frente a esse cenário, torna-se imperativa a implementação de políticas públicas estruturantes que fortaleçam as organizações de base, ampliem o acesso a crédito e infraestrutura, e promovam maior regulação e transparência nas transações comerciais. A valorização da produção nacional e a construção de um sistema agrocomercial mais equitativo dependem da superação dessas barreiras estruturais, que perpetuam desigualdades e limitam o desenvolvimento rural sustentável na Guiné-Bissau.

6.1.4.2 Dinâmica dos Atores e Definição de Preço

A dinâmica entre os agentes da cadeia da castanha de caju reflete desequilíbrios estruturais que se manifestam, sobretudo, na formação dos preços. Os produtores — apesar de estarem na base da cadeia — permanecem como os elos mais vulneráveis, enquanto comerciantes, intermediários e exportadores concentram o controle sobre os fluxos e os lucros. (Barry, Creppy & Wodon, 2007; Sigá, 2023).

O preço-base definido pelo governo busca estabelecer um patamar mínimo para as negociações. No entanto, como frisado, a ausência de transparência ao longo da cadeia comercial favorece práticas assimétricas, impedindo os produtores de conhecerem o real valor de seu produto e minando sua capacidade de barganha. A influência da demanda externa — especialmente dos mercados asiáticos — somada à vulnerabilidade socioeconômica local, agrava essa dinâmica.

Com acesso limitado à informação e desorganizados coletivamente, os agricultores enfrentam intermediários que dominam os canais de comercialização e impõem preços. Como relata Mamudo Dembo, camponês, “os comerciantes compram a preços muito baixos e revendem por valores elevados, obtendo grandes lucros” (Entrevista 18). Segundo ele, “fiscais locais também contribuem para a prática, permitindo transações abaixo do preço oficial”. Essa informalidade é confirmada por Adulai Nhamadjo (comerciante), que admite que “os comerciantes nem sempre concordam com os preços estipulados pelo governo” (Entrevista 22).

A vulnerabilidade econômica dos produtores é agravada por práticas informais de crédito, como o adiantamento de arroz. Mamadu Aliu Só, camponês, relata que “os comerciantes emprestam arroz em períodos críticos e, depois, cobram preços abusivos, adquirindo as castanhas por valores muito baixos” (Entrevista 24). Essa lógica de dependência

é reforçada pela necessidade imediata de renda, como ressalta Pedro da Pen, agricultor: “os produtores aceitam qualquer preço para garantir o sustento das famílias” (Entrevista 31).

As críticas ao Estado são frequentes e apontam para a sua atuação limitada na regulação do setor. Para Amadu Djau, camponês, o governo “não reduz as taxas nem cria condições adequadas para assegurar que o preço estipulado seja respeitado” (Entrevista 2). Essa fragilidade institucional contribui para a persistência de práticas desiguais, limitando a eficácia da política de preços.

Em síntese, a formação de preços no setor da castanha de caju é condicionada pela concentração de poder nos elos superiores da cadeia e pela ausência de regulação eficaz. Entender essas dinâmicas é essencial para a formulação de políticas públicas que promovam maior equidade nas relações comerciais, fortalecimento da base produtiva e valorização da produção nacional.

6.1.4.2.1 Intervenção Pública na Definição do Preço-Base

A definição do preço-base da castanha de caju pela autoridade pública constitui uma tentativa de regulação do mercado e de proteção aos pequenos produtores frente às oscilações e pressões do comércio internacional. Anualmente, o governo da Guiné-Bissau, por meio do Ministério do Comércio, da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e de representações das outras entidades participantes da cadeia de caju, estabelece um valor de referência que visa orientar as negociações internas, especialmente no início da campanha de comercialização da castanha de caju. Essa medida busca garantir uma remuneração mínima que preserve a sustentabilidade econômica dos agricultores e reduza os efeitos da assimetria nas relações de troca, ao mesmo tempo em que se preserva a competitividade do setor no mercado global.

A definição desse preço-base é um processo complexo, influenciado por múltiplos fatores. Entre os principais, destacam-se:

- *Preço da castanha no mercado internacional:* a cotação da castanha de caju nos principais mercados consumidores, como Índia e Vietnã, influencia diretamente o valor estabelecido internamente. Relatórios do BM (2022) e da FAO (2021) mostram que esses países absorvem a maior parte da produção africana, determinando tendências de preços.
- *Custos de exportação e logística:* a infraestrutura precária nos portos e estradas da Guiné-Bissau eleva os custos operacionais para exportadores, o que impacta o preço pago aos produtores (ITC, 2020).
- *Expectativas da safra e qualidade da produção local:* em anos de safra abundante, o preço tende a cair devido à maior oferta no mercado, enquanto safras afetadas por pragas ou mudanças climáticas podem elevar o preço devido à escassez do produto (MENDES, 2018).

- *Pressões políticas e negociações com associações de produtores e exportadores:* as associações como a Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG) e a Associação Nacional dos Exportadores de Castanha (ANEC) participam do processo de negociação, tentando equilibrar os interesses dos diferentes agentes econômicos (Barry; Creppy; Wodon, 2007).

Apesar de seu potencial regulador, a eficácia da intervenção pública na definição do preço-base da castanha de caju na Guiné-Bissau tem sido limitada. Na prática, esse valor é frequentemente desrespeitado por comerciantes e intermediários, que impõem preços inferiores explorando a vulnerabilidade econômica dos produtores e a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização. O preço-base, assim, funciona mais como uma referência simbólica do que como uma garantia real de justiça econômica — como demonstram inúmeras falas dos entrevistados.

O governo estipula um preço-base, mas os comerciantes frequentemente desrespeitam essa determinação, comprando a preços mais baixos. Isso ocorre porque o governo não financia a compra das castanhas nem oferece suporte para garantir o cumprimento do preço estipulado (Muniro Djau, camponês, Entrevista 1).

O preço, que geralmente é estipulado pelo Estado, muitas vezes não é respeitado. Quando isso ocorre, os produtores — especialmente os camponeses — acabam sendo os mais prejudicados. O descumprimento do preço fixado cria instabilidade no mercado e torna os agricultores vulneráveis a negociações desvantajosas. Essa falta de proteção gera descontentamento, desconfiança e, muitas vezes, conflitos (Almame Conté, representante da ANAG no Ganadu, Entrevista 5).

Essa situação decorre de uma fragilidade institucional que compromete a capacidade do Estado de garantir o cumprimento de suas próprias políticas. Tidjane Danfa, professor, observa que “os produtores são explorados pelos compradores durante as campanhas de comercialização. Os comerciantes compram a castanha no mercado interno a preços muito baixos e a revendem no mercado externo por valores significativamente mais altos, obtendo lucros expressivos” (Entrevista 6). A consequência direta é o agravamento da posição dos agricultores, que, embora responsáveis pela produção, são os que menos lucram com ela.

Para enfrentar esse desequilíbrio, Amadu Djau, administrador, defende maior fiscalização e responsabilização dos infratores: “o governo deve criar mais fiscalização e responsabilizar quem infringe as leis do comércio nacional. Violando o preço estipulado, o comerciante comete uma infração grave, mas isso tem sido recorrente” (Entrevista 4). Complementando, Amadu Djau (camponês) propõe que o Estado assuma um papel central na compra da castanha. “Se estipular um preço-base, deve também criar condições para garantir que ele seja respeitado” (Entrevista 2). Segundo ele, “é fundamental que o Estado adote medidas que aliviem a carga financeira sobre os agricultores, como a redução das taxas de mercado, garantindo preços mais justos e acessíveis para os produtores” (Entrevista 2).

Por fim, Adulai Nhamadjo, comerciante, sugere o diálogo como estratégia para reduzir tensões: “é essencial que o governo dialogue com os comerciantes para firmar acordos sobre o preço-base. Um entendimento entre as partes poderia minimizar os desentendimentos e garantir um mercado mais estável e justo” (Entrevista 3).

Assim, embora a política de definição do preço-base represente uma tentativa de promover equilíbrio nas trocas comerciais, sua efetividade depende do fortalecimento da governança pública, da fiscalização ativa, do diálogo entre os agentes da cadeia e do empoderamento das organizações de produtores.

6.1.4.3 Dinâmica entre Produtores, Comerciantes, Intermediários e Exportadores

A cadeia da castanha de caju na Guiné-Bissau inicia-se com os pequenos produtores rurais, inseridos em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica e estrutural. Nesse primeiro elo da cadeia, os comerciantes locais e intermediários exercem papel estratégico como principais compradores da produção agrícola. Embora responsáveis pelo escoamento do produto e sua articulação no mercado, seu poder de barganha desproporcional permite impor preços e condições desfavoráveis aos produtores. Tchernó Sané, comerciante, relata: “faço compra junto aos produtores locais, sob financiamento de um empresário mauritaniano chamado Abdullah, que reside no Senegal. Ele e outros empresários vêm ao país todos os anos para comprar as castanhas” (Entrevista 8). Esse depoimento ilustra de forma contundente a inserção do capital estrangeiro nas dinâmicas comerciais locais, evidenciando a dependência estrutural dos agentes econômicos guineenses em relação a investidores externos.

Tal configuração revela a reprodução de uma lógica de subordinação típica das economias periféricas, nas quais o financiamento das atividades produtivas e comerciais ocorre predominantemente mediante a intermediação de capitais estrangeiros, que detêm o controle dos fluxos financeiros e logísticos. Nesse contexto, a cadeia de valor da castanha de caju apresenta-se profundamente hierarquizada, com uma transferência sucessiva de riscos e pressões econômicas entre os elos.

Essa relação de dependência manifesta-se de forma mais aguda na base produtiva, onde os agricultores, como agentes mais vulneráveis, absorvem de maneira desproporcional os ônus e as incertezas inerentes às negociações, configurando um cenário de assimetria econômica e de fragilidade institucional. Assim, a intermediação externa não apenas condiciona as decisões comerciais locais, mas também perpetua um padrão de desenvolvimento marcado pela externalização dos benefícios e internalização dos custos sociais e econômicos.

Mamadu Ganó, comerciante, destaca a capilaridade territorial da comercialização: “compramos de produtores de diferentes localidades do setor de Bambadinca e da região de Bafatá”. Adulai Nhamadjó, comerciante (Xitole), atuante no setor desde 2009, afirma: “compro diretamente de produtores em várias tabancas vizinhas e financio postos em aldeias como Sintcha Bacari, Sintcha Mamudu, Cansamandjé, Tchumael e Cansoncó, que compram castanha para mim” (Entrevista 22).

A centralidade desses agentes na estrutura comercial da castanha de caju é confirmada por Adulai Nhamadjó, comerciante (Ganadu): “compro a castanha diretamente dos produtores”. Segundo ele, revende para “comerciantes maiores no país ou empresários e intermediários superiores, como Abdulrahman e Sheik Mansour, exportadores estrangeiros que vêm à Guiné-Bissau durante a campanha de comercialização” (Entrevista 3), com operações realizadas tanto nas tabancas quanto em centros estratégicos como Bissau. “A margem de lucro é essencial para cobrir custos operacionais”, pontua (Entrevista 3). Apesar de seu papel logístico indispensável, há limitações do sistema, pois, como mencionada anteriormente, nem sempre os compradores locais respeitam o preço estipulado pelo governo, optando por seguir as oscilações do mercado informal, caracterizado por volatilidade e ausência de regulação efetiva.

Esse modelo, baseado em redes de financiamento informal e ausência de contratos regulatórios, perpetua desigualdades e limita o acesso dos produtores a condições mais justas. Transações também ocorrem sob formas alternativas, como adiantamento de arroz ou dinheiro, gerando dependência crônica. Embora esse apoio seja visto como necessário em tempos de escassez, ele consolida ciclos de endividamento e enfraquece a autonomia dos agricultores, como já destacado.

Segundo Sadjó Baldé, camponês, “os produtores não conseguem recusar o preço, pois têm castanhas estocadas em casa e precisam vendê-las a qualquer valor que o mercado oferece para sustentar a família” (Entrevista 13). Ele explica ainda que “o preço do arroz geralmente está baixo no início da campanha, mas tende a subir durante o período, chegando a disparar no final. Isso prejudica o produtor, que troca sua castanha por arroz e, ao final, não tem recursos para comprar alimentos” (Entrevista 13). Diante dessa realidade, muitos se veem obrigados a adquirir arroz a preços elevados junto a comerciantes, comprometendo parte da safra seguinte como forma de pagamento. Assim, mesmo com boa produção, o agricultor permanece endividado e vulnerável à insegurança alimentar.

As práticas de subvalorização intensificam a desigualdade. Saliu Sané, camponês, denuncia: “os comerciantes combinam com os empresários um preço alto, como 500 FCFA/kg, mas compram dos camponeses por 100 ou 200 FCFA/kg” (Entrevista 7). Abdul Karim Gasicó,

líder da sociedade civil, aprofunda essa crítica ao traçar uma analogia entre as relações comerciais e a dinâmica de intermediação que favorece a exploração. Ele explica que “os comerciantes compram a castanha dos camponeses por um valor muito baixo e revendem por preços muito mais altos, que chegam a triplicar o valor de compra” (Entrevista 10). Segundo Gasicó, “os comerciantes locais, em vez de atuarem como pontes de valorização entre produtores e empresários estrangeiros (indianos e mauritanianos), acabam por acentuar a exploração” (Entrevista 10).

Na prática, esses intermediários negociam previamente o preço de venda com os financiadores externos - como 500 FCFA/kg - e somente após isso compram a castanha junto aos produtores - como 100 e 200 FCFA/kg. Ele destaca ainda que os empresários estrangeiros raramente se dirigem às tabancas para comprar diretamente: “Normalmente, os *narys* (mauritanianos) e indianos não vão ao campo; eles financiam comerciantes guineenses para intermediar a negociação” (Entrevista 10). Esses intermediários, então, adquirem o produto a valores muito inferiores, perpetuando um sistema de mediação que agrava as desigualdades e desestimula os produtores locais.

Essa diferença entre o valor acordado com compradores estrangeiros e o montante pago ao produtor evidencia uma lógica de apropriação desigual do excedente econômico, na qual os agricultores são sistematicamente marginalizados. O modelo atual, centrado na concentração de lucros nos elos mais fortes da cadeia, transforma os comerciantes locais em vetores de exclusão, ao invés de agentes de desenvolvimento territorial.

A relação entre produtores e comerciantes na cadeia da castanha de caju na Guiné-Bissau é marcada por uma ambivalência estrutural: de um lado, uma interdependência funcional; de outro, tensões motivadas por desequilíbrios econômicos e assimetrias de poder. A fragilidade contratual agrava essas distorções, como aponta Pedro da Pen, agricultor: “muitos comerciantes não honram os pagamentos aos produtores, alegando que ainda não receberam dos empresários” (Entrevista 31). Essa dinâmica, somada à distância dos postos de compra e à limitada fiscalização estatal, reforça a vulnerabilidade dos elos mais frágeis da cadeia.

As relações entre produtores e comerciantes variam entre cooperação e tensão. Para Suaibo Dembo, comerciante, trata-se de uma “relação amigável, já que ambos convivem constantemente”, embora admita que “os comerciantes são os mais prejudicados quando os produtores não pagam os empréstimos” (Entrevista 32). Mamadu Ganó, comerciante, destaca que, embora a convivência seja necessária, há diferenças de objetivos: “os produtores querem sustentar suas famílias; os comerciantes visam o lucro” (Entrevista 26). Ele observa que “muitos

produtores não cumprem com o pagamento de empréstimos, esperando por um preço melhor do governo, o que frustra os comerciantes” (Entrevista 26).

Adulai Nhamadjo (comerciante, Xitole), reforça: “a relação é pouco amigável, especialmente quando o comerciante não consegue suprir a demanda do produtor e quando os produtores não honram suas dívidas, como no caso de empréstimos de 5 toneladas de arroz que não foram pagos” (Entrevista 22). Para ele, “essas falhas enfraquecem a cooperação e geram desconfiança” (Entrevista 22).

Contudo, essa visão é contestada por outros atores. Tchernó Sané, comerciante, discorda ao afirmar que “o relacionamento não é amigável, devido à divergência sobre o preço no momento da compra” (Entrevista 8). Para ele, um preço justo é condição fundamental para um bom relacionamento: “se o comerciante compra a castanha por um valor muito baixo, o produtor se sente prejudicado” (Entrevista 8). Sadjó Baldé, comerciante e camponês, reforça essa crítica, classificando a relação como “exploratória e muito péssima”. Segundo ele, “os comerciantes não têm ajudado os produtores, pensam apenas nos seus próprios interesses” (Entrevista 13), ignorando o esforço contínuo dos camponeses, que trabalham sem descanso desde a lavoura até a colheita do caju. “Mesmo com toda essa dedicação, os comerciantes compram a castanha por preços ínfimos, como 125 FCFA/kg, e nem sentem o impacto disso sobre os produtores”, lamenta (Entrevista 13).

Mamadu Candé, também comerciante, endossa essa avaliação ao declarar: “a relação entre produtores e comerciantes é de exploração. Muitos comerciantes desrespeitam o preço fixado pelo governo, começando a campanha pagando 200 ou até 150 FCFA/kg” (Entrevista 9). Ele denuncia o comportamento oportunista de alguns agentes que, aproveitando-se da carência dos agricultores, compram por preços irrisórios nos momentos de maior necessidade, e elevam os valores somente quando os produtores já não têm mais castanha para vender.

Adulai Nhamadjo (comerciante, Ganadu) considera o relacionamento como positivo e essencial à manutenção da cadeia de valor da castanha. Segundo ele, “os produtores são a força motriz do setor, enquanto os comerciantes facilitam a circulação da produção e oferecem apoio financeiro e material, como arroz antes da campanha” (Entrevista 3), criando uma relação de confiança e benefício mútuo.

Em suma, a relação entre produtores e comerciantes locais é multifacetada e marcada por uma tensão permanente entre cooperação e exploração. Se, por um lado, essa conexão garante o funcionamento da cadeia produtiva, por outro, as assimetrias econômicas, a ausência de mecanismos regulatórios e a desvalorização do trabalho camponês aprofundam um modelo

de comercialização injusto, que dificulta a construção de um sistema mais equitativo e sustentável.

As relações entre comerciantes e exportadores na cadeia da castanha de caju apresentam percepções ambíguas, oscilando entre cooperação estratégica e desconfiança mútua. Nhamadjo, ao tratar da relação com os exportadores, apresenta uma visão otimista, mostrando que essa interação entre esses agentes é essencial para a sustentabilidade do setor. “A presença constante de exportadores estrangeiros mostra que o mercado é lucrativo para todos; se não fosse, eles não voltariam todo ano”. Para ele, trata-se de um “ciclo benéfico” (Entrevista 3).

Essa percepção, no entanto, não é unânime. Tchernó Sané considera a relação “desonesta”, pois “os exportadores compram a castanha a preços altos dos empresários superiores, mas não divulgam esses valores aos comerciantes e intermediários, que repassam preços baixos aos produtores” (Entrevista 8). Adulai Nhamadjo (comerciante, Xitole) observa um “enfraquecimento na relação com os exportadores, causado por quebras de confiança e desvio de recursos por comerciantes desonestos” (Entrevista 22).

Suaibo Dembo, comerciante, ressalta que, apesar da aparente harmonia, “os exportadores ganham mais, enquanto os comerciantes assumem mais riscos e, às vezes, prejuízos” (Entrevista 32). Sadjo Baldé e Mamadu Candé, ambos comerciantes, reforçam esse diagnóstico ao apontarem a “concentração de informação nas mãos dos financiadores” (Entrevistas 9; 13), o que impede os pequenos comerciantes de se planejarem adequadamente. Para Candé, “embora as transações continuem, quem sempre se prejudica é o povo produtor” (Entrevista 9).

Esses relatos revelam que as relações entre comerciantes, intermediários e exportadores na cadeia da castanha de caju são profundamente marcadas por assimetrias de poder, opacidade nas transações e forte informalidade. Os impactos mais severos dessa estrutura recaem sobre os pequenos produtores, que permanecem em posição de fragilidade diante da ausência de regulação eficaz. Essa lacuna institucional aprofunda a instabilidade do setor e perpetua uma lógica de apropriação desigual do valor gerado ao longo da cadeia.

Comerciantes e intermediários desempenham funções logísticas, financeiras e comerciais fundamentais para o funcionamento do mercado interno. No entanto, operam em um ambiente regulatório precário, caracterizado por ausência de contratos formais, práticas informais e desequilíbrio nas relações de poder. Esse cenário favorece estratégias exploratórias e dificulta a inserção justa dos pequenos produtores nos circuitos de comercialização.

A construção de uma cadeia de valor mais justa, resiliente e inclusiva exige, portanto, a implementação de políticas públicas estruturantes. Isso inclui a formalização das transações

comerciais, o fortalecimento das organizações de base (como cooperativas e associações de produtores) e a criação de canais de comercialização mais transparentes e acessíveis — pilares essenciais para um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Essas constatações encontram respaldo em estudos sobre as dinâmicas de poder em cadeias agroindustriais no contexto africano. Ponte (2002) argumenta que a distribuição do valor nas cadeias globais de *commodities* agrícolas é moldada, sobretudo, pelo controle da informação e dos canais de comercialização, o que reforça a dominação dos elos mais fortes sobre os mais frágeis. No caso da Guiné-Bissau, essa realidade é agravada pela fragilidade institucional e pela ausência de políticas públicas eficazes, indicam relatórios da FAO (2021) e da ANAG (2023).

Em síntese, embora as relações entre produtores, comerciantes, intermediários e exportadores sejam fundamentais para o funcionamento da cadeia da castanha de caju, elas são atravessadas por desigualdades estruturais, informalidade e assimetrias informacionais que impedem uma distribuição justa dos ganhos. Superar tais desafios requer o fortalecimento do papel do Estado, a adoção de instrumentos de regulação transparentes e o empoderamento dos produtores, especialmente por meio do acesso a crédito, da promoção da organização coletiva e da valorização da produção nacional.

6.1.4.4 A Intervenção de Grossistas

Na Guiné-Bissau, os grossistas ocupam uma posição estratégica na cadeia de comercialização da castanha de caju, funcionando como agentes centrais na articulação entre produtores, intermediários locais, exportadores e mercados globais. Sua atuação é determinante para o escoamento de grandes volumes do produto, garantindo a inserção da produção nacional em circuitos internacionais, sobretudo para a Índia, principal destino das exportações (Santos, 2019).

Dotados de maior capacidade logística, financeira e de armazenamento, os grossistas compram tanto de intermediários quanto diretamente dos produtores, atuando como canais essenciais para o escoamento em larga escala. Alguns desses agentes — como Abdulrahman e Sheik Mansour, que são financiadores e compradores de Adulai Nhamadjó (comerciante, Ganadu) — chegam a movimentar entre 2.000 e 2.500 toneladas por campanha, superando a capacidade operacional de exportadores tradicionais, destaca Silva (2021).

A influência dos agentes externos no financiamento da campanha também é evidenciada por Suaibo Dembo, comerciante, ao afirmar: “meus principais financiadores são bancos

comerciais do país e empresários indianos que, após a compra e revenda da castanha, recebem de volta o valor financiado acrescido de uma porcentagem de lucro previamente acordada” (Entrevista 32). Essa prática revela a crescente financeirização da cadeia, marcada por relações contratuais informais e pela concentração de poder em poucos atores.

Por outro lado, a instabilidade nos pagamentos compromete a fluidez das relações comerciais. Mamadu Ganó, comerciante, relata: “às vezes, o comerciante compra com base no preço estipulado pelo governo, mas enfrenta atrasos nos pagamentos dos grandes compradores” (Entrevista 26). A ausência de contratos formais e de mecanismos eficazes de resolução de conflitos agrava a insegurança econômica dos comerciantes locais, comprometendo sua capacidade de manter operações contínuas e sustentáveis.

A dinâmica de negociação entre intermediários e grossistas é profundamente influenciada por dois eixos: *volume* e *qualidade*. Castanhas com menor índice de impurezas e maior teor de amêndoa alcançam preços *premium* em mercados internacionais, enquanto produtos de qualidade inferior são direcionados a circuitos secundários ou à indústria local (Pereira; Gomes, 2020). Essa segmentação, contudo, raramente se traduz em benefícios para os produtores, que enfrentam pressões para vender rapidamente, mesmo com preços defasados.

A configuração atual dos grossistas remonta ao período pós-colonial, marcado por processos de estatização seguidos de liberalizações desreguladas. Como analisam Tavares (2018) e Draft (2004), a retirada do Estado na década de 1980 permitiu a ascensão de agentes estrangeiros — libaneses, mauritanianos e portugueses —, que capitalizaram lacunas institucionais para dominar o mercado. Esses atores, dotados de acesso a redes financeiras internacionais e infraestrutura logística superior, consolidaram um modelo de dependência, oferecendo créditos precários aos produtores em troca de exclusividade na compra (DRAFT, 2004). Essa relação, embora garanta fluxo contínuo de produto, perpetua ciclos de endividamento e subordinação, como observado por Mendes (2019), os camponeses ficam reféns dos grossistas, que controlam preços e prazos.

Apesar de sua centralidade na cadeia de exportação da castanha de caju, a atuação dos grossistas na Guiné-Bissau se desenvolve em um vácuo regulatório. A informalidade é uma característica estrutural do setor, refletida em práticas como a evasão fiscal sistemática e a inexistência de contratos formais. Como observa Ferreira (2022), as autoridades fiscais enfrentam sérias dificuldades para tributar operações de grande escala, o que compromete não apenas a arrecadação pública, mas também distorce a competitividade, favorecendo atores com maior capital político e econômico.

Essa ausência de regulação robusta reforça desigualdades e impede o país de agregar valor à sua principal *commodity*. Para Cabral (2017), a falta de transparência nas negociações e a fragilidade institucional contribuem para manter a Guiné-Bissau na posição periférica de fornecedora de matéria-prima bruta, com baixa capacidade de capturar os benefícios econômicos do comércio internacional.

Diante desse cenário, algumas propostas emergem da própria base comercial. Suaibo Dembo, comerciante, sugere que a adoção de um preço único e oficial ao longo de toda a campanha de comercialização poderia estabilizar o mercado. “A medida mais eficaz seria a decisão do governo em estabelecer um preço único para todos os compradores, que perdure durante toda a campanha de comercialização de caju”, afirma (Entrevista 32). Segundo ele, “ao chegarem ao país, o governo deve informar os compradores estrangeiros de que este é o único preço que podem pagar pela castanha de caju aos comerciantes” (Entrevista 32). Essa lógica também deve valer para os produtores: “deve existir um preço único, pelo qual os comerciantes comprem a castanha diretamente dos produtores”. Para garantir eficácia, Dembo defende que “o governo deve criar condições para tal, fiscalizar e exigir o cumprimento do preço”, pois “permitir a livre concorrência desestabiliza o mercado; ela é o principal fator de instabilidade do preço da castanha”.

A superação dessas fragilidades requer uma estratégia articulada em três eixos centrais. Primeiramente, a *formalização das relações comerciais* deve ser prioridade, com a institucionalização de contratos vinculantes e a criação de mecanismos eficazes de fiscalização e mediação, capazes de coibir práticas abusivas e garantir segurança jurídica, sobretudo aos pequenos produtores. Em segundo lugar, o *fortalecimento das cooperativas e associações* de base se impõe como instrumento fundamental de reorganização produtiva. Através delas, os agricultores podem ampliar seu poder de barganha, negociar coletivamente com compradores, acessar crédito e integrar-se diretamente a mercados mais vantajosos, reduzindo a dependência de intermediários. Por fim, é necessária uma *reforma no sistema tributário* que assegure a tributação das grandes operações comerciais, garantindo que parte dos lucros gerados pela cadeia produtiva seja revertida em investimentos públicos em infraestrutura, qualificação técnica e serviços de apoio à agricultura familiar.

Assim, embora os grossistas desempenhem um papel central no escoamento e comercialização da castanha de caju, sua atuação atual, marcada por informalidade, concentração de poder e fragilidade fiscal, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas estruturantes. A construção de um ambiente regulatório sólido, previsível e inclusivo é condição indispensável para a justiça econômica e a resiliência de toda a cadeia produtiva no país.

6.1.4.5 Estrutura de Preços e Fatores que Impactam as Negociações

A estrutura de preços da castanha de caju na Guiné-Bissau configura-se em duas frentes interdependentes: o *preço negociado* entre produtores e comerciantes/intermediários, e o *preço de revenda* praticado por estes junto a grossistas e exportadores. Ambas as etapas são condicionadas por fatores como sazonalidade da produção, qualidade do produto, custos logísticos, disponibilidade interna, políticas públicas e expectativas do mercado internacional, sobretudo em destinos como Índia e Vietnã (Pereira & Gomes, 2020).

O preço negociado da castanha de caju é fortemente condicionado pela urgência dos pequenos produtores em obter liquidez, sobretudo em contextos marcados por insegurança alimentar, ausência de crédito agrícola e limitações no acesso a alternativas de comercialização. Na etapa inicial da cadeia, agricultores desprovidos de mecanismos institucionais de proteção e sem uma organização coletiva eficaz tornam-se altamente vulneráveis à imposição de preços significativamente inferiores ao valor-base estipulado pelo governo.

Os comerciantes Adulai Nhamadjó (Entrevista 3) e Mamadu Ganó (Entrevista 26), como visto anteriormente, ilustram essa flutuação ao relatarem que “os valores da castanha variam significativamente ao longo da campanha”. Essa percepção é corroborada por Suaibo Dembo, também comerciante, ao afirmar que, “na última temporada, a campanha de comercialização de caju não foi favorável, devido à baixa produção no país. O preço variou ao longo da campanha, começando em 300 FCFA e chegando a 650 FCFA no final” (Entrevista 32). Apesar das elevações pontuais nos preços, esses aumentos raramente se refletem na renda dos camponeses, que continuam negociando sob forte pressão econômica e em condições assimétricas de barganha.

A margem de revenda, por sua vez, incorpora os custos operacionais dos comerciantes — como transporte, armazenamento e perdas no manuseio — além de refletir seu poder de barganha frente aos exportadores. Quando os lucros esperados não se concretizam, os prejuízos são frequentemente repassados aos elos mais vulneráveis da cadeia. Adulai Nhamadjó (comerciante, Ganadu) complementa essa perspectiva: “se compramos 1kg de castanha por 300 XOF, esperamos revender por 350 ou 400 XOF. Quando não conseguimos esse retorno, somos prejudicados” (Entrevista 3).

Práticas de subvalorização são recorrentes. Madiu Embalo, camponês, critica: “os produtores fazem todo o trabalho árduo, mas recebem muito pouco pela produção. Os comerciantes desrespeitam o preço-base, oferecendo valores ainda mais baixos” (Entrevista 21). Além disso, a fragilidade dos acordos comerciais compromete a previsibilidade do setor.

Mamadu Ganó, comerciante, relata: “vendemos castanhas a uma empresa, mas depois devolveram a mercadoria. E outra empresa comprou em 2022 e até hoje não pagou” (Entrevista 26). Essa insegurança nas transações impacta não apenas a renda dos agricultores, mas também a sustentabilidade das atividades comerciais dos agentes locais.

Por fim, a falta de articulação entre o governo e os agentes comerciais enfraquece a eficácia da política de precificação. Ganó sugere: “durante a campanha, o governo deveria reunir os comerciantes para discutir e estabelecer, em conjunto, o preço-base de compra. Mas isso nem sempre é feito, gerando conflitos entre os envolvidos” (Entrevista 26).

Dessa forma, a estrutura de preços da castanha de caju na Guiné-Bissau revela um sistema profundamente assimétrico, em que os produtores assumem a maior parte dos riscos, enquanto intermediários e exportadores concentram os ganhos. A compreensão crítica dessa dinâmica é essencial para fundamentar intervenções públicas que promovam transparência, equidade e justiça na cadeia produtiva. Reformas como a formalização das transações, o fortalecimento das organizações de base e a regulação eficaz das práticas comerciais são indispensáveis para redistribuir o valor agregado de forma mais justa e sustentável ao longo da cadeia da castanha.

6.1.4.5.1 Infraestrutura, Mercado Informal e Redes de Relacionamento

A estrutura de negociação da castanha de caju na Guiné-Bissau é influenciada por múltiplos fatores interdependentes, entre os quais se destacam a precariedade da infraestrutura logística, a predominância do mercado informal e a importância das redes de relacionamento. Esses elementos moldam as dinâmicas de poder, os preços praticados e o acesso às oportunidades de mercado ao longo da cadeia produtiva.

A deficiência da infraestrutura rodoviária representa um obstáculo crítico para a eficiência do comércio. Como apontam Cabral (2017) e Santos (2019), as estradas em más condições e os custos elevados de transporte dificultam o escoamento da produção das zonas rurais até os centros de compra e os portos de exportação. Esse cenário impõe um ônus adicional aos pequenos produtores e comerciantes, que enfrentam limitações operacionais significativas. A lentidão no transporte, associada à ausência de infraestrutura de armazenamento, afeta a previsibilidade da oferta e acentua a volatilidade dos preços.

Paralelamente, o mercado informal prevalece como o principal canal de comercialização da castanha, caracterizado por negociações sem contrato, ausência de fiscalização e grande

variação nos preços. Como destacam Pereira e Gomes (2020), nesse ambiente desregulado, a confiança interpessoal substitui os mecanismos institucionais, criando relações assimétricas de poder e dificultando a transparência nas transações.

As redes de relacionamento — especialmente aquelas baseadas em confiança mútua entre produtores, comerciantes e financiadores — exercem papel ambíguo. Por um lado, viabilizam trocas em contextos de fragilidade institucional; por outro, reforçam dependências históricas e exclusões comerciais. Tavares (2018) observa que comerciantes que mantêm vínculos duradouros com produtores em diferentes tabancas tendem a obter vantagens como fidelização, fornecimento exclusivo e prazos mais flexíveis. No entanto, essas relações também podem restringir a autonomia dos agricultores.

Pedro da Pen, agricultor, observa que “alguns comerciantes trabalham sempre com os mesmos produtores, inclusive fornecendo arroz e dinheiro antes da campanha, o que cria uma obrigação de vender a eles depois” (Entrevista 31). Essas redes de fidelidade impõem limites à mobilidade comercial dos produtores. Adulai Nhamadjo (comerciante, Ganadu) reconhece que “há produtores com os quais já trabalhamos há anos. Isso facilita a compra e venda, mas, às vezes, cria dificuldades quando o preço sobe e o produtor quer vender para outro” (Entrevista 3). Essas restrições reduzem a capacidade dos agricultores de negociar melhores condições

Portanto, o conjunto formado por infraestrutura deficiente, mercado informal e redes de dependência compromete a transparência e a equidade das relações comerciais. Tais condições restringem o acesso dos pequenos produtores a mercados mais vantajosos e perpetuam sua posição subordinada na cadeia de valor.

Nesse contexto, torna-se urgente a implementação de políticas públicas estruturantes que articulem três eixos principais: (i) o fortalecimento da infraestrutura rural e logística; (ii) a formalização progressiva das transações, com criação de mecanismos regulatórios e de mediação de conflitos; e (iii) o incentivo à organização coletiva dos produtores, por meio de cooperativas, crédito rural e acesso a informação de mercado.

6.1.4.6 Negociação de Exportadores para *Brokes*

A negociação entre exportadores e *brokers* desempenha um papel fundamental no comércio de castanha de caju na Guiné-Bissau. Os *brokers* atuam como intermediários internacionais, adquirindo a castanha dos exportadores para revendê-la aos grandes compradores indianos, que, por sua vez, a comercializam para as fábricas de processamento (Draft, 2004). Como já destacado, a Índia é o principal mercado comprador da castanha *in*

natura da Guiné-Bissau, e os operadores indianos dominam quase totalmente esse segmento com mais de 98% (OEC, 2024). Até 1998, os exportadores locais enfrentavam um processo de depuração natural, no qual apenas as empresas mais eficientes se mantinham no mercado. No entanto, ao contrário das empresas estrangeiras, que receberam créditos bonificados após o fim do conflito armado em 1999, as empresas guineenses não tiveram o mesmo suporte, o que gerou conflitos de interesse (Draft, 2004).

A Guerra de 7 de Junho de 1998 e o colapso subsequente do sistema bancário marcaram um ponto de inflexão na estrutura econômica da Guiné-Bissau. Muitas empresas nacionais, endividadas e fragilizadas, foram à falência, abrindo espaço para uma crescente presença de investidores estrangeiros, especialmente da Índia e da China (Silva *et al.*, 2005). Essa reconfiguração foi agravada pela instabilidade política e econômica persistente, que limitou a capacidade do Estado de implementar políticas eficazes de proteção ao setor produtivo. Como consequência, empresas locais foram gradualmente substituídas por fábricas estrangeiras, intensificando a competição e enfraquecendo os agentes nacionais.

Nesse contexto, os *brokers* — intermediários responsáveis por consolidar grandes volumes de castanha para o mercado indiano — ascenderam como figuras centrais nas negociações comerciais. Seu papel na definição dos preços tornou-se estratégico, especialmente diante de fatores como a qualidade e a quantidade da castanha disponível, a urgência das fábricas em adquirir matéria-prima e sua própria capacidade de estocagem. A especulação também passou a desempenhar um papel relevante: os *brokers* compram grandes lotes com a expectativa de valorização futura, mas assumem riscos significativos diante de flutuações nos preços globais ou de uma possível superprodução (Gomes, 2007).

Embora o governo e associações locais tenham tentado proteger os exportadores nacionais, seus esforços foram insuficientes para conter essa transformação estrutural. A assimetria nas negociações de preços se aprofundou: os produtores, com acesso limitado a canais de comercialização, tornaram-se dependentes dos intermediários, enquanto *brokers* e exportadores controlam a oferta, a demanda e, conseqüentemente, os preços (Dias *et al.*, 2002).

As negociações entre *brokers* e exportadores são marcadas por fatores econômicos, especulativos e políticos. A instabilidade institucional, o avanço de investidores estrangeiros e a lógica de especulação sobre os preços da castanha acentuam a volatilidade do mercado, tornando-o ainda mais adverso para os pequenos produtores (Gomes, 2007; Silva *et al.*, 2005).

Portanto, a ausência de mecanismos regulatórios eficazes e de políticas públicas capazes de equilibrar as relações comerciais aprofunda a concentração de poder nas etapas mais

avançadas da cadeia e perpetua um sistema excludente, no qual os produtores permanecem à margem das dinâmicas e benefícios gerados pelo mercado global.

7. DESAFIOS PRESENTES NO COMÉRCIO DA CASTANHA DE CAJU

A castanha de caju é a espinha dorsal da economia da Guiné-Bissau, representando mais de 90% das exportações do país e garantindo a subsistência de milhares de famílias rurais (D’Almeida, 2020; Seca, 2020). No entanto, sua cadeia produtiva enfrenta desafios profundos, que vão desde a precariedade estrutural até a exploração sistêmica dos produtores. Produtores, comerciantes, chefes comunitários, agentes públicos, representantes sociais e técnicos entrevistados revelam um cenário marcado por estradas esburacadas, intermediários abusivos, preços voláteis e a quase ausência de políticas públicas eficazes. Enquanto a castanha é vendida bruta a mercados externos, os produtores locais lutam contra a fome, a falta de crédito e a dependência de práticas informais desfavoráveis para sobreviver. Os depoimentos coletados destacam não apenas as fragilidades do setor, mas também a urgência de soluções integradas.

Neste capítulo serão abordadas, de forma sistemática e aprofundada, os múltiplos desafios que permeiam o comércio da castanha de caju na Guiné-Bissau. A análise contempla aspectos estruturais, logísticos, financeiros, institucionais e políticos que, em conjunto, configuram um ambiente de elevada vulnerabilidade para os atores locais inseridos na cadeia produtiva. Serão discutidos temas como a infraestrutura deficiente, a precariedade logística e o consequente isolamento dos mercados; a escassez de crédito, a fragilidade da infraestrutura bancária e a recorrente dependência de intermediários; além da instabilidade política e da ausência de políticas públicas eficazes. A análise também inclui a dependência de uma única cultura, a falta de diversificação produtiva, as práticas de intermediação marcadas pela exploração e deslealdade, e a prática recorrente, porém desfavorável, da troca de castanha por arroz. Outros aspectos igualmente relevantes a serem debruçadas incluem a falta de fiscalização, regulação e o impacto da corrupção; a predominância da comercialização informal; a dependência de mercados e capitais externos; a ausência de processamento local; a organização frágil dos produtores rurais; bem como a carência de investimentos em tecnologia e inovação. Por fim, destacam-se ainda as barreiras fiscais ao comércio da castanha de caju, configurando um custo invisível que compromete a competitividade do produto guineense nos mercados internacionais e o futuro sustentável da castanha de caju na Guiné-Bissau.

7.1 INFRAESTRUTURA DEFICIENTE, LOGÍSTICA PRECÁRIA E ISOLAMENTO DE MERCADOS

A precariedade da infraestrutura de transporte e armazenamento (Figura 16) representa um dos maiores desafios para os produtores de castanha de caju na Guiné-Bissau. A falta de estradas adequadas, a inexistência de armazéns apropriados e a deficiência nos sistemas de energia e comunicação impactam diretamente a qualidade e o valor do produto, reduzindo a competitividade do país no mercado internacional.

Saliu Sané, camponês, relata as dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais: "as estradas são precárias, tornando difícil o transporte das castanhas das áreas rurais para os centros urbanos, o que resulta em uma grande perda de qualidade do produto" (Entrevista 7). Apenas 8% das estradas rurais do país são pavimentadas, e, durante a estação chuvosa, algumas regiões ficam isoladas por semanas (FAO, 2022).

Figura 16 - Precariedade na armazenagem da castanha de caju na Guiné-Bissau



Fonte: Fotografia de Amadu Djau, a pedido do autor, 2025.

A precariedade da infraestrutura de armazenagem, como ilustra Figura 16, constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da castanha de caju na Guiné-Bissau, agravando as fragilidades estruturais já enfrentadas pelo setor. A inexistência de instalações adequadas obriga os produtores a comercializar sua safra imediatamente após a colheita, período caracterizado por preços historicamente mais baixos, em razão da elevada oferta e da ausência de capacidade de estocagem. Essa conjuntura compromete não apenas a rentabilidade dos agricultores, mas também a qualidade da produção nacional. Como destaca o presidente da ANAG Jaime Boles: “o mau armazenamento faz a castanha apodrecer, inviabilizando o processamento e a exportação. Muitas vezes, ela é descartada ou usada como ração animal, gerando prejuízos ao processador — que dificilmente volta a comprar castanha do país” (Entrevista 37).

Dados da FAO (2021) indicam que a carência de armazéns apropriados pode resultar em perdas pós-colheita superiores a 30% da produção agrícola nos países em desenvolvimento. Por outro lado, segundo a OIC (2023), a implementação de armazéns comunitários poderia elevar em até 25% a renda dos pequenos produtores, por meio da valorização do produto e da inserção mais estratégica no mercado. Apesar disso, os investimentos públicos no setor permanecem marginalizados. Em 2022, apenas 0,3% do orçamento nacional foi destinado à infraestrutura agrícola (FMI, 2023), revelando a baixa prioridade atribuída ao segmento pelas autoridades nacionais.

A situação é corroborada por relatos de produtores locais, como Dabana Baial Sambri, agricultor, que evidencia os impactos da deficiência logística sobre a autonomia comercial dos agricultores:

As estradas estão em péssimo estado. Quando o produtor colhe a castanha, leva para casa, mas depois não tem comprador por perto por causa das más condições das vias. Às vezes o produtor tem que andar mais de 5 km para encontrar um intermediário — e ele sabe que está desesperado. Faz ele esperar, oferece qualquer preço, porque sabe que não tem escolha. Nas ilhas de Bijagós, vê-se o comerciante pagar 100 FCFA por quilo onde o preço justo seria 250 FCFA. Mas o produtor aceita, porque não tem outro caminho (Entrevista 38).

A ausência de alternativas comerciais e de políticas públicas eficazes de escoamento obriga muitos agricultores a armazenar sua produção de forma improvisada, na esperança de uma valorização futura. Contudo, essa estratégia, além de arriscada, muitas vezes resulta em perdas financeiras, como alerta Dabana: “o produtor guarda castanha esperando melhorar o preço, mas nem sempre isso acontece. E enquanto isso, passa necessidade em casa, porque fica sem dinheiro para comprar comida. Quando o preço cai, é prejuízo em cima de prejuízo” (Entrevista 38).

Adicionalmente, o setor padece de uma elevada dependência da demanda externa. Essa concentração comercial impõe forte vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional. Barry, Creppy e Wodon (2007) ressaltam que essa dependência estrutural acentua os riscos econômicos para os produtores, especialmente em contextos de desvalorização cambial. Em 2022, a depreciação da moeda guineense frente ao dólar corroeu ainda mais o poder de compra dos agricultores locais, neutralizando parte dos ganhos oriundos da elevação dos preços globais.

O cenário é ainda mais adverso quando se considera o déficit informacional enfrentado pelos produtores. A ausência de acesso a dados atualizados sobre preços e mercados favorece práticas comerciais assimétricas. Aissatou Diallo¹², diretora da ONG Tech4Farmers, citada pela ITU (2023), observa que 90% dos agricultores não dispõem de acesso a plataformas digitais de cotação em tempo real, vendendo no escuro, enquanto os intermediários se beneficiam de aplicativos que lhes conferem vantagens nas negociações. Iniciativas-piloto no Senegal demonstraram que o simples envio de mensagens SMS com preços atualizados elevou a margem de negociação dos produtores em até 15% (ITU, 2023), evidenciando o potencial transformador da inclusão digital. No entanto, a escassez de conectividade e de capacitação tecnológica limita a replicação dessa experiência em regiões como a Guiné-Bissau.

Em síntese, a persistência dessas fragilidades — estruturais, logísticas e informacionais — perpetua um ciclo de desvantagem econômica para os produtores de castanha de caju, dificultando a capitalização sobre o potencial exportador do produto. Investimentos estratégicos em infraestrutura de armazenagem, acesso à informação de mercado e logística rural são fundamentais para romper esse ciclo, fortalecer a competitividade do setor e promover uma inclusão econômica mais equitativa no comércio global.

¹²Aissatou Diallo, mencionada como diretora da ONG Tech4Farmers em uma publicação da União Internacional de Telecomunicações (ITU) de 2023, está associada à iniciativa da Tech4Farmers em Uganda. Essa organização atua como uma empresa de agronegócio e serviços financeiros, administrando uma bolsa digital de commodities respaldada por recibos de armazém, com o objetivo de facilitar o comércio agrícola e o acesso ao crédito para pequenos produtores. A citação de Diallo sobre a falta de acesso dos produtores a plataformas de preços em tempo real reflete os desafios enfrentados por agricultores em Uganda e em outras regiões da África Subsaariana. Esses desafios incluem a exclusão digital e a assimetria de informações no mercado agrícola, onde intermediários muitas vezes utilizam aplicativos para maximizar seus lucros, enquanto os produtores vendem seus produtos sem informações precisas sobre os preços de mercado.

7.2 ESCASSEZ DE CRÉDITO, INFRAESTRUTURA BANCÁRIA E DEPENDÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS

A prática de troca de castanha de caju por arroz, comum entre camponeses com acesso limitado ao sistema financeiro formal, reflete uma economia de sobrevivência, caracterizada pela escassez de crédito e pela infraestrutura bancária precária. Essa dinâmica substitui o uso de dinheiro por transações em espécie, evidenciando a dependência de mecanismos informais para garantir a subsistência dos agricultores e a continuidade de suas atividades. Mais do que problema econômico, trata-se de uma questão estrutural que afeta a segurança alimentar, a volatilidade dos mercados e a falta de políticas públicas eficazes (Portes, 1994).

Sem acesso a crédito formal, os produtores recorrem a intermediários que atuam como financiadores informais, cobrando juros elevados ou impondo preços abaixo do mercado. Como denuncia Mamadu Candé, comerciante local, "os agricultores são obrigados a vender a preços inferiores porque não têm alternativa para armazenar ou negociar diretamente" (Entrevista 9). Além disso, a concorrência desleal de comerciantes estrangeiros, com maior capital e acesso a mercados globais, agrava ainda mais a situação. Adulai Baldé, professor, observa que "os produtores locais ficam reféns de um sistema que os explora, enquanto agentes externos capturam a maior parte do valor agregado" (Entrevista 12).

A dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos e médios produtores na Guiné-Bissau é consequência de fatores estruturais do sistema financeiro nacional e regional. A burocracia excessiva para a obtenção de empréstimos, a exigência de garantias reais — geralmente inexistentes em economias predominantemente informais — e a concentração das instituições financeiras em zonas urbanas são alguns dos principais entraves. Segundo o Banco Mundial (2022), apenas 15% dos pequenos agricultores na África Ocidental têm acesso a serviços bancários básicos, evidenciando a amplitude da exclusão financeira no meio rural.

Essa exclusão leva muitos produtores a aceitarem mecanismos informais de financiamento, como a venda antecipada da safra (*forward selling*), sob condições impostas por intermediários. Embora isso ofereça liquidez imediata, perpetua a dependência e a vulnerabilidade dos agricultores, já que o preço pago pela produção é geralmente inferior ao valor de mercado, reduzindo significativamente a margem de lucro e perpetuando um ciclo de pobreza. Dabana Baial Sambri, agricultor, descreve esse fenômeno:

A maioria dos pequenos e médios produtores não consegue financiamento para investir na lavoura ou melhorar a produção. Sem apoio, muitos acabam se endividando com comerciantes, que oferecem adiantamentos com juros altos e preços baixos. Quando chega a hora de pagar, o produtor é forçado a entregar parte da colheita por um valor muito abaixo do justo. E como o rendimento nunca cobre toda a dívida, ela

se acumula. Ano após ano, a gente entra e sai da campanha devendo, vivendo num ciclo infinito de dívidas e aproveitando muito pouco do fruto do nosso próprio trabalho (Entrevista 38).

Essa falta de financiamento formal compromete significativamente a capacidade dos agricultores de planejar e investir, dificultando a adoção de novas tecnologias e a melhoria da qualidade do produto. Além disso, mantém as relações assimétricas entre produtores e comerciantes, prejudicando a autonomia econômica das comunidades rurais.

O político guineense André Lopes da Veiga Nanque destaca a fragilidade do sistema de financiamento agrícola na Guiné-Bissau, com ênfase no setor da castanha de caju. Segundo ele:

A ausência de um sistema estruturado de crédito agrícola, aliada à predominância dos pré-financiamentos por parte de importadores estrangeiros — especialmente indianos —, compromete seriamente a renda dos produtores. Esses importadores adiantam recursos aos intermediários locais, mas, em contrapartida, impõem preços de compra reduzidos, limitando os ganhos dos agricultores (Entrevista 44).

Além disso, a presença desse capital externo desestimula a criação de mecanismos de financiamento locais, enquanto "os bancos comerciais do país enfrentam altos índices de *crédito malparado*, o que os torna cada vez mais reticentes a financiar atividades relacionadas à comercialização da castanha. Como resultado, apenas alguns agentes conseguem acesso ao crédito, deixando a grande maioria dos produtores excluída do sistema financeiro" (Nanque, político, Entrevista 44).

Outro ponto crítico destacado por Nanque é a necessidade de crédito de longo prazo com taxas acessíveis para o desenvolvimento da indústria do caju. No entanto, "a taxa média praticada pelos bancos gira em torno de 15% ao ano, o que torna inviável qualquer investimento consistente nesse setor". Ele reforça: "Os bancos em atividade são comerciais, não de investimento, e por isso não oferecem crédito de longo prazo com condições adequadas. A indústria do caju requer financiamentos mais extensos e com juros acessíveis, mas as taxas atuais são inviáveis para o setor" (Entrevista 44).

A falta de crédito também impacta diretamente o processo de industrialização da castanha de caju. Atualmente, menos de 2% da produção nacional é processada localmente (Mendes, 2010; ITC, 2018; FAO, 2020; World Bank, 2021), o que reforça a dependência da exportação da matéria-prima *in natura*. Sem financiamento para investir em unidades de processamento e em tecnologias apropriadas, os agricultores permanecem à margem da cadeia de valor, onde os maiores lucros se concentram em elos distantes da sua realidade (Barry et al., 2007).

A limitação no acesso ao crédito restringe significativamente os investimentos em práticas agrícolas sustentáveis, como irrigação e manejo de pragas, o que aumenta a

vulnerabilidade dos produtores tanto às mudanças climáticas quanto às oscilações do mercado internacional. Esse cenário também compromete a capacidade dos agricultores de acessar mercados mais competitivos, além de perpetuar a dependência de redes informais de financiamento.

Mamadu Candé, comerciante, exemplifica essa realidade: “os agricultores pegam empréstimos na época de carência e pagam na pré-campanha, quando os preços estão baixos, com juros altíssimos” (Entrevista 9). Essa prática, comum em economias rurais como a da Guiné-Bissau, reflete a ausência de soluções financeiras estruturadas que atendam às necessidades do setor agrícola.

A presença de comerciantes estrangeiros agrava ainda mais a vulnerabilidade dos produtores locais, consolidando relações desiguais e criando monopólios informais. Em Gabú, por exemplo, três intermediários estrangeiros controlam 70% da produção de caju (Siga, 2023). A instabilidade no preço do produto, causada por flutuações de mercado e pela falta de regulação, também é um fator determinante. Suaibo Dembo, comerciante, explica que “a intensa concorrência entre comerciantes leva os exportadores a oferecer preços mais altos para atrair mais castanha, mas quando o governo aumenta as taxas de comércio, os comerciantes reduzem o preço de compra” (Entrevista 32). Dembo sugere a fixação de um preço estável para a castanha de caju durante toda a campanha, com fiscalização e regulação adequadas para evitar flutuações e garantir a estabilidade no mercado.

Portanto, a comercialização da castanha de caju é um fenômeno complexo, que envolve não apenas a dinâmica de oferta e demanda, mas também questões estruturais relacionadas à segurança alimentar, à instabilidade econômica e à falta de infraestrutura financeira adequada. Para os pequenos produtores, decidir o momento de vender sua colheita não é apenas uma questão de acompanhar as flutuações do mercado, mas de enfrentar barreiras estruturais que comprometem sua autonomia e ameaçam sua subsistência. A solução exige uma abordagem integrada que envolva crédito acessível, garantias adequadas, educação financeira e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da economia rural e a redução da exclusão financeira.

7.3 INSTABILIDADE POLÍTICA, FALTA DE APOIO GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES

A instabilidade política crônica na Guiné-Bissau tem repercussões significativas sobre a economia nacional, afetando particularmente o setor agrícola e, em especial, a cadeia de valor

da castanha de caju. A volatilidade institucional e a constante rotatividade nas lideranças comprometem a continuidade de políticas públicas, criando um ambiente de incerteza que desestimula o investimento e inibe a modernização do setor. Como destaca Adama Baldé, camponês: “a instabilidade política no país tem um impacto direto no setor agrícola. Investidores evitam o país e os agricultores ficam sem as condições necessárias para melhorar a produção” (Entrevista 16).

A ausência de planejamento estratégico de longo prazo e a insegurança jurídica agravam o quadro, tornando o ambiente regulatório imprevisível e, portanto, pouco atrativo para agentes econômicos nacionais e estrangeiros. A falta de políticas públicas consistentes — que ofereçam apoio financeiro, infraestrutura, capacitação técnica e estímulo à comercialização — contribui para a estagnação produtiva e reforça a dependência de modelos extrativistas e informais de comercialização. Mamadu Candé, comerciante local, corrobora essa visão ao afirmar: “se houvesse mais apoio do governo, seja na forma de subsídios, seja com investimentos em infraestrutura e capacitação, os agricultores poderiam melhorar a qualidade do produto e aumentar a competitividade no mercado global” (Entrevista 9).

André Lopes da Veiga Nanque, político guineense, evidencia a fragilidade institucional que caracteriza a governança do setor: “não existe uma estratégia para o desenvolvimento do caju. Precisamos de um plano com metas para hoje, amanhã e para os próximos dez anos, que defina como o setor se encaixa na economia nacional” (Entrevista 44). Dabana Baial Sambri, agricultor, reforça como essa instabilidade política afeta diretamente as instituições de apoio ao setor:

A ANCA não funciona plenamente porque sua estrutura depende politicamente do governo. A forma como os dirigentes são nomeados impede que o órgão atue com autonomia administrativa, financeira e econômica. E quando isso ocorre, o impacto recai diretamente sobre os produtores rurais, que ficam sem respaldo institucional (Entrevista 38).

Nesse contexto, Serifo Mussa Indjai, inspetor regional de comércio de Bafatá, enfatiza a necessidade de uma ação governamental efetiva:

O próprio governo, que deveria liderar a formulação de políticas para o setor, muitas vezes se limita a cobrar impostos, sem oferecer o devido apoio aos produtores e demais atores da cadeia de valor. Essa postura é um dos principais obstáculos à criação de uma política pública específica, eficaz e confiável para o setor do caju. Definir apenas um preço-base não significa apoiar o setor. É necessário desenvolver um plano estratégico de longo prazo, voltado para os desafios reais da cadeia produtiva, com incentivos concretos aos produtores, projetos de industrialização e ações que fortaleçam todos os elos dessa cadeia (Entrevista 33).

A ausência de uma estratégia nacional clara, articulada e de longo prazo não apenas compromete a inserção competitiva da castanha de caju no mercado internacional, como

também limita a capacidade de geração de valor agregado localmente — perpetuando um modelo primário-exportador e restringindo as oportunidades de transformação econômica sustentável para o país.

Além disso, a falta de regulamentação no comércio da castanha de caju cria um mercado desestruturado, onde os agricultores enfrentam práticas comerciais desleais e preços baixos, prejudicando a qualidade do produto. Sem subsídios, crédito acessível e incentivos à industrialização local, os produtores continuam presos à venda de matéria-prima, sem conseguir agregar valor ao produto. Como observa o comerciante Mamadu Candé: “sem isso, os produtores ficam presos à venda de matéria-prima e não conseguem agregar valor ao produto” (Entrevista 9).

Nesse sentido, Jaime Boles, presidente da ANAG, destaca a urgência de mecanismos específicos de financiamento para o setor: “é necessário criar um banco agrícola que ofereça crédito com juros reduzidos, adequado à realidade dos produtores, diferente do crédito comercial tradicional, que possui taxas elevadas e pouco acessíveis” (Entrevista 37). Essa falta de apoio governamental e de regulamentação eficaz também impacta a estrutura econômica do país, criando desigualdades no mercado. Pedro da Pen, agricultor, observa: “os intermediários acabam ganhando mais que os próprios produtores e até mais que o Estado” (Entrevista 31).

Portanto, é urgente que o governo crie políticas públicas consistentes para o setor agrícola — incluindo subsídios, investimentos em infraestrutura, capacitação profissional e regulamentação eficiente. Essas medidas são fundamentais para garantir o crescimento sustentável do setor, melhorar a qualidade da produção e as condições de vida dos produtores rurais, além de permitir que a Guiné-Bissau aproveite plenamente o potencial da sua agricultura, especialmente na produção de castanha de caju.

7.4 DEPENDÊNCIA DE UMA ÚNICA CULTURA E FALTA DE DIVERSIFICAÇÃO

A dependência estrutural da castanha de caju como principal fonte de renda na Guiné-Bissau representa um dos maiores entraves à sustentabilidade do setor agrícola. A ausência de alternativas produtivas restringe a capacidade de diversificação, deixando os produtores vulneráveis a choques exógenos, como flutuações de preços no mercado internacional e eventos climáticos extremos, especialmente secas prolongadas (FAO, 2019; WB, 2020). Muniro Djau, camponês, sintetiza essa preocupação: “não podemos depender exclusivamente do caju. É

imprescindível diversificar, mas para isso precisamos de suporte técnico e financeiro” (Entrevista 1).

Nesse contexto, Dabana Baial Sambri, agricultor, chama atenção para a perda de competitividade da castanha guineense frente à ascensão de novos países produtores e destaca a importância da diversificação produtiva e da agregação de valor local:

Vejo que os países que antes importavam nossa castanha hoje são grandes produtores, com tecnologia e qualidade superiores. Se continuarmos apostando apenas no caju, sem diversificar nem industrializar, corremos o risco de perder mercados e ver nosso produto desvalorizar. Por isso, intercalo culturas — limão, laranja, milho, papaia (mamão) melancia — e defendo a criação de indústrias locais de derivados do caju. Assim, podemos agregar valor internamente, reduzir a dependência da matéria-prima *in natura* e manter nossa competitividade (Entrevista 38).

Essa visão aponta para a urgência de políticas públicas integradas e investimentos direcionados que incentivem a diversificação agrícola, promovam a industrialização descentralizada e fortaleçam cadeias de valor mais resilientes. Nesse sentido, a diversificação produtiva configura-se não apenas como um mecanismo de mitigação de riscos de mercado e clima, mas também como vetor de segurança alimentar, geração de emprego rural e fortalecimento da autonomia econômica das famílias agricultoras (IFAD, 2021).

No entanto, a efetividade dessa transição exige um arcabouço institucional robusto — com subsídios, acesso a crédito agrícola, assistência técnica continuada e infraestrutura de escoamento e comercialização. Como destaca Adiato Djalo (camponesa): “o Estado precisa criar um ambiente estável e condições favoráveis para que os agricultores comercializem diferentes culturas — castanha de caju, mandioca, *nhambi* (inhama), *fisson* (feijão) mancarra (amendoim), *kandja* (quiabo), *kamati* (tomate), *djakatu* (zilo) entre outras — garantindo renda familiar e reduzindo suas dificuldades” (Entrevista 19).

Sem esse apoio sistêmico, a adoção de novas culturas e a construção de mercados alternativos permanecerão limitadas, perpetuando a fragilidade estrutural da agricultura nacional e comprometendo os objetivos de desenvolvimento sustentável do setor rural.

7.5 INTERMEDIACÃO, EXPLORAÇÃO E PRÁTICAS DESLEAIS

A intermediação no comércio da castanha de caju constitui um dos principais desafios ao desenvolvimento justo e sustentável da cadeia produtiva na Guiné-Bissau. Embora o papel dos comerciantes locais e intermediários — responsáveis por conectar os agricultores aos

exportadores — seja estruturalmente relevante, na prática, ele frequentemente se traduz em relações desiguais e práticas exploratórias.

A ausência de mecanismos regulatórios eficazes e de instituições de mercado sólidas acentua as assimetrias de poder entre os diferentes elos da cadeia. Como destaca Domingos Mendes Pereira, Chefe da Repartição Regional de Engenharia e Desenvolvimento Rural de Bafafá, os intermediários costumam atuar de forma oportunista:

Os intermediários e comerciantes locais manipulam os preços da castanha de caju, adquirindo o produto dos agricultores por valores muito abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo. Posteriormente, revendem aos exportadores por preços significativamente mais altos. Essa prática coloca os produtores em situação de desvantagem, comprometendo sua renda e gerando prejuízos à base produtiva do setor (Entrevista 34).

Essa lógica mercantilista reflete uma estrutura de mercado marcada por falhas institucionais, ausência de transparência e fragilidade na aplicação de políticas públicas voltadas à proteção do produtor rural. A falta de instrumentos regulatórios — como fiscalização ativa, garantias de preço mínimo, acesso direto ao mercado ou cooperativas fortalecidas — perpetua a dependência dos agricultores, limitando sua capacidade de negociação e sua inserção em mercados mais lucrativos e estáveis.

Além de comprometer a renda agrícola e agravar a insegurança econômica das famílias rurais, essas práticas desleais desestimulam investimentos em melhoria da qualidade, produtividade e diversificação da produção. A perpetuação desse modelo informal e excludente fragiliza a sustentabilidade do setor e perpetua ciclos de vulnerabilidade e pobreza no meio rural.

A falta de fiscalização adequada e a comercialização em condições desleais forçam os agricultores a vender suas colheitas a preços inferiores aos de mercado, perpetuando o ciclo de pobreza. Mamadu Candé, comerciante, critica a falta de regulação e pontua: "isso ocorre por causa da falta de fiscalização e da exploração pelos comerciantes intermediários" (Entrevista 9). Além disso, a ausência de um sistema de preços mínimos efetiva e uma rede de comercialização mais transparente intensificam esse problema, fazendo com que os agricultores frequentemente se vejam forçados a vender a preços baixos para garantir sua sobrevivência.

Cumsa Clodé, professor e representante da ANAG no setor de Bambadinca, crítica a lógica injusta das transações comerciais ao apontar que:

O que se verifica hoje é a atuação de comerciantes nacionais que exploram os produtores locais, adquirindo a castanha de caju por valores extremamente baixos — entre 200 e 250 FCFA por quilo — e revendendo-a a preços significativamente mais elevados, que podem atingir até 750 FCFA. Esse desequilíbrio é particularmente injusto quando se considera que são os agricultores que assumem integralmente o esforço produtivo, desde o cultivo até a colheita, sem que recebam uma compensação proporcional ao valor gerado ao longo da cadeia (Entrevista 27).

Essa lógica de apropriação assimétrica do valor é reiterada por professor Tidjane Danfa, que ressalta os impactos concretos dessa exploração sobre os pequenos produtores:

Frequentemente, esses produtores são explorados pelos compradores durante as campanhas de comercialização. Os comerciantes compram a castanha no mercado interno a preços muito baixos e a revendem no mercado externo por valores significativamente mais altos, obtendo lucros expressivos. Essa prática prejudica os produtores, que são os principais responsáveis pela existência do produto (Entrevista 6).

Esses depoimentos revelam não apenas a apropriação desproporcional de valor por parte dos intermediários, mas também a fragilidade institucional dos mecanismos de regulação e fiscalização que deveriam proteger os pequenos produtores. A ausência de políticas públicas eficazes e a ineficiência dos sistemas de controle contribuem para a perpetuação de práticas comerciais desleais, consolidando um ambiente econômico adverso para a base produtiva rural.

Essa dinâmica resulta em um sistema profundamente desmotivador, no qual os agricultores, apesar de assumirem os maiores encargos do processo produtivo, são explorados e não conseguem obter uma renda suficiente para garantir a subsistência de suas famílias. A vulnerabilidade dos produtores é agravada pela ausência de instrumentos de apoio, como linhas de crédito acessíveis, políticas de garantia de preços mínimos ou estruturas cooperativas sólidas que permitam maior poder de negociação.

Estudos internacionais, como os do Banco Mundial (2019), destacam que a inexistência de uma rede regulatória eficiente e o déficit de apoio institucional são fatores estruturais que contribuem para a manutenção das desigualdades no mercado agrícola em países em desenvolvimento, entre os quais se incluem a Guiné-Bissau. De acordo com o relatório, a escassez de políticas públicas específicas para o setor agrícola e a carência de mecanismos de financiamento adequados figuram entre os principais entraves ao desenvolvimento sustentável do setor e à melhoria das condições de vida dos pequenos produtores rurais.

7.6 TROCA DE CASTANHA POR ARROZ: UMA PRÁTICA ESSENCIAL, MAS DESFAVORÁVEL

A troca de castanha por arroz é uma prática comum entre os camponeses da Guiné-Bissau, funcionando como um mecanismo informal para garantir a segurança alimentar, mas frequentemente em condições desvantajosas para os produtores. Este modelo de troca reflete a fragilidade do mercado interno da castanha de caju, que é limitado tanto pela falta de infraestrutura quanto pela falta de políticas públicas eficientes. Saliu Sané, camponês, explica:

"quando não conseguimos vender a castanha por um preço justo, muitas vezes trocamos por arroz de baixa qualidade, o que agrava ainda mais a pobreza" (Entrevista 7). Essa realidade reflete a dificuldade de muitos camponeses em acessarem mercados mais amplos e competitivos, sendo forçados a recorrer a trocas que não atendem às suas necessidades básicas de forma adequada.

Os comerciantes locais e intermediários, muitas vezes os únicos elos entre os produtores rurais e o mercado, impõem relações comerciais desiguais, exacerbando a vulnerabilidade dos agricultores. Muniro Djau, camponês, relata: "eles sabem que precisamos vender para comprar arroz. Pagam menos que o preço-base e ainda trocam nosso caju por alimentos ruins" (Entrevista 1). Este relato reflete a dura realidade dos agricultores que, sem alternativas viáveis, são forçados a aceitar condições desfavoráveis de troca, colocando em risco sua capacidade de sustentar suas famílias e suas produções. Tidjane Danfa, professor, corrobora essa visão, enfatizando que:

Compreendo que a fome e a falta de recursos financeiros podem forçar os produtores a cederem a preços desfavoráveis, mesmo contra sua vontade. Quando um pai ou mãe vê seus filhos passando fome e possui castanhas armazenadas em casa, sente-se pressionado a vendê-las a qualquer preço disponível, perdendo lucro e comprometendo sua produção. Essa realidade não favorece o agricultor nem contribui para seu crescimento econômico e social (Entrevista 6).

A necessidade urgente de garantir alimentação para as famílias leva os agricultores a negociar com intermediários de maneira a comprometer não só sua produção, mas também seu bem-estar econômico. Essa prática, conhecida localmente como "*troka kuku di kadju ku arus*", torna-se ainda mais comum em períodos de escassez de alimentos, quando a pressão para garantir a segurança alimentar sobrepõe qualquer tentativa de negociação justa. Como observa Saliu Sané, camponês: "aceitamos arroz mofado porque não temos escolha" (Entrevista 7). Este ciclo de trocas desfavoráveis reflete a grave vulnerabilidade dos agricultores, que, sem acesso a crédito formal ou apoio governamental, são forçados a recorrer ao sistema informal para suprir suas necessidades imediatas.

O professor Tidjane Danfa reforça a dificuldade enfrentada pelos produtores em suas condições financeiras precárias: "muitas vezes, os agricultores enfrentam condições financeiras precárias e são obrigados a aceitar preços muito baixos para a venda de suas castanhas, comprometendo seu sustento e bem-estar" (Entrevista 6). De acordo com o Banco Mundial (2019), a ausência de acesso a crédito formal nos países em desenvolvimento fomenta a dependência de mecanismos financeiros informais, nos quais os agricultores são frequentemente submetidos a taxas de juros abusivas e condições de empréstimo desfavoráveis, perpetuando um ciclo vicioso de empobrecimento.

Essa realidade manifesta-se de forma eloquente na prática recorrente da "troca de 50 kg de arroz por uma dívida que deve ser paga com 100 ou 200 kg de castanha, uma condição extremamente desvantajosa para os pequenos produtores, que colhem entre 350 e 500 quilogramas da castanha por ano" (Abdul Karim Gasicó, líder da sociedade civil, Entrevista 10). Tal mecanismo compromete gravemente a capacidade dos agricultores de assegurar uma margem financeira mínima que lhes permita sustentar dignamente suas famílias. A troca de alimentos básicos, como o arroz, por castanha de caju, constitui uma expressão clara da vulnerabilidade econômica e social dos produtores, reforçando sua dependência em relação aos intermediários e aprofundando a fragilidade de sua posição na cadeia produtiva.

O sistema de trocas assimétricas entre castanha de caju e arroz intensifica as desigualdades de poder entre produtores e intermediários, estes últimos detentores do controle sobre os preços e as condições de comercialização. Essa dinâmica não apenas restringe severamente a capacidade de barganha dos agricultores, mas também cristaliza a precariedade das condições de vida no meio rural, impedindo processos efetivos de acumulação e reprodução social. De acordo com o relatório da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA, 2019), a ausência de políticas agrícolas estruturantes — especialmente aquelas voltadas ao acesso ao crédito, à assistência técnica e à capacitação produtiva — constitui um obstáculo sistêmico à superação da pobreza e da desigualdade em setores estratégicos das economias africanas, como o da castanha de caju.

Nesse contexto, a superação dos desafios estruturais da Guiné-Bissau demanda intervenção estatal multidimensional, pautada em políticas públicas integradas que harmonizem regulação comercial estratégica, industrialização local orientada a valor agregado e mecanismos de financiamento rural adaptados às especificidades socioeconômicas do país. Essa arquitetura política deve ser complementada por três pilares interdependentes: Segurança alimentar baseada na agricultura familiar, com acesso a insumos produtivos, tecnologias adaptáveis e mercados justos, conforme preconizado pela FAO (2021), que identifica a produção sustentável como antídoto à insegurança alimentar rural; proteção social articulada a transferências de renda condicionadas, inspiradas em modelos como o Bolsa Família¹³ (Brasil) e o Programa de Rede

¹³ **Programa Bolsa Família:** programa federal brasileiro de transferência direta de renda criado para combater a pobreza e a desigualdade, promovendo segurança alimentar e acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação e assistência social. Instituído inicialmente pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, e consolidado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que unificou programas anteriores como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação (Nota do Autor).

de Segurança Produtiva (*Productive Safety Net Programme* - PSNP¹⁴) da Etiópia, cuja eficácia na redução de vulnerabilidades crônicas é respaldada pelo Banco Mundial (2020); industrialização inclusiva e integração a cadeias globais de valor, priorizando a transformação local do caju para reduzir a dependência de exportações primárias, alinhada às diretrizes da Agenda 2063 da União Africana (2015) para infraestrutura e inclusão financeira.

A sinergia entre tais eixos potencializa externalidades positivas: a agregação de valor à produção agrícola eleva a renda dos produtores, dinamiza cadeias locais e impulsiona o desenvolvimento socioeconômico nacional. Conforme o PNUD (2019), a convergência entre políticas produtivas (crédito rural, industrialização) e assistenciais (proteção social) é crítica para romper ciclos intergeracionais de pobreza, especialmente em economias agrárias com baixa diversificação. Experiências internacionais corroboram essa tese: a Índia, mediante o National Rural Livelihoods Mission, e o Vietnã, com políticas de modernização agrícola (FAO, 2017; UNIDO, 2019), ilustram como crédito acessível, capacitação técnica e integração a mercados globais elevam a competitividade de setores estratégicos.

Contudo, a prática da troca de castanha por arroz — embora mitigadora de insegurança alimentar imediata — expõe fragilidades estruturais: dependência de importações, infraestrutura logística precária e ausência de um ambiente institucional propício ao desenvolvimento de longo prazo. Para transcender essa lógica, conforme destacam o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD, 2022) e o Banco Mundial (2023), é imperativo: *Fortalecer a industrialização local*, integrando pequenos produtores a cadeias formais; *Modernizar infraestrutura rural*, ampliando conectividade a mercados regionais (Minten, 2022); *Expandir acesso a crédito e tecnologias agrícolas*, conforme a UNCTAD (2021) enfatiza em sua agenda de industrialização inclusiva.

A transformação sustentável da cajucultura guineense exige governança multissetorial, combinando Estado, setor privado e organizações comunitárias, apoiando nas teses de Kumar, (2018) e Nguyen (2019). A convergência entre políticas comerciais, industriais e sociais não apenas mitigaria vulnerabilidades imediatas, mas catalisaria um ciclo virtuoso de resiliência econômica, redução de desigualdades e avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse sentido, a Guiné-Bissau pode reposicionar-se de economia primário-dependente

¹⁴ *Programa Productive Safety Net Programme (PSNP)*: programa etíope de proteção social produtiva criado em 2005, com o objetivo de reduzir a insegurança alimentar crônica por meio de transferências condicionadas à participação em obras públicas e à geração de ativos produtivos, além do fortalecimento da resiliência econômica das famílias vulneráveis. Implementado pelo governo da Etiópia com apoio de agências internacionais, como o Banco Mundial e a USAID (Nota do Autor).

para um modelo baseado em valor agregado, inclusão produtiva e sustentabilidade — pilares essenciais para um desenvolvimento rural verdadeiramente transformador.

7.7 FALTA DE FISCALIZAÇÃO, REGULAÇÃO EFICAZ E CORRUPÇÃO

A falta de fiscalização e regulação eficaz no comércio da castanha de caju na Guiné-Bissau é um dos principais fatores que perpetuam as desigualdades no setor agrícola e prejudicam os produtores locais. A ausência de políticas públicas claras e a ineficácia dos órgãos responsáveis pela fiscalização permitem que intermediários e comerciantes explorem os agricultores sem grandes consequências, agravando a situação daqueles que dependem da castanha de caju como principal fonte de sustento.

Um dos principais problemas é o incumprimento de sistema de preços mínimos estipulados pelo governo para a castanha de caju, o que deixa os produtores vulneráveis a práticas desleais. Sem uma regulação eficaz, os intermediários têm liberdade para pagar preços muito abaixo do valor de mercado, aproveitando-se da necessidade dos agricultores de vender rapidamente seus produtos, especialmente em períodos de escassez ou crise.

Abdul Karim Gasicó, líder da sociedade civil, destaca como a falta de fiscalização resulta em uma estrutura de mercado desorganizada: "os produtores acabam sendo forçados a vender por preços muito baixos, porque não há um sistema que controle o preço da castanha. Os comerciantes aproveitam a falta de fiscalização para explorar os agricultores" (Entrevista 10). Esse problema é agravado pela ausência de uma rede de comercialização formal e transparente, o que limita as opções de venda para os agricultores e os coloca em uma posição ainda mais vulnerável.

Muniro Djau, camponês, também enfatiza os conflitos na definição de preços e a ineficácia da fiscalização, apontando que "o governo não garante o cumprimento do preço-base, favorecendo os comerciantes" (Entrevista 1). Amadu Djau, camponês, reforça essa ideia afirmando que "a fiscalização é ineficaz, e os produtores não têm influência nas políticas" (Entrevista 2). Essas falhas estruturais fazem com que os agricultores fiquem sujeitos à exploração dos intermediários.

A corrupção também é um fator determinante na perpetuação desse problema. A fiscalização frágil permite que comerciantes ignorem os preços oficiais, perpetuando a exploração. Mamudu Dembo, camponês, denuncia: "os fiscais fecham os olhos quando os comerciantes pagam 200 FCFA/kg, sendo que o mínimo é 300 FCFA" (Entrevista 18). Mamadu

Balde (*djarga* - chefe comunitário), aponta a corrupção como um entrave: "alguns agentes públicos recebem propina para não multar quem descumpra as regras" (Entrevista 14). Essa impunidade mina a confiança nas instituições e desestimula denúncias, consolidando um mercado paralelo onde o poder econômico dita as regras.

A cobrança de taxas elevadas dos comerciantes pelo governo, que são repassadas aos produtores, é um outro ponto crítico nesta questão. Saliu Sané, camponês, afirma: "a falta de fiscalização governamental e as taxas cobradas aos comerciantes, que acabam recaindo sobre os produtores, tornam a comercialização ainda mais difícil" (Entrevista 7). A ausência de diálogo na regulação também é vista como um problema por Mamadu Balde, chefe comunitário, que destaca: "o governo estabelece o preço da castanha sem envolver os outros atores, causando insatisfação e conflitos" (Entrevista 14). Essa situação demonstra a desconexão entre as políticas governamentais e as necessidades dos agricultores.

A fragilidade institucional na regulação do setor agrícola da Guiné-Bissau, sobretudo na cadeia produtiva da castanha de caju, evidencia-se pela ausência de mecanismos robustos de fiscalização e pela incapacidade do Estado em coibir práticas corruptas. A falta de supervisão permite que intermediários e atores influentes explorem os agricultores, impondo preços abaixo do mercado e desviando recursos públicos destinados a programas de apoio (CEA, 2019). Essa dinâmica perpetua a desigualdade, uma vez que os produtores rurais, sem acesso a crédito subsidiado ou assistência técnica, permanecem à mercê de um sistema marcado por informalidade e má governança.

A experiência internacional demonstra que a regulação eficaz e a transparência são pilares para reverter cenários semelhantes. Na Índia, a criação de cooperativas reguladas por agências públicas e a imposição de preços mínimos vinculados a critérios técnicos reduziram a interferência de intermediários e ampliaram a renda dos agricultores (Kumar, 2018). No Vietnã, a adoção de políticas anticorrupção no setor agrícola, combinada com auditorias periódicas e punição exemplar a desvios de recursos, fortaleceu a confiança nas instituições e atraiu investimentos para modernização da produção (Nguyen, 2019; World Bank, 2020). Esses casos ressaltam a importância de estruturas regulatórias independentes e fiscalização contínua para combater abusos.

Para a Guiné-Bissau, a prioridade deve ser a criação imediata de uma agência reguladora autônoma, com independência política e recursos adequados para combater práticas corruptas, fiscalizar o cumprimento de normas e regular o mercado de forma transparente. Essa instituição precisaria ter atribuições claras, como monitorar preços em tempo real, investigar e punir cartéis que manipulam o mercado, e auditar a aplicação de recursos públicos destinados a programas

agrícolas. Para garantir eficácia, é fundamental que a agência conte com equipes técnicas especializadas, orçamento próprio e autoridade legal para impor sanções a infratores, incluindo agentes públicos envolvidos em desvios.

Paralelamente, é urgente implementar mecanismos anticorrupção integrados à regulação do setor. Isso inclui: *Plataformas digitais* públicas para divulgar preços de referência da castanha de caju, permitindo que agricultores comparem valores e evitem a exploração por intermediários; *Canais de denúncia anônimos e protegidos por lei*, para relatar extorsão, desvio de fundos ou suborno; *Participação ativa da sociedade civil e cooperativas agrícolas* na fiscalização das políticas públicas, criando comitês mistos de monitoramento para auditar licitações e a distribuição de crédito.

Além disso, a regulamentação do comércio da castanha de caju exige medidas complementares: *Sistema de preços mínimos obrigatórios*, ajustados anualmente com base em critérios técnicos (como custos de produção e variações de mercado), para proteger os agricultores de flutuações abusivas; *Fortalecimento da fiscalização* em portos e zonas rurais, com tecnologia de rastreamento para evitar contrabando e sonegação fiscal; *Programas de crédito* vinculados a metas de transparência, como a obrigatoriedade de prestação de contas públicas sobre o uso dos recursos, para evitar desvios.

Com um *marco regulatório* robusto e íntegro, os produtores terão condições justas de negociar sua produção, reduzindo a dependência de intermediários e a vulnerabilidade a esquemas corruptos. Isso não apenas garantirá maior equidade no setor agrícola, mas também impulsionará a economia nacional, já que a castanha de caju, principal produto de exportação do país, representa uma fonte vital de divisas. Sem ações concretas contra a corrupção e a fragilidade institucional, as políticas de apoio aos agricultores continuarão a ser capturadas por interesses privados, aprofundando a pobreza rural e a desconfiança nas instituições.

7.8 COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL, DEPENDÊNCIA EXTERNA, AUSÊNCIA DE PROCESSAMENTO LOCAL

A comercialização informal da castanha de caju é um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento de uma indústria local robusta na Guiné-Bissau. Atualmente, a maior parte da produção é exportada *in natura*, sem qualquer processamento, o que reduz significativamente o valor agregado ao produto e impede o fortalecimento de uma cadeia produtiva mais integrada dentro do país. A taxa de processamento local é extremamente baixa, variando entre

1,5% e 2% da produção total, um reflexo claro da falta de infraestrutura industrial adequada e da dificuldade de acesso a financiamento para pequenos produtores (Mendes, 2010; ITC, 2018; FAO, 2020; WB, 2021). Esse cenário coloca a Guiné-Bissau em uma posição desfavorável em comparação a outros países da África Ocidental, como Senegal (35%) e Costa do Marfim (70%) (UNCTAD, 2019), que têm índices de beneficiamento muito mais altos. No país, apenas cinco unidades industriais operam, processando menos de 2% das 200.000 toneladas anuais produzidas (European Union, 2020).

Dabana Baial Sambri, agricultor, adverte que "a combinação das tendências globais e da inércia governamental pode transformar a castanha de caju de solução estratégica em um passivo econômico para a Guiné-Bissau" (Entrevista 38). Ele destaca que nações que historicamente dependiam da importação do produto, como Índia e Vietnã, tornaram-se grandes produtoras, graças a políticas públicas robustas, investimentos em tecnologia agrícola e incentivos à competitividade. Esse cenário ameaça a posição do país no mercado internacional, já que a concorrência crescente tende a saturar a demanda global, reduzindo o valor comercial da castanha guineense. "Se não reagirmos, seremos obrigados a vender a preços irrisórios, inviabilizando não só a renda dos agricultores, mas todo o ecossistema econômico vinculado ao caju", alerta (Entrevista 38).

Diante da crise iminente, Sambri defende uma reestruturação urgente do modelo agrícola nacional, com dois eixos prioritários: (i) *diversificação produtiva*, reduzindo a dependência de monoculturas vulneráveis a flutuações de mercado. Ele propõe o estímulo a culturas complementares, como óleo de palma sustentável ou frutas tropicais, que possam agregar valor e abrir novos mercados; (ii) *padrões de qualidade internacional*, com certificações que diferenciem a castanha guineense no exterior. Ele enfatiza que, além da Guiné-Bissau focar na melhoria da qualidade de seus produtos agrícolas, a fim de torná-los mais competitivos no mercado internacional, "precisamos investir em processamento local, controle de pragas e rastreabilidade para competir não apenas por quantidade, mas por excelência", argumenta (Entrevista 38).

Sambri ressalta, ainda, que a transição exige articulação entre poder público, cooperativas e organismos internacionais. Sem mecanismos de financiamento adaptados à realidade rural, capacitação técnica e infraestrutura de escoamento, o país permanecerá refém de intermediários e sujeito à volatilidade dos preços. "Não se trata apenas de plantar a castanha de caju, mas de construir um sistema agrícola resiliente, capaz de responder a crises globais", conclui (Entrevista 38).

Nesse contexto, a industrialização local da castanha de caju torna-se estratégica para agregar valor ao produto, reduzir a exportação *in natura* e fortalecer a economia nacional. A transformação em subprodutos voltados ao consumo interno e à exportação pode estabilizar o mercado, garantir preços mais justos aos produtores e reduzir a dependência externa.

O crescimento da produção interna de caju em países como a Índia já representa um desafio à demanda internacional por castanha guineense (FAO, 2017). Além disso, a predominância de amêndoas de pequeno porte na produção nacional compromete sua valorização no comércio global, minando a competitividade do país (ITC, 2021). Diante desse cenário, muitos produtores locais, que compartilham a visão de que a industrialização é uma chave essencial para o fortalecimento do setor.

Amadu Djau, camponês, reforça a ideia de que: “a criação de indústrias de processamento e transformação da castanha é essencial para o fortalecimento do setor”. Ele complementa que “a industrialização é uma das chaves para o desenvolvimento econômico e social da Guiné-Bissau, e o governo deve buscar parcerias com países que já possuam experiência e tecnologia avançada nesse setor” (Entrevista 2).

Nesse sentido, Jaime Boles, presidente da ANAG, reforça a missão dessa organização em “fomentar a modernização da produção, promovendo a aplicação de técnicas científicas integradas ao saber tradicional” (Entrevista 37). Segundo ele, essa sinergia é fundamental para elevar a produtividade e a qualidade da castanha. A castanha guineense possui “vantagem comparativa por seu caráter bio-orgânico, destacando-se frente a concorrentes como Burkina Faso, Benin e Brasil, onde predominam práticas agrícolas intensivas em produtos químicos”. Todavia, “a consolidação dessa vantagem exige inovação biotecnológica — à semelhança do modelo australiano — e investimentos em infraestrutura industrial” (Entrevista 37).

A consolidação da Guiné-Bissau como um ator relevante no mercado global de castanha de caju demanda a construção de um setor industrial sólido e estrategicamente orientado. Isso requer investimentos consistentes em infraestrutura, incentivos à instalação de unidades de beneficiamento e políticas públicas voltadas à agregação de valor no território nacional.

Para que o país deixe de ocupar uma posição periférica como mero exportador de matéria-prima, é fundamental internalizar etapas-chave da cadeia produtiva. A estruturação de um parque industrial moderno, apoiado por marcos regulatórios e estímulos econômicos adequados, permitirá capturar parcelas mais significativas de valor e reduzir a vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional.

Somente por meio da articulação entre inovação tecnológica, governança colaborativa e valorização dos ativos produtivos locais será possível promover uma inserção competitiva e

sustentável nos mercados globais de maior valor agregado. Essa convergência estratégica constitui, portanto, uma condição indispensável para a transformação estrutural do setor cajueiro e para o fortalecimento da soberania econômica da Guiné-Bissau.

7.9 ORGANIZAÇÃO FRÁGIL DOS PRODUTORES RURAIS

A falta de cooperação entre os produtores rurais é um dos principais fatores que limitam seu poder de barganha no mercado da castanha de caju. Como destaca o Chefe da Repartição Regional de Engenharia e Desenvolvimento Rural de Bafafá Domingos Mendes Pereira: "a ausência de cooperativas fortalece o controle dos intermediários sobre o preço e as condições de comercialização, tornando os camponeses mais vulneráveis a práticas exploratórias" (Entrevista 34). Mamudo Dembo, camponês, corrobora essa afirmação, enfatizando que: "a falta de organização entre os agricultores enfraquece seu poder de negociação, pois, devido às necessidades imediatas, acabam vendendo por preços desfavoráveis" (Entrevista 18).

Tidjane Danfa, professor, explicita essa questão ao afirmar que "a comercialização individual da castanha pelos produtores reduz significativamente seu poder de negociação" (Entrevista 6). No entanto, ao se organizarem em cooperativas, eles conseguem vender em maior escala, garantindo melhores preços e maior segurança financeira. "A colaboração entre os produtores é essencial para reduzir a dependência de intermediários e promover um crescimento mais sustentável do setor" (Entrevista 6).

A comercialização isolada da castanha também expõe os produtores a riscos financeiros, como a inadimplência dos comerciantes. Muitas vezes, os produtores entregam suas castanhas sob a promessa de pagamento após a revenda a empresários. No entanto, é comum que os comerciantes atrasem ou até mesmo não efetuem os pagamentos, justificando que ainda não receberam pelos produtos vendidos. Tal prática compromete a subsistência das famílias agricultoras e prejudica sua capacidade de reinvestimento na safra seguinte, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade econômica.

Essa dinâmica é ilustrada por Braima Pidulo, líder comunitário e produtor local, que denuncia a impunidade dos intermediários: "durante a campanha do caju, eles pegam as castanhas dos produtores prometendo pagar depois. Mas quando a campanha termina, você vê esses mesmos comerciantes circulando pelas ruas em carrões luxuosos, sem qualquer remorso pelo produtor que ficou sem receber — e sem medo de punição do governo" (Entrevista 17). O

relato evidencia não apenas o desequilíbrio de poder na relação comercial, mas também a ausência de mecanismos eficazes de regulação e proteção aos pequenos produtores.

Nesse contexto, a criação de cooperativas surge como uma solução viável para fortalecer os produtores e garantir transações mais justas. As cooperativas não apenas aumentam o poder de barganha dos produtores, mas também oferecem suporte para capacitação técnica, acesso a crédito e melhores condições de trabalho. Mansata Embalo, camponesa, ressalta que "nossa cooperativa tem desempenhado um papel fundamental na educação dos produtores sobre técnicas mais eficientes de cultivo" (Entrevista 21). Segundo ela, o apoio governamental e a parceria com organizações internacionais são essenciais para ampliar essas iniciativas.

Mansata Embalo também destaca que "minha cooperativa não só melhora a comercialização da castanha, mas também funciona como um espaço para troca de experiências, tomada de decisões coletivas e capacitação dos membros" (Entrevista 21). Essas iniciativas têm sido fundamentais para aumentar a produtividade e garantir preços mais justos para os produtores.

Mamudo Dembo, camponês, enfatiza a necessidade de os produtores se organizarem melhor, elegendo representantes para negociar coletivamente as vendas. "Essa abordagem reduziria a exploração por intermediários e fortaleceria a posição dos produtores no mercado" (Entrevista 18). Além disso, Dembo alerta para a dependência dos agricultores de práticas informais, como empréstimos de comerciantes, que perpetuam ciclos de endividamento e aumentam sua baixa resiliência econômica.

Estudos recentes sobre o setor da castanha de caju na Guiné-Bissau apontam que a falta de organização cooperativa impede os produtores de acessar mercados mais rentáveis e obter financiamentos adequados para melhorias na produção. Segundo um relatório da FAO (2022), a criação de cooperativas no setor agrícola é um fator decisivo para o desenvolvimento econômico rural, pois reduz a dependência dos pequenos produtores de intermediários e melhora a distribuição da renda no setor.

Um estudo conduzido pelo Banco Mundial (2021) destaca que a formalização das cooperativas na área da castanha de caju pode levar a um aumento significativo da renda dos produtores, pois proporciona melhor acesso a crédito, capacitação técnica e negociações mais justas com os compradores internacionais. A cooperativa da qual Mansata Embalo faz parte tem desempenhado um papel essencial ao oferecer treinamentos, capacitação técnica e suporte organizacional aos produtores. Isso tem possibilitado melhorias na produtividade e no fortalecimento da organização dos agricultores. Madiu Embalo, camponês e membro da cooperativa de caju, destaca que: "nossa cooperativa trabalha para ensinar aos produtores como

plantar de forma mais eficiente. O governo deve apoiar essas iniciativas, capacitando os produtores e firmando parcerias com organizações internacionais" (Entrevista 20).

Pesquisas realizadas por Silva, Mendes e Koulibaly (2020) indicam que a ausência de cooperativas nos setores agrícolas da África Ocidental é um fator determinante para o baixo desenvolvimento socioeconômico da região, uma vez que os pequenos produtores permanecem vulneráveis à volatilidade dos preços e negócios injustos. De modo semelhante, o estudo de Johnson e Camara (2019), focado nas cadeias produtivas da Guiné-Bissau, destaca que a criação de associações e cooperativas é fundamental para melhorar a qualidade dos produtos, fortalecer a organização dos agricultores e ampliar o acesso a mercados internacionais mais rentáveis.

Nesse contexto, torna-se evidente que a fragilidade organizacional dos produtores rurais guineenses representa um dos principais obstáculos ao fortalecimento da cadeia produtiva da castanha de caju. A inexistência de estruturas cooperativas reduz o poder de barganha dos agricultores, favorece a exploração por intermediários e compromete sua estabilidade financeira. Em contrapartida, experiências bem-sucedidas com cooperativas locais demonstram que a união entre os produtores é um caminho promissor para elevar a produtividade, conquistar melhores condições de comercialização e fomentar o desenvolvimento rural sustentável. Diante disso, é imprescindível a formulação de políticas públicas efetivas e o fortalecimento de parcerias institucionais que promovam a criação, estruturação e consolidação de cooperativas agrícolas como instrumentos de empoderamento socioeconômico dos pequenos produtores da Guiné-Bissau.

7.10 FALTA DE INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A escassez de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) perpetua a estagnação tecnológica do setor. Enquanto países como Vietnã e Brasil modernizaram suas cadeias produtivas com técnicas avançadas de processamento e certificação de qualidade, muitas regiões da África Ocidental ainda dependem de métodos artesanais. Siga (2023) aponta que a ausência de políticas voltadas para cooperativas e parcerias público-privadas dificulta a transição para um modelo mais sustentável e competitivo.

A industrialização local da castanha de caju poderia agregar valor e gerar empregos, mas exige investimentos em máquinas de descasque, unidades de beneficiamento e capacitação técnica. Segundo a UNIDO (2020), o processamento da castanha pode aumentar seu valor comercial em até 300%, mas menos de 5% das unidades na África Ocidental operam em escala

competitiva. Além disso, a falta de certificações internacionais, como *Fair Trade* e orgânicos, impede o acesso a mercados *premium*, que oferecem preços mais elevados.

A adoção de tecnologias simples, como secadores solares e embalagens a vácuo, poderia reduzir perdas pós-colheita, mas a ausência de crédito e assistência técnica limita sua implementação. O relatório da OCDE (2021) destaca que a inovação agrícola em contextos de pobreza requer subsídios direcionados e parcerias com universidades ou ONGs para garantir a sustentabilidade.

A dependência da exportação de castanha de caju *in natura* é uma das principais condições impeditivas ao desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. Enquanto a Índia processa aproximadamente 65% da produção global, a Guiné-Bissau processa menos de 2% (Mendes, 2010; ITC, 2018; FAO, 2020; WB, 2021). Esse baixo índice de processamento local está diretamente relacionado à limitada capacidade tecnológica e à dificuldade de acesso a equipamentos adequados.

Dados indicam que o processamento manual de castanha de caju é extremamente demorado e ineficiente. Por exemplo, máquinas automáticas de descasque de castanha, como as fabricadas pela Zhengzhou Hongle Machinery Equipment Co., Ltd., podem processar até 150 kg por hora, com uma taxa de amêndoas inteiras de até 95% (Kellen, 2025). De forma ainda mais expressiva, a Embrapa desenvolveu no Brasil uma máquina capaz de abrir até 200 castanhas por minuto, o que corresponde a cerca de duas toneladas por dia, elevando o rendimento de amêndoas inteiras em 10 a 20% em relação aos métodos tradicionais (EMBRAPA, 2005). No entanto, o custo de aquisição de tais equipamentos — que pode ultrapassar os US\$ 20 mil (MADE-IN-CHINA, 2025) — representa um obstáculo significativo para cooperativas e pequenos produtores em países como Guiné-Bissau.

A ausência de infraestrutura industrial moderna e o alto custo de aquisição e manutenção de equipamentos continuam a limitar a capacidade dos produtores locais de agregar valor à castanha de caju, perpetuando a lógica de exportação primária e restringindo o desenvolvimento estrutural do setor. Como destaca André Lopes da Veiga Nanque, político e especialista no setor, “nenhum país se desenvolve sem industrialização” e, no caso da Guiné-Bissau, “o caju industrializado pode gerar três a quatro vezes mais rendimento e redistribuir a riqueza de forma significativa”, dado que “60% da receita da exportação circula entre a população” (Entrevista 44). Ele acrescenta que “a industrialização poderia gerar empregos permanentes, atrair novos investimentos em serviços auxiliares, como embalagens, *marketing* e transporte, e ampliar a arrecadação fiscal, fortalecendo o setor privado e reduzindo a dependência do funcionalismo público” (Entrevista 44).

Iniciativas pontuais demonstram o potencial não explorado. Em 2021, a cooperativa *Nô Pintcha*, em Cacheu, recebeu financiamento da União Europeia para adquirir descascadoras industriais da castanha de caju. Com isso, segundo sua presidente, Imani Costa, passou a comercializar castanha processada por um valor até três vezes superior ao da *in natura*. No entanto, o projeto teve duração de apenas dois anos devido à ausência de capacitação técnica e de acesso a peças de reposição — um padrão recorrente em iniciativas tecnológicas agrícolas no continente, conforme alerta a UNIDO (2023).

Além da limitação tecnológica, a ausência de certificações internacionais de qualidade e sustentabilidade também restringe o acesso da castanha guineense aos mercados *premium*. Compradores europeus, por exemplo, pagam em média 20% a mais por produtos orgânicos certificados (European Commission, 2022). De acordo com Willer et al. (2023), produtos com certificações de comércio justo ou orgânico podem alcançar até 30% de valorização nos mercados europeus. No entanto, na Guiné-Bissau, não há registros de produtores com tais certificações. Experiências como a do Gana, onde programas de certificação coletiva foram viabilizados pela *Fair Trade Africa*, demonstram caminhos viáveis, mas ainda inviáveis no contexto guineense pela falta de financiamento e assistência institucional contínua (FTA, 2023).

Dessa forma, a Guiné-Bissau permanece presa a uma lógica de exportação primária, que limita o valor agregado gerado internamente e compromete o desenvolvimento socioeconômico sustentável. A industrialização da castanha de caju, aliada ao acesso a tecnologias adequadas, programas de capacitação contínua e certificações de qualidade, representa não apenas uma oportunidade econômica, mas uma estratégia estrutural para diversificar a economia, gerar empregos e promover uma redistribuição mais equitativa da riqueza no país.

7.11 BARREIRAS FISCAIS AO COMÉRCIO DO CAJU

A arrecadação de impostos sobre a castanha de caju representa uma das principais fontes de receita do Estado guineense, correspondendo a cerca de 15% do total, conforme o Relatório do Governo da Guiné-Bissau (2020). Essa contribuição fiscal é fundamental para o financiamento de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, além de desempenhar um papel relevante na redução das disparidades entre zonas urbanas e rurais.

A cadeia de valor da castanha de caju, cuja exportação é majoritariamente direcionada para a Índia, é essencial tanto para a geração de divisas quanto para a arrecadação fiscal do país.

O crescimento das exportações pode ampliar os recursos públicos e potencializar a implementação de programas voltados à melhoria das condições de vida da população.

O governo tem buscado formalizar e expandir a arrecadação por meio de medidas fiscais e de acordos comerciais. No entanto, persistem desafios estruturais na gestão do setor, que comprometem a sustentabilidade econômica e afetam diretamente os produtores locais. A elevada dependência de um único produto de exportação expõe a economia nacional à volatilidade dos preços internacionais, o que, segundo Afonso e Souza (2021), amplia a incerteza econômica e limita a capacidade estatal de executar políticas públicas de forma estável e eficaz.

Nesse contexto, diversas vozes locais apontam problemas estruturais na forma como o Estado conduz sua política fiscal e regulatória sobre o setor. Abdul Karim Gasicó, líder da sociedade civil, observa que “o governo aumenta as taxas de exportação, encarecendo o produto e reduzindo sua competitividade no mercado internacional” (Entrevista 10). Essa tentativa de maximizar a arrecadação fiscal, desprovida de uma estratégia paralela de fomento à competitividade, penaliza os pequenos produtores — atores fundamentais na cadeia produtiva — ao reduzir suas margens de lucro e sua integração nos mercados externos.

A ausência de uma entidade coordenadora eficiente representa um dos principais gargalos ao desenvolvimento do setor da castanha de caju na Guiné-Bissau. Para André Lopes da Veiga Nanque, político, “é necessária uma liderança qualificada, com recursos adequados, para gerir e impulsionar o setor. Atualmente, muitos profissionais capacitados deixaram o governo, dificultando a gestão” (Entrevista 44). Essa percepção é compartilhada por Pedro da Pen, agricultor, que destaca “a ausência de uma política clara por parte do Ministério do Comércio e da Câmara de Comércio para dinamizar o setor” (Entrevista 31), o que compromete seu crescimento e, por consequência, a sustentabilidade das finanças públicas.

Além disso, observa-se um foco excessivo do Estado na arrecadação fiscal em detrimento do estímulo à produção. Serifo Mussa Indjai, inspetor regional de comércio de Bafatá, aponta que “o governo participa da comercialização através do estabelecimento de preços mínimos, emissão de alvarás de comércio, licenças de exportação e fiscalização. Contudo, o principal objetivo é arrecadar impostos, o que pode gerar um conflito de interesses” (Entrevista 33). Essa orientação fiscalista, desprovida de políticas de incentivo ao setor produtivo, limita o potencial de crescimento socioeconômico do país. Uié Djanna, auxiliar do Comitê de Estado de Cuntuboel, acrescenta que “em vez de oferecer incentivos fiscais à exportação, o Estado tem aumentado as taxas para ampliar suas receitas” (Entrevista 11), o que reduz a competitividade internacional da castanha e desestimula os produtores locais.

O cenário torna-se ainda mais crítico diante da evasão fiscal e do comércio ilegal do produto. João Varela Júnior, professor, denuncia que “a corrupção de fiscais e a falta de controle sobre os preços reduzem significativamente a arrecadação” (Entrevista 28). A fragilidade dos mecanismos de fiscalização nas fronteiras facilita a exportação clandestina para países vizinhos, como o Senegal. Braima Dramé, presidente regional do movimento da sociedade civil de Bafatá, reforça que “a falta de fiscalização governamental permite que grandes quantidades de castanha sejam exportadas ilegalmente, privando a Guiné-Bissau de receitas essenciais para sua economia” (Entrevista 35). Nesse mesmo sentido, Abdul Karim Gasicó, líder da sociedade civil, afirma que “não há controle eficiente nas fronteiras entre Guiné-Bissau e Senegal”, o que faz com que “a produção guineense acabe sendo contabilizada e exportada como se fosse do Senegal” (Entrevista 10). Ele ainda destaca que a corrupção agrava o problema: “muitas vezes a fiscalização falha porque os fiscais aceitam subornos de comerciantes que compram a castanha abaixo do preço oficial ou a transportam ilegalmente para países vizinhos. Essa prática enfraquece a economia nacional e prejudica os produtores locais” (Entrevista 10).

A castanha de caju, como destaca Dabana Baial Sambri, agricultor, é “um dos principais produtos que contribuem para a balança comercial do país e uma importante fonte de receitas externas” (Entrevista 38). Todavia, ele alerta que “quando há descuido com a produção ou comercialização da castanha, isso não apenas prejudica a população, mas também afeta a capacidade do Estado de financiar grandes projetos estruturantes” (Entrevista 38). Isso indica que a má gestão do setor implica não apenas na fragilização das finanças públicas, mas também na redução da capacidade estatal de prover investimentos públicos de médio e longo prazo.

A crítica à ausência de incentivos fiscais e à estrutura tributária regressiva é reiterada por Abduramane Djalo, professor: “o nosso Estado prioriza a arrecadação de receitas sobre o apoio aos agricultores. As altas taxas e impostos são repassados aos produtores, que acabam recebendo valores reduzidos pela sua produção” (Entrevista 36). Esse modelo de arrecadação concentrado na produção primária não apenas limita a renda dos agricultores, mas compromete a competitividade do setor como um todo. A literatura especializada, como o estudo de Lopes e Silva (2019), adverte que a excessiva dependência de um único produto de exportação torna a economia guineense altamente vulnerável às oscilações do mercado internacional, reforçando a necessidade de diversificação da base tributária e da estrutura produtiva nacional.

Diante disso, é imperativo que a Guiné-Bissau adote uma abordagem fiscal mais eficiente e sustentável. A busca por equilíbrio entre a arrecadação de impostos e o incentivo ao setor produtivo deve orientar a formulação de políticas públicas. A ausência de uma estratégia clara, aliada à falta de fiscalização e à corrupção endêmica, impede a maximização do potencial

econômico da castanha de caju. Investimentos em infraestrutura institucional, acesso ao crédito, incentivos à produção e diversificação econômica são elementos fundamentais para garantir o fortalecimento da economia guineense. Somente através de uma reforma fiscal ampla, acompanhada de políticas de apoio ao setor agrícola, será possível consolidar um modelo de crescimento econômico inclusivo, resiliente e sustentável.

7.12 O CUSTO INVISÍVEL DA COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU

A comercialização da castanha de caju vai muito além da simples dinâmica de oferta e demanda. Ela está profundamente ligada à segurança alimentar, à instabilidade econômica e à falta de infraestrutura financeira, criando um ciclo de vulnerabilidade para os pequenos produtores. A troca de castanha por arroz, já detalhada acima, garante alimentação imediata, mas evidencia uma insegurança econômica estrutural. Sem acesso a crédito para diversificar cultivos ou investir em outras atividades, os camponeses ficam reféns da flutuação dos preços da castanha. Segundo o Programa Mundial de Alimentos (WPF, 2020), a dependência de monoculturas de exportação fragiliza a segurança alimentar, especialmente em tempos de crise.

A priorização do caju em detrimento de cultivos alimentares, como milho, amendoim, feijão e mandioca, reduz a diversidade nutricional das famílias rurais. Na Guiné-Bissau, 40% das crianças em áreas produtoras de caju sofrem de desnutrição crônica (UNICEF, 2023). Como destaca o agricultor Adama Baldé, "se a seca atinge a castanha ou os preços caem, não temos alternativa. Ficamos sem renda e sem comida suficiente para o ano" (Entrevista 16).

A renda gerada pela castanha de caju muitas vezes é insuficiente para cobrir despesas essenciais, como saúde e educação, consolidando o ciclo de pobreza. Além disso, a volatilidade dos preços internacionais ameaça a estabilidade econômica local. Em 2023, a queda abrupta da demanda indiana por castanha bruta levou à falência de dezenas de pequenos produtores na África Ocidental, destacando a necessidade urgente de diversificação econômica (Siga, 2023). Na Guiné-Bissau, a redução de 30% no preço da castanha resultou na inadimplência de 60% dos produtores junto a intermediários (BCEAO, 2024).

Diante da baixa rentabilidade e da falta de alternativas viáveis, muitos trabalhadores abandonam a atividade agrícola. Tchernó Sané, comerciante, observa: "a juventude está deixando as plantações e indo para as cidades ou emigrando. Não veem futuro no caju" (Entrevista 8). Esse êxodo rural enfraquece ainda mais a economia local e reduz a capacidade produtiva do país.

Portanto, o pequeno produtor não enfrenta apenas a volatilidade do mercado, mas também uma série de barreiras estruturais que limitam sua autonomia e comprometem sua subsistência. Sem acesso a crédito justo, infraestrutura adequada e políticas de fortalecimento da agricultura familiar, a comercialização da castanha continuará sendo um instrumento de exploração, e não de desenvolvimento sustentável.

Os desafios no comércio da castanha de caju na Guiné-Bissau são complexos e exigem soluções integradas, que envolvam melhorias na infraestrutura, fortalecimento das políticas públicas, diversificação da produção agrícola e regulação mais equitativa do setor. Como apontam os depoimentos dos entrevistados, sem medidas concretas para enfrentar essas questões estruturais, a Guiné-Bissau continuará a enfrentar dificuldades significativas para expandir sua produção e fortalecer sua posição no mercado internacional.

Esses desafios demandam uma abordagem colaborativa e integrada, envolvendo o governo, a sociedade civil, o setor privado e os produtores. Somente por meio de ações coordenadas e investimentos sustentáveis será possível transformar a cadeia de valor da castanha de caju em um motor de crescimento econômico, beneficiando toda a população da Guiné-Bissau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A castanha de caju configura-se como eixo estrutural da economia da Guiné-Bissau, representando 13% do PIB, 97% das receitas exportáveis e sustentando 33% da população rural. Contudo, sua cadeia produtiva manifesta contradições estruturais intrínsecas: enquanto alavanca divisas para o equilíbrio macroeconômico, reproduz vulnerabilidades sistêmicas que cristalizam desigualdades e restringem avanços socioeconômicos. Este estudo evidenciou que a primarização exportadora — com 98% da produção destinada in natura à Índia —, aliada à infraestrutura deficitária, à ausência de estratificação industrial e à concentração oligopsônica de renda, perpetua o país em uma dinâmica extrativista periférica. Nesse modelo, a Guiné-Bissau consolida-se como fornecedor marginalizado de commodities, enquanto agentes intermediários e mercados externos apropriam-se da maior parcela do valor agregado global.

A análise das dinâmicas comerciais revelou uma cadeia marcada por assimetrias sistêmicas, informalidade institucionalizada e fragilização regulatória. Os produtores rurais, inseridos em posição de subalternidade econômica, enfrentam mecanismos de exploração por comerciantes, intermediários e exportadores, que monopolizam acesso a mercados e fixação de preços. A precariedade da infraestrutura logística, a inexistência de mecanismos eficazes de crédito rural, a elevada volatilidade dos preços, o reduzido poder de barganha dos produtores e a persistência de práticas informais — como o escambo da castanha por arroz — aprofundam ciclos de dependência socioeconômica, restringindo o dinamismo, o crescimento e a sustentabilidade do setor. Essas distorções estruturais exigem reformas abrangentes que reconfigurem as relações de poder ao longo da cadeia de valor, fomentem mecanismos de governança participativa e assegurem uma redistribuição mais equitativa dos ganhos econômicos.

A dependência excessiva do mercado externo, do quase monopólio indiano, submete a economia guineense a vulnerabilidades cambiais e choques exógenos, ao mesmo tempo que a primarização exportadora — centrada na venda de commodities brutas — obstrui a internalização de etapas produtivas de maior densidade tecnológica e valor agregado. Esse modelo não apenas restringe a geração de empregos formais e qualificados no setor secundário, como também marginaliza o país na governança das cadeias globais de valor, relegando-o à condição de fornecedor primário em detrimento de estratégias ascendentes de industrialização. Enquanto nações como Vietnã e Costa do Marfim ascendem na hierarquia produtiva mediante processamento industrial (amêndoas, óleos, subprodutos), a Guiné-Bissau permanece enclausurada em uma inserção periférica na divisão internacional do trabalho. Tal assimetria

decorre da lacuna crônica de políticas públicas voltadas à transformação local, que perpetuam a extração de renda por atores externos e inviabilizam a transição para paradigmas produtivos sofisticados.

A desigualdade na apropriação dos rendimentos ao longo da cadeia é um dos pontos mais críticos identificados. Os pequenos produtores recebem, em média, entre 20% e 30% do valor final do produto, enquanto os demais agentes concentram os retornos mais expressivos. A ausência de organização coletiva agrava esse cenário, dificultando o acesso a mercados mais vantajosos, o crédito formal e a capacitação técnica. A industrialização do setor não só é desejável, mas imperativa para promover geração de emprego, diversificação produtiva e inserção soberana da Guiné-Bissau no comércio internacional.

A infraestrutura precária se apresenta como um obstáculo significativo para o desenvolvimento do setor. A falta de estradas pavimentadas, a carência de armazéns adequados e os altos custos logísticos dificultam a comercialização e reduzem a margem de lucro dos produtores. O Porto de Bissau, principal ponto de escoamento da castanha, opera com baixa eficiência, elevando os custos de exportação e dominando a competitividade do produto no mercado internacional. A ausência de unidades de processamento local impede a transformação da castanha in natura em produtos de maior valor agregado, como amêndoas torradas, óleos e farinhas, limitando as oportunidades de industrialização e emprego qualificado no país.

Apesar dos desafios, a cadeia de valor da castanha de caju possui elevado potencial sinérgico para impulsionar setores econômicos correlatos — como logística, comércio interno e indústria de transformação — por meio de encadeamentos produtivos que geram externalidades positivas e ampliam o efeito multiplicador na economia nacional. Para que esse potencial se converta em ganhos concretos de crescimento, torna-se indispensável uma modernização estrutural e sistêmica da cadeia, sustentada por investimentos estratégicos em infraestrutura crítica — abarcando armazenamento, transporte e fornecimento energético —, bem como pela adoção de tecnologias de pós-colheita, capacitação do capital humano em gestão agroindustrial e pela formulação de políticas públicas integradas. Tais políticas devem articular verticalização produtiva com diversificação dos mercados de destino.

Superar os entraves estruturais e maximizar as contribuições da castanha de caju para o desenvolvimento nacional requer uma abordagem coordenada, multissetorial e de longo prazo. Embora o setor enfrente desafios históricos, ele continua a representar um vetor estratégico para a transformação econômica do país. A concretização desse potencial depende da implementação de políticas públicas eficazes e de estratégias orientadas à reestruturação produtiva, à valorização local e à inserção competitiva no mercado internacional.

Nesse sentido, a criação de unidades de processamento industrial no território nacional surge como medida prioritária para romper com a dependência da exportação de matéria-prima bruta. A experiência da Costa do Marfim demonstra que, com incentivos fiscais adequados e investimentos em infraestrutura industrial, é possível expandir significativamente a capacidade de processamento interno, aumentar o valor agregado e gerar milhares de empregos qualificados. A industrialização da castanha permitiria à Guiné-Bissau ocupar um lugar mais vantajoso na cadeia global de valor, participando da comercialização de amêndoas, manteigas, óleos e subprodutos de maior rentabilidade.

A promoção da organização coletiva, por meio da criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores, é igualmente essencial para reduzir a vulnerabilidade dos agricultores frente aos intermediários. Modelos bem-sucedidos implementados em países como Senegal e Gana demonstram que a ação coletiva pode elevar em até 25% a renda dos pequenos produtores, facilitando o acesso ao crédito, à capacitação técnica e a mercados mais estáveis.

Do ponto de vista logístico, a requalificação do Porto de Bissau, aliada à construção de armazéns com controle climático, pode mitigar perdas pós-colheita e melhorar significativamente a qualidade do produto exportado. A ampliação e modernização das vias de transporte interno também são cruciais para reduzir os custos operacionais e aumentar a competitividade internacional da castanha guineense. Simultaneamente, a expansão do crédito rural subsidiado ajudaria a romper com as práticas informais de financiamento, diminuindo a dependência dos produtores em relação a intermediários que impõem condições desvantajosas.

A criação de uma autoridade reguladora autônoma, responsável por garantir preços mínimos, fiscalizar os fluxos comerciais e estabelecer padrões de qualidade, poderia corrigir distorções no mercado interno. A digitalização da cadeia produtiva, por meio de plataformas de rastreamento de preços e contratos em tempo real, fortaleceria a transparência nas transações e reduziria as assimetrias de informação.

A diversificação dos mercados consumidores — com ênfase em países da União Europeia e dos Estados Unidos — permitiria mitigar os riscos da excessiva dependência do mercado indiano, além de criar novas oportunidades para o reposicionamento estratégico da castanha de caju guineense. A adoção de certificações internacionais de qualidade, como selos de comércio justo e sustentabilidade, agregaria valor ao produto, aproximando-o de nichos dispostos a remunerar práticas éticas e ambientalmente responsáveis.

Essa transformação exige um pacto nacional entre o Estado, o setor privado, os organismos internacionais e as comunidades rurais. O governo deve exercer um papel de

liderança, formulando marcos regulatórios claros, promovendo políticas de longo prazo, subsidiando a criação de indústrias e garantindo investimentos em infraestrutura produtiva. O setor privado e os parceiros internacionais devem colaborar com tecnologia, capital e *know-how*. Por sua vez, os produtores precisam ser integrados de maneira efetiva por meio de políticas de inclusão produtiva, acesso ao crédito, assistência técnica e fortalecimento institucional.

A castanha de caju não deve ser concebida apenas como uma *commodity* agrícola, mas como um ativo estratégico de desenvolvimento, capaz de gerar valor, emprego, renda e soberania econômica. Sua reestruturação, pautada em modelos produtivos sustentáveis e inclusivos, pode impulsionar transformações profundas na estrutura econômica da Guiné-Bissau, promovendo segurança alimentar, coesão territorial, redução da pobreza e maior equidade social. Ao valorizar os saberes locais e potencializar o uso sustentável de seus recursos naturais, o país pode transformar as raízes do cajueiro em alicerces de um novo paradigma de crescimento, no qual os frutos da castanha beneficiem prioritariamente as comunidades que historicamente sustentam essa riqueza nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). *African Economic Outlook 2024: Driving Africa's Transformation – The Reform of the Global Financial Architecture*. Abidjan: African Development Bank, 2024.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). *Agricultural finance and infrastructure in Africa*. Abidjan: African Development Bank, 2020.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). *Digital agriculture transformation in West Africa*. Abidjan: African Development Bank, 2023.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). *Infrastructure development and industrialization in West Africa*. Abidjan: African Development Bank, 2021.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). *Institutional frameworks for agricultural regulation in Africa*. Abidjan: African Development Bank, 2021.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). *Trade integration as a pathway to resilience in Africa*. Abidjan: African Development Bank, 2022.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB); UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (OECD). *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*. Paris: OECD Publishing, 2017.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (BAFD). Relatório sobre políticas de industrialização inclusiva na África Ocidental. 2022.

AFRICAN UNION (AU). Agenda 2063: A África que queremos. 2015.

AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (AICEP). Ficha de Mercado: Guiné-Bissau. Lisboa: AICEP, 2024.

AMONA, Dingana Paulo Faia. Narrativas sobre a Guinendade: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS METALÚRGICAS E ELETROMECÂNICAS (ANEME). Estudo Guiné-Bissau. Lisboa: ANEME, 2018.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR (ANP). História da Guiné-Bissau. 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/GGTZP>. Acesso 10/05/2024.

ARAÚJO, Helmer. Um livro na rua: Guiné-Bissau. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Thesaurus Editora de Brasília, 2012.

ARVANITIS, Yannis; ROFFARELLO, Luca Monge; IE, Inacio. Perspetivas económicas em África: Guiné-Bissau 2017. Abidjan: African Development Bank, 2017.

AUGEL, Moema Parente. O desafio do escombros: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BALDÉ, Djariatu. Guiné-Bissau: o que se pode esperar da campanha do caju?. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794782>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAfD). Perspetivas Económicas em África 2022. Banco Africano de Desenvolvimento, 25-Maio-2022.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAfD). Avaliação do setor industrial na Guiné-Bissau: décadas de 1980-2000. Abidjan: BAfD, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Cotações e boletins. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BANCO CENTRAL DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (BCEAO). Relatório anual de comércio exterior 2023. Bissau: BCEAO, 2023.

BANCO MUNDIAL. Desenvolvimento rural e cadeias produtivas na Guiné-Bissau. Washington, DC: Banco Mundial, 2021.

BANCO MUNDIAL. Limitações econômicas do setor do caju na Guiné-Bissau: relatório de diagnóstico 1985. Washington, DC: Banco Mundial, 1985.

BANQUE CENTRALE DES ÉTATS DE L'AFRIQUE DE L'OUEST (BCEAO). Taux de change. Disponível em: <https://www.bceao.int/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BARBOSA, Jenny Dantas; BUARO, Monica. Micro e pequenas indústrias de Guiné-Bissau: contribuição na geração de emprego. Anais do VI Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Recife: 2010.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRY, Boubacar-Sid; CREPPY, Edward; WODON, *Quentin*. *Cashew production, taxation, and poverty in Guinea-Bissau*. Washington, DC: World Bank, 2007.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. Os golpes de estado na Guiné-Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

BRANCO, Carina. DSP contesta resultados em nome da “verdade democrática”. RFI/África, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Xx8s8>. Acesso 20/05/2024.

BUENO, José de França. Métodos quantitativos, qualitativos e mistos de pesquisa. [leitora] Maria Imaculada Cardoso Sampaio. - Brasília, DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/ UFRJ, 2018.

CABRAL, J. A comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau: desafios e oportunidades. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2017.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CARDOSO, Augusto. Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. 2010. 217.f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador/BA, 2010. <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7642>, Acesso 01/03/2024.

CASHEW MACHINERY. *Cashew Nut Producing Countries - Global Cashew Nuts Production*. 2024. Cashew Machinery. 2024. Disponível: <https://cashew-machine.org/cashew-nut-producing-countries/>. Acesso em 01/07/2024.

CASSAMÁ, Lassana. Guiné-Bissau: Presidente dissolve parlamento. VOA Português, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qFQnb>. Acesso em 20/05/2024.

CATARINO, L. Dualidade agrícola e industrialização na Guiné-Bissau: O caso do caju. Lisboa: Editora Agropecuária, 2015.

CATARINO, Luís; MENEZES, Yusuf; SARDINHA, Raul. *Cashew cultivation in Guinea-Bissau – risks and challenges of the success of a cash crop*. Scientia Agricola, v. 72, p. 459-467, 2015.

CATEIA, Júlio Vicente; EMAIL, Igor Castellano da Silva; ROHENKOHL, Júlio Eduardo. A mudança estrutural em Guiné-Bissau. Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97>. Acesso em 01/05/2024.

CATEIA, Júlio Vicente; VELOSO, Gilberto de Oliveira; FEISTEL, Paulo Ricardo. Determinantes das Exportações de Castanha de Caju da Guiné-Bissau (1986-2011): uma análise sob a ótica do modelo de gravidade de Bergstrand. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 56, Nº 04, p. 583-604, Out./Dez. 2018.

COMITÊ INTERESTADUAL PERMANENTE DE LUTA CONTRA A SECA NO SAHEL (CILSS). Redução de perdas no armazenamento de caju no Burkina Faso. 2021. Disponível em: <https://www.cilss.int/relatorios/caju>. Acesso em: 10 out. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE). Eleições Para Presidência da República 2019: Resultados Definitivos de 1ª Volta. CNE, Bissau, Guiné-Bissau, 2019a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IRY6h>. Acesso em 17/05/2024.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE). Eleições Para Presidência da República 2019: Resultados Definitivos de 2ª Volta. CNE, Bissau, Guiné-Bissau, 2019b. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IRY6h>. Acesso em 17/05/2024.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE). Eleições Legislativas de 04 de junho de 2023: apresentação dos resultados. 2023. Disponível em: <http://www.cne.gw/resultado-geral-legislativas-2023>. Acesso em: 17 maio 2024.

COMBA, Zidane N'denh. A Produção de Caju e o Seu Impacto na Economia e no Ambiente: caso Guiné-Bissau. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente) - Universidade de Porto, Porto, 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Castanha de Caju - Análise mensal. CONAB, Brasília, DF, 2023.

CORREIA, Germen Benjamim. Plano de Negócio para Cadeia Produtiva de Castanha de Caju Industrializada na Guiné-Bissau. 2017. 60.f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Departamento de Ciências Administrativa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

FUNDO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CHINA-PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPD Fund). Castanha de caju, pilar da economia da Guiné-Bissau. CPD Fund, 2023.

CRISOSTOMO, Lindbergue Araujo; TANIGUCHI, Carlos Alberto Kenji. Implantação e tratos culturais do pomar de cajueiro. In: Sistema de Produção do Caju. Embrapa, Versão Eletrônica 2ª edição, Jul/2016.

COMISSÃO SUB-REGIONAL DAS PESCAS (CSRP). Guiné-Bissau: contexto de pesca. Dakar, Senegal, 2016.

D`ALMEIDA, Marcelo Pedro. Implementação do Programa de Acção de Istambul na Guiné-Bissau - 2011 – 2020: Relatório Final. Bissau, Guiné-Bissau, 2020.

DJALÓ, Abdulai Sombille Desenvolvimento socioeconômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju. 2013. 122.f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 2013.

DJALÓ, Mamadu. Processo de ocupação da Guiné-Bissau: um olhar sociológico pela dominação. Revista Mosaico Social - Ano 3 - Dezembro - 2006. Número 3. Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-201.pdf>. Acesso em 01/03/2024.

DJAU, Suaibo. Análise do Controle das Finanças Públicas em Guiné-Bissau no Período de 1988 - 2018. 2021.75.f. Monografia (Bacharel em Administração Pública) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção/CE, 2021.

DADOSMUNDIAIS.COM (DM). Indicadores da economia na Guiné-Bissau. DM, (Online), 2024. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/economia.php>, Acesso em 10/03/2024.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). Cadernos metodológicos: diretrizes da metodologia científica. 5. ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.

DRAFT. O Caju da Guiné-Bissau. (Análise da fileira). Bissau, Março de 2004.

DW - CNE Valida Resultados das Presidenciais na Guiné-Bissau. 2020. Lusa, DW, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4Ys7J>. Acesso em 20/05/2024.

DW. Guiné-Bissau intensifica repressão à liberdade de imprensa. 11, Setembro/2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/guinea-bissau-escalates-crackdown-on-press-freedom/a-69896039>. Acesso em 12/09/2024.

EMBRAPA. Máquina pode abrir 200 castanhas de caju por minuto. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2005. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17988680/maquina-pode-abrir-200-castanhas-de-caju-por-minuto>. Acesso em: 4 maio 2025.

ENGERS, Maria Emília. Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação: Notas para Reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

EZEKWESILI, Obiageli K.; FETINI, Habib; BASSANI, Antonella; ENGLISH, Philip. Guiné-Bissau Para Além de Castanha de Caju: Diversificação através do comércio. World Bank, 2011.

FERNANDES, Aladino. A relação entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau. Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, 20(1), 104 - 120, 2021. <https://doi.org/10.5335/srph.v20i1.12082>. Acesso em 20/05/2024.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

FONTANA, Felipe; PEREIRA, Ana Carolina Torrente. Pesquisa Documental. In: Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências. Carlos Alberto de Oliveira Magalhães Júnior, Michel Corci Batista (Orgs.). – 2. ed. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Cashew nuts: production, trade and outlook*. Rome: FAO, 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The state of food and agriculture 2019: Moving forward on food loss and waste reduction*. Rome: FAO, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The state of food security and nutrition in the world*. Rome: FAO, 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Pedido de Desembolso ao Abrigo da Linha de Crédito Rápido – Relatório do Corpo Técnico: Relatório do FMI n.º 21/29. Washington, D.C.: FMI, 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Primeira Avaliação ao Abrigo da Facilidade de Crédito Alargado: Relatório do FMI n.º 23/206. Washington, D.C.: FMI, 2023.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Guiné-Bissau: segunda avaliação do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico. Washington, DC: FMI, 2022.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Relatório econômico anual: Guiné-Bissau (2022). Washington, DC.: FMI, 2022.

GENEAL. Guiné-Bissau: Mapa de Regiões. (Online), 2024. Disponível em: <https://geneall.net/pt/mapa/-306/guine-bissau/>. Acesso em 15/06/2024.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Bruno; SILVA, Natalino Neves da. Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada. Alfenas – MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022.

GUINÉ-BISSAU (GB). Implementação do Programa de Acção de Istambul na Guiné-Bissau: Relatório Final. Bissau, Guiné-Bissau, 2020.

GUINÉ-BISSAU. TERRA RANKA. Guiné-Bissau 2025 Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka”. Documento II: Relatório Final. Bissau, Março de 2015.

GUINÉ-BISSAU. Constituição da República da Guiné-Bissau. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996.

IÉ, Ivo Aloide. Língua e identidade cultural: um estudo onomástico em Antroponímia do grupo étnico papel da Guiné-Bissau. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 1, p.137-153, jan./jun. 2021.

IÉ, Nivaldo Casimiro. Sistema político de governação na Guiné-Bissau (1991-2019). 2019. 26.f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

IMPrensa NACIONAL, EMPRESA PÚBLICA (INACEP). Boletim Oficial - 3 Suplementos: Lista dos Candidatos Eleitos. Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, Bissau, Guiné-Bissau, Número 24, 2023. http://www.cne.gw/images/docs/BOLETIM_OFICIAL_2023.pdf. Acesso em 17/05/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Guiné-Bissau em número 2017. Bissau, Guiné-Bissau, Imprensa Nacional, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Projeção demográfica da Guiné-Bissau. Bissau, Guiné-Bissau, 2023. Disponível em: <https://www.stat-guinebissau.com/>. acesso em 25/05/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Recenseamento geral da população e habitação Guiné-Bissau: III RGPH/2009: Características socioculturais. Instituto Nacional de Estatística e Censos (Guinea-Bissau), Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional. INEI, Bissau, Guiné-Bissau, 2009.

INKSTICK. *How Guinea-Bissau's Political Crisis Could Boil Over*. Disponível em: 2024. <https://inkstickmedia.com/how-guinea-bissaus-political-crisis-could-boil-over/>. Acesso em 12/09/2024.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). *Rural development report 2021: Transforming food systems for rural prosperity*. Rome: IFAD, 2021.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). *Export potential assessment for Guinea-Bissau cashew sector*. Geneva: ITC, 2018.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). *Integração de pequenos produtores em cadeias globais de valor*. Geneva: ITC, 2021.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). *Cashew value chain development: unlocking potential for inclusive growth*. Genebra: ITC, 2021.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). *Relatório de comércio internacional de castanha de caju: Dados de 2023*. Genebra: ITC, 2023.

KELLEN, ZHENGZHOU HONGLE MACHINERY EQUIPMENT CO., LTD. *Cashew nut shelling machine*. 2025. Disponível em: <https://www.kellenmach.com/productslug/cashew-nut-shelling-machine/>. Acesso em: 4 maio 2025.

KUMAR, A. *Governança multissetorial e desenvolvimento rural: lições da Índia*. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MADE-IN-CHINA. *Cashew nuts shelling machine*. 2025. Disponível em: https://www.made-in-china.com/products-search/hot-china-products/Cashew_Nuts_Shelling_Machine.html. Acesso em: 2 maio 2025.

MARQUES, Walter Anatole. *Em Análise: Comércio Externo da Guiné-Bissau (2017-2021) e Portugal – Guiné-Bissau (2018-2022)*. Gabinete de Estratégia e Estudos, Alcochete, 2023.

MENDES, A. *Análise do setor da castanha de caju na Guiné-Bissau*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2010.

MENDES, Carlos. *Dinâmicas do comércio da castanha de caju na África Ocidental: o caso da Guiné-Bissau*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2010.

MENDES, Henrique José. *Segurança Alimentar e a Produção de Caju na Guiné-Bissau*. 2010.121.f. Dissertação (Mestre em Engenharia Alimentar) - Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

MENDONÇA E MENDONÇA, Lilian Aldina Pereira. *Competitividade da Castanha-de-Caju no Mercado Internacional: comparação entre Guiné-Bissau e Brasil no período 2001 – 2016*. 2019. 119.f. Dissertação (Mestre em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural., Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MESQUITA, Antonio Lindemberg Martins. CRISÓSTOMO, Lindbergue Araújo. Insumos. Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/caju/pre-producao/insumos>. Acesso em 05/09/2024.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MF). Nota do Enquadramento Macroeconómico e Orçamental. Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos/Comité do Enquadramento Macroeconómico e Orçamental 2022, Bissau, Guiné-Bissau, 2020.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL (MEPIR). Plano Nacional de Desenvolvimento - 2020-2023. Bissau, Guiné-Bissau: MEPIR, 2020.

MINISTÉRIO DAS PESCAS (MP). Plano de Gestão dos Recursos Haliêuticos Para 2020. Centro de Investigação Pesqueira Aplicada - CIPA, Bissau, Guiné-Bissau, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINTEN, B. Infraestrutura logística e conectividade em zonas rurais: evidências de países em desenvolvimento. 2022.

MONTEIRO, Filipa et al. *Cashew as a high agricultural commodity in West Africa: Insights towards sustainable production in Guinea-Bissau*. Sustainability, v. 9, n. 9, p. 1666, 2017.

NAMONE, Dabana. Educação tradicional e moderna na Guiné-Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali. 2020. 248.f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, SP, 2020.

NGUYEN, T. Modernização agrícola e acesso a mercados: o caso do Vietnã. 2019.

NUNES, Emanuel Márcio; et. al; Arranjos produtivos em dinâmicas de Desenvolvimento Regional: a cadeia da cajucultura no Território Açu-Mossoró (RN). Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, 187-209, maio-agosto, 2018.

OECD. *Exports of coconuts, Brazil Nuts, and Cashews in Guinea-Bissau (2022)*. OECD, 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-product/coconuts-brazil-nuts-and-cashews/reporter/gnb>. Acesso em 13/09/2024.

OLIVEIRA E GABARRA, Larissa. FOCNA, Salomão Moreira. Carnaval do Ntuduru: diversidade cultural e identidade nacional. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 15, n. 29, p. 119-142, 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. -- Catalão: UFG, 2011.

ONU New. ONU aponta desafios do processo pós-eleitoral na Guiné-Bissau. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1704191>. Acesso em 20/05/2024.

ONU NEWS. Perspectiva global, reportagens humanas: Guiné-Bissau e FAO em parceria para salvar castanha de caju. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/Guiné\Bissau\2022>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Strengthening the cashew value chain in Guinea-Bissau*. Roma: FAO, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Data from database: World Development Indicators*. Last Updated: 06/28/2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). FAOSTAT: Produção de castanha de caju em casca. Roma: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Políticas agrárias na Guiné-Bissau pós-independência: Relatório técnico 1983. Roma: FAO, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Produtividade do caju na África Ocidental: Análise comparativa (2001). Roma: FAO, 2001.

OSSAGÔ, Ricardo de Carvalho. Política Externa da Guiné-Bissau; crises multidimensionais; rupturas constitucionais; e a questão das múltiplas pertenças identitárias na formação do estado/nação - o papel da ONU, CPLP, UA, CEDEAO para Guiné-Bissau. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI. Belo Horizonte: 2013..

POLITY. Guinea Bissau President Embalo says he will not run for a second term. 12 de Setembro, 2024. (2024). Disponível em: <https://m.polity.org.za/article/guinea-bissau-president-embalo-says-he-will-not-run-for-a-second-term-2024-09-12>. Acesso em 12/09/2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de desenvolvimento humano: enfrentando a pobreza multidimensional. Nova York: PNUD, 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2019. Nova York: PNUD, 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2019>. Acesso em 10/03/2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Projeto: Unidade de processamento de caju na Ilha de Bolama (1978). Nova Iorque: PNUD, 1978

SÁ, Vanilton Carlos; Martinez, Luciano. A Evolução das Constituições e as Instabilidades Políticas na República da Guiné-Bissau. Revista Direito UNIFACS - Debate Virtual - n. 278, 2023.

SALECHA, Amissão. Um debate sobre a democracia e os seus desafios na Guiné-Bissau. 2022. In: Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada. Bruno Gomes, Natalino Neves da Silva. – Alfenas – MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022.

SAMATE, Alfa Iaia Sidico. Análise da cadeia produtiva da castanha de caju com ênfase no beneficiamento e comercialização da amêndoa na Guiné-Bissau. 2018. 245.f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Recife, BR-PE, 2018.

SECA, Abdulai Ismail. A Expansão do Cultivo do Caju e Seus Impactos Ambientais e Econômicos na Guiné-Bissau. 2020. 114.f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus-Amazonas, 2020.

SIGA, Roydivickson Ywnas. Cenário Econômico da Produção de Castanha de Caju e Rizicultura na Guiné-Bissau. 2023.37.f. - (Trabalho de Conclusão de Curso) - Departamento da Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, 2023.

SIMI, Lucas Detogni; Saldanha, Carolina Belei. Cadeias produtivas. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

TÉ, Gualdino Afonso. Pescarias Industriais de Arrasto na plataforma continental da Guiné-Bissau. 2005. 96.f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) - Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2005.

TEMUDO, Marina Padrão; ABRANTES, Manuel. *The cashew sector in Guinea-Bissau: challenges and opportunities*. Journal of Agrarian Change, v. 15, n. 4, p. 564-585, 2015. DOI: 10.1111/joac.12120. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joac.12120>. Acesso em: 20 mar. 2025.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Guiné-Bissau. 2024. UNILAB, Redenção, CE, 2024. Disponível em: <https://unilab.edu.br/guineebissau-2/>. Acesso em 01/06/2024.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Commodities at a Glance: Special issue on cashew nuts. N°14*. Geneva: United Nations, 2021. Disponível em: <https://unctad.org/publication/commodities-glance-special-issue-cashew-nuts>. Acesso em 01/07/2024.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Economic development in Africa report: Industrialização inclusiva para uma transformação sustentável*. Geneva: United Nations, 2021.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). Políticas de modernização agrícola e competitividade global. 2019.

US. Guinea-Bissau HRR *Portuguese Translation*. U.S. Mission to Guinea-Bissau, 2022. Disponível em: <https://gw.usmission.gov/wp-content/uploads/sites/238/2022-Guinea-Bissau-HRR-Portuguese-translation-1.pdf>. Acesso em 20/05/2024.

USAID. Análise da cadeia de valor do caju na Guiné-Bissau: Relatório 2023. Washington, DC: USAID, 2023.

VOA Português. PAIGC reconhece resultado das presidenciais de dezembro de 2019. VOA Português, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cOOUf>. Acesso em 20/05/2024.

WELLE, Deutsche. Presidente da Guiné-Bissau dissolve o Parlamento. Lusa, DW, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/W81O7>. Acesso em 20/05/2024.

WIKIMEDIA.ORG. Mapa Geográfica e Administrativa da Guiné-Bissau. 2024. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/Un-guinea-bissau.png>. Acesso em 05/09/2024.

WORLD BANK (BANCO MUNDIAL). Relatório sobre crescimento inclusivo na África Ocidental: estratégias para redução da pobreza rural. Washington, D.C.: World Bank Group, 2023.

WORLD BANK (BANCO MUNDIAL). *Social protection and jobs responses to COVID-19: Lessons from low-income contexts*. Washington, D.C.: World Bank Group 2020.

WORLD BANK. *Guinea-Bissau economic update: Agribusiness and value chain development as drivers of growth and jobs*. Washington, D.C.: World Bank, 2020.

WORLD BANK. *Guinea-Bissau economic update: Strengthening resilience for inclusive growth*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2021.

WORLD BANK. *Guinea-Bissau: raising the potential of the cashew sector*. Washington, DC: World Bank, 2007.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *Saving Lives, Changing Lives: Guinea-Bissau*. 2024. Rome, RM, Italy: WFP, 2024. Disponível em: [<https://www.wfp.org/countries/guinea-bissau>]. Acesso em 10/03/2024.

WTEEx. *Top Cashews Exports & Imports by Country Plus Average Prices*. 2024. WTEEx, WorldsTopExports.com. 2024.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

ZYLBERSZTAJN, Decio. *Agribusiness systems analysis : origin, evolution and research 241 perspectives*. Revista de Administração, v. 52, n. 1, p. 114–117, 2017.

ZYLBERSZTAJN, Decio. *Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial*. In: *Economia-e-Gestão-dos-Negócios Agroalimentares*. PIONEIRA ed. São Paulo/USP: PENSA, 2000.

GLOSSÁRIO

Castanha de Caju *in natura*: A castanha de caju em seu estado bruto, não processada ou beneficiada localmente.

Cadeia de Valor: O conjunto de atividades que agregam valor a um produto, desde sua concepção até a entrega ao consumidor final. No contexto do caju, inclui produção, coleta, secagem, armazenamento, processamento, comercialização e exportação.

Beneficiamento: O processo de transformação da castanha de caju *in natura* em produtos de maior valor agregado, como amêndoas descascadas, óleo e subprodutos.

PIB (Produto Interno Bruto): A soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período.

Receitas de Exportação: O dinheiro obtido com a venda de bens e serviços para outros países.

Modelo Primário-Exportador: Uma estrutura econômica baseada principalmente na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas não processados.

Intermediários (*naga* ou compradores ambulantes): Agentes que compram a castanha de caju diretamente dos produtores rurais e a vendem para grossistas ou exportadores.

Escambo: Castanha por Arroz: Uma prática comercial informal onde a castanha de caju é trocada diretamente por arroz, muitas vezes em condições desiguais para o produtor.

Exclusão Financeira: A falta de acesso a serviços financeiros formais, como crédito rural e contas bancárias.

Preço-Base (ou Preço Oficial): Um preço mínimo estabelecido pelo governo para a comercialização da castanha de caju.

Governança: O conjunto de regras, processos e instituições pelos quais a autoridade é exercida em um setor ou organização.

Industrialização: O processo de desenvolvimento de indústrias em um país ou região, transformando matérias-primas em produtos manufaturados.

Valor Agregado: O aumento no valor de um produto em cada etapa da cadeia produtiva, geralmente através de processamento ou transformação.

Assimetrias de Poder: Desigualdades no poder de negociação entre os diferentes atores de uma cadeia produtiva.

Venda Antecipada da Safra (*forward selling*): Um mecanismo informal de financiamento onde o produtor vende sua safra futura a um intermediário antes da colheita, geralmente recebendo um preço inferior ao do mercado.

AGEX: Uma Associação que representa interesses dos exportadores de caju de na Guiné-Bissau.

ANAG: Uma associação que defende os direitos dos agricultores da Guiné-Bissau.

ANCA: Uma “agência reguladora” do setor do caju na Guiné-Bissau, responsável por promover e desenvolver a produção, o processamento e a comercialização da castanha de caju

Setor Primário: Inclui atividades como agricultura, pesca, pecuária e extração mineral.

Setor Secundário: Inclui atividades industriais e de transformação.

Setor Terciário: Inclui atividades de serviços, comércio e administração pública.

Instabilidade Política: A frequência de mudanças no governo ou a presença de conflitos internos que afetam a governabilidade e o desenvolvimento do país.

Infraestrutura Crítica: Inclui elementos essenciais como estradas, portos, armazéns e redes de energia, que são fundamentais para o funcionamento da economia.

APÊNDICES

APÊNDICE A: APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR E DA PESQUISA

TEMA DA PESQUISA:
DINÂMICAS COMERCIAIS DE CASTANHA DE CAJU EM GUINÉ-BISSAU:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
DO PAÍS

Apresentação do Pesquisador

Meu nome é Suaibo Djau, natural da Guiné-Bissau. Atualmente, sou estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), localizada em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Possuo Graduação em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e sou Especialista em Contabilidade, Controladoria e Auditoria pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE).

Objetivo Geral:

O presente trabalho tem como objetivo geral estudar as dinâmicas comerciais da castanha de caju em Guiné-Bissau, identificando os desafios enfrentados e as suas contribuições potenciais para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Objetivos Específicos:

Em conformidade com o objetivo geral, propõe-se como objetivos específicos:

1. Apresentar Guiné-Bissau e o panorama histórico e atual da castanha de caju no país.
2. Mapear os principais atores envolvidos na cadeia de valor da castanha de caju (desde os produtores rurais, intermediários, comerciantes, empresários até os exportadores) e compreender as dinâmicas comerciais estabelecidas entre eles.
3. Identificar os desafios no comércio da castanha de caju guineense.
4. Examinar as contribuições socioeconômicas da castanha de caju para o desenvolvimento do país.

Por meio desta pesquisa, buscaremos propor medidas e/ou estratégias políticas para enfrentar os desafios identificados, a fim de contribuir para o desenvolvimento e o crescimento socioeconômico sustentável da Guiné-Bissau.

APÊNDICE B: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE**1. Nome do Participante:**

2. Sexo:

- Masculino
 Feminino

3. Idade:

_____ Anos

4. Ocupação:

- Camponês/Agricultor/Produtor
 Comerciante/Intermediário
 Empresário/Exportador
 Servidor Público/Autoridade Governamental
 Representante de ONG/Organização da Sociedade Civil
 Acadêmico
 Político
 Outro: _____

5. Localidade (aldeia, cidade, setor):

6. Contato (opcional)

Telefone: _____

E-mail: _____

APÊNDICE C: TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CONSENTIMENTO

Eu, abaixo assinado(a), autorizo minha participação na pesquisa intitulada **Dinâmicas Comerciais de Castanha de Caju em Guiné-Bissau: Contribuições e Desafios para o Desenvolvimento Socioeconômico do País**, conduzida por Suaibo Djau, estudante de Mestrado em Economia da UNILA, e/ou por terceiros delegados por ele para realizar esta pesquisa, sob a orientação do Professor Dr. Valdemar João Wesz Júnior.

Declaro estar ciente de que:

1. Minha participação é voluntária, e posso desistir a qualquer momento sem qualquer penalidade ou prejuízo.
2. As informações fornecidas durante a entrevista serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.
3. A confidencialidade será garantida, e minha identidade não será revelada em nenhum momento, salvo autorização expressa.
4. A pesquisa será conduzida com respeito aos princípios éticos, garantindo minha integridade física, moral e cultural.
5. Posso solicitar esclarecimentos ou acesso às informações da pesquisa a qualquer momento.

Autorizo também, conforme minha escolha abaixo, a divulgação das informações fornecidas:

- De forma anônima, sem identificação pessoal.
 Com identificação pessoal (nome, cargo, etc.), conforme explicado pelo pesquisador.

Declaro ter lido e compreendido os termos acima e concordo em participar desta pesquisa.

Local e Data:

Nome do Participante (legível):

Assinatura do Participante:

Nome do Pesquisador Principal: Suaibo Djau

E-mail: jsdjau@gmail.com

Telefone: +55 (46) 98800-2801

Nome do Orientador: Dr. Valdemar João Wesz Júnior

Nome do Pesquisador Delegado (Amadu Djau/Carlitos Americano Regna):

Assinatura do Pesquisador Principal:

Assinatura do Pesquisador Delegado (se aplicável):

APÊNDICE D: ORIENTAÇÕES GERAIS DAS ENTREVISTAS NA REGIÃO DE BAFATÁ

Relação das Entrevistas na Região de Bafatá

Na Região de Bafatá, serão entrevistadas 36 pessoas, incluindo camponeses, agricultores ou produtores, comerciantes ou intermediários, empresários, servidores públicos, associações, sociedade civil, políticos e acadêmicos.

As entrevistas serão realizadas em seis (6) setores administrativos que compõem a Região de Bafatá, que são setores de Bafatá, Cosse, Bambadinca, Xitole, Contuboel e Ganadu.

As perguntas serão semiestruturadas e abertas, direcionadas a pessoas diretamente envolvidas no tema da pesquisa.

As entrevistas serão conduzidas nos idiomas português e crioulo (ou línguas étnicas locais), com o objetivo de facilitar a comunicação e garantir a compreensão das questões pelos entrevistados.

Para fins de análise, as entrevistas serão gravadas, transcritas para o idioma português e posteriormente examinadas pelo acadêmico/pesquisador responsável.

A divisão das entrevistas por setor será feita conforme orientada na tabela abaixo.

Tabela de Localidades e Representatividade

Localidade/ Setor	Total de Pessoas	Camponês/ Agricultor/ Produtor	Servidor Público	Comerciante/ Intermediário	Empresário	Sociedade Civil
Bafatá	6	2	1	1	1	1
Cossé	6	2	1	1	1	1
Bambadinca	6	2	1	1	1	1
Xitole	6	2	1	1	1	1
Contuboel	6	2	1	1	1	1
Ganadú	6	2	1	1	1	1
Totais(Região)	36	12	6	6	6	6

APÊNDICE E: ORIENTAÇÕES GERAIS DAS ENTREVISTAS EM BISSAU

Relação das Entrevistas no Setor Autónomo de Bissau (SAB)

No Setor Autónomo de Bissau (SAB), serão entrevistadas 24 pessoas, divididas da seguinte forma:

- 5 Camponês, Agricultores ou Produtores
- 4 Comerciantes/Intermediários
- 2 Empresários/Exportadores
- 6 Servidores Públicos de órgãos superiores do governo, distribuídos entre:
 - Ministério de Economia: 1
 - Ministério de Finanças: 1
 - Ministério de Comércio: 1
 - Ministério de Agricultura: 1
 - Secretaria do Estado de Comércio Exterior: 1
 - Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidades: 1
- 1 Membro da Associação Nacional de Agricultores (ANAG)
- 2 Políticos
- 2 Acadêmicos
- 2 Representantes da Sociedade Civil

As entrevistas serão conduzidas nos idiomas português e crioulo (ou línguas étnicas locais), a fim de facilitar a comunicação e garantir que os entrevistados compreendam plenamente as questões.

Para fins de análise, as entrevistas serão gravadas, transcritas para o idioma português e posteriormente examinadas pelo pesquisador responsável.

A tabela abaixo resume a relação das entrevistas no Setor Autónomo de Bissau (SAB).

Tabela de Localidades e Representatividade

Localidade	Total de Pessoas	Camponês/ Agricultor/ Produtor	Comerciante/ Intermediário	Empresário/ Exportador	Servidor Público	Associação (ANAG)	Político	Acadêmico	Sociedade Civil
SAB	24	5	4	2	6	1	2	2	2

APÊNDICE F: QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS GERAIS E ESPECÍFICAS

Relação das perguntas para grupos de pesquisa

Grupos pesquisados	Perguntas
Perguntas gerais (comuns) para todos grupos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fale sobre a sua trajetória de vida/profissional e como ela se conecta com o tema da castanha de caju. 2. Na sua opinião, qual a importância da castanha de caju para Guiné-Bissau? 3. Na sua opinião, quais são os maiores desafios que a cadeia de valor da castanha de caju enfrenta na Guiné-Bissau? 4. Que iniciativas são necessárias para enfrentar esses desafios? 5. Como você enxerga o papel dos atores públicos, privados e da sociedade civil no apoio ao setor da castanha de caju na Guiné-Bissau?
Para Camponeses, Agricultores, Produtores	<ol style="list-style-type: none"> 6. Porque você produz castanha de caju? Desde quando está envolvido com a atividade? Qual a área e a produção da última colheita? 7. Quais são os principais desafios que você enfrenta na produção e no comércio da castanha de caju? 8. Comente sobre a venda da castanha de caju (para quem vende, quando, onde, em que condições, definição de preço, etc.). 9. Você recebe algum tipo de apoio ou subsídio do governo no tema da produção ou da comercialização? 10. Quais são as suas perspectivas futuras sobre a castanha do caju? Pretende seguir como está? Pretende mudar algo?
Para Comerciantes/ Intermediários:	<ol style="list-style-type: none"> 6. Desde quando está envolvido com a atividade? De quem você compra a castanha de caju? Qual a quantidade adquirida na última colheita? Como se define o preço? 7. Como você avalia o relacionamento entre produtores rurais e comerciantes na cadeia de valor? 8. Comente sobre a venda da castanha de caju (para quem vende, quando, onde, em que condições, definição de preço, etc.). 9. Como você avalia o relacionamento entre comerciantes e exportadores na cadeia de valor? 10. Quais são as suas perspectivas futuras sobre a castanha do caju? Pretende seguir como está? Pretende mudar algo?
Para Exportadores	<ol style="list-style-type: none"> 6. Quais mercados internacionais têm maior demanda pela castanha de caju da Guiné-Bissau? 7. Quais são os principais custos associados ao processo de exportação? 8. Como as flutuações cambiais afetam seus contratos de exportação? 9. Como você lida com as regulamentações internacionais que afetam as exportações de castanha de caju? 10. Quais são as principais dificuldades que você encontra ao cumprir os requisitos de certificação internacional?
Para Autoridades Governamentais	<ol style="list-style-type: none"> 6. Quais políticas estão atualmente em vigor para apoiar o setor da castanha de caju? 7. Como o governo está trabalhando para apoiar e fortalecer a produção e os agricultores? 8. O Estado oferece incentivos fiscais para a exportação de castanha de caju? 9. Quais medidas estão sendo tomadas para melhorar a qualidade do produto exportado? 10. De que forma o governo está incentivando a industrialização local da castanha de caju?
Para ONGs Privadas/Sociedade Civil, Acadêmicos, Políticos	<ol style="list-style-type: none"> 6. Qual é o papel da sua organização na cadeia de valor da castanha de caju? 7. Como você avalia a eficácia das suas intervenções na cadeia de valor da castanha de caju? 8. Quais medidas sua organização sugere para melhorar a competitividade da castanha de caju da Guiné-Bissau no mercado global? 9. Como as parcerias público-privadas podem fortalecer a indústria da castanha de caju? 10. Quais ações sua organização considera prioritárias para que a castanha de caju contribua com o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país?

APÊNDICE G: QUESTIONÁRIO - TRADUÇÃO PARA CRIOULO

Perguntas pa Campunês, Agrikultor, Prudutor

1. Fala di bu bida ó di bu trabadju (purfison), i kuma ki sta ligadu ki kiston di kadju.
2. Na bu opinion, kal ki importancia di kadju pa Guiné-Bissau?
3. Na bu opinion, kal ki disafius mas grandis ki “*cadeia de valor*” (labur, purduson, kudji, seka, bindi, etc.) di kadju tene ó ta pasa na Guiné-Bissau?
4. Kal ki iniciativas ki bu pensa ki dibidi tomadu pa infrenta es desafius?
5. Kuma ki bu ta odja papel di atores públicus, privadus ku sociedadadi sivil na djuda/apoio di setor di kadju na Guiné-Bissau?
6. Pabia di ké ki pui bu ta planta kadju? I faci dja kantu tempu ki bu ta fasi es trabadju? Kal ki aria i kuantia ki bu planta na ultima kampanha de kadju?
7. Kal ki maioris desafius ki bu sta inkontra na plantason ku na komérsiu di kadju?
8. Fala di bindi di kadju (pa kin ki bu ta bindi, kal tempu ki bu ta bindi, unde ki bu ta bindi, na kal kondision, i kuma ki bo ta defini preço)?
9. Bu ta risibi algun apoio ó subsídiu di governu na purduson ó na komérsiu di kadju? 10. Kuma ki bu sta na pensa pa futuru di kadju? Bu ka muda nada ó bu teni planus di fasi kusa diferenti (ó di muda algun kusa)?

Perguntas pa Komerciantis/Intermediárius

1. Fala di bu bida ó di bu trabadju, i kuma ki sta ligadu ki kiston di Kadju.
2. Na bu opinion, kal ki importância di kadju pa Guiné-Bissau?
3. Na bu opinion, kal ki disafius mas grandis ki “*cadeia de valor*” (labur, purduson, kudji, seka, bindi, etc.) di kadju tene ó ta pasa na Guiné-Bissau?
4. Kal ki iniciativas ki bu pensa ki dibidi tomadu pa infrenta es desafius?
5. Kuma ki bu ta odja papel di atores públicus, privadus ku sociedadadi sivil na djuda/apoio di setor di kadju na Guiné-Bissau?
6. I faci dja katu tempu ki bu ta trabadja ó ki bu ta kumpra kadju? Di kin ki bu ta kumpra kadju? Kal ki kuantia ki bu kumpra na ultimu kapanha di kadju? Kuma ki bo ta defini preço?
7. Kuma ki bu ta avalia relasión ki existi entri purdutores rurais ki komerciantes na “*cadeia de valor*” (purduson, labur, cudji, seka, bindi, etc.) di kadju?
8. Fala di bindi di kadju (pa kin ki bu ta bindi, kal tempu ki bu ta bindi, unde ki buta bindi, na kal kondision, i kuma ki bo ta defini preço)?
9. Kuma ki bu ta avalia relasión ki existi entri komerciantes ki exportadores na “*cadeia de valor*”? 10. Kuma ki bu sta na pensa pa futuru di kadju? Bu ka muda nada ó bu teni planus di fasi kusa diferenti (ó di muda algun kusa)?

Perguntas pa Impresariu/Exportador

1. Fala di bu bida ó di bu trabadju, i kuma ki sta ligadu ki kiston di kadju.
2. Na bu opinion, kal ki importância di kadju pa Guiné-Bissau?
3. Na bu opinion, kal ki disafius mas grandis ki “*cadeia de valor*” (purduson, labur, kudji, seka, bindi, etc.) di kadju tene ó ta pasa na Guiné-Bissau?
4. Kal ki iniciativas ki bu pensa ki dibidi tomadu pa infrenta es desafius?
5. Kuma ki bu ta odja papel di atores públicus, privadus ku sociedadadi sivil na djuda/apoio di setor di kadju na Guiné-Bissau?

6. Kal ki mercadus internacionais ki mas ta purkura (ó kumpra) kadju di Guiné-Bissau? 7. Kal ki principais kustus ki sta ligadu ku pusesu di exportason di kadju?
8. Kuma ki fluktuason (mudansa ó variason) di kambiu (toroka ó trasason) ta afeta kontratus di exportason? 9. Kuma ki bu ta lida ku regulamentasons internacionais ki sta ligadu ku exportason di kadju? 10. Kal ki maiores difikuldadis ki bu ta inkontra (ataravesa) pa kunpri ki rekisitus di certificason internacional?

Perguntas pa Autoridadi di Governu

1. Fala di bu bida ó di bu trabadju, i kuma ki sta ligadu ki kiston di cadju.
2. Na bu opinion, kal ki importância di kadju pa Guiné-Bissau?
3. Na bu opinion, kal ki disafius mas grandis ki “*cadeia de valor*” (purduson, labur, kudji, seka, bindi, etc.) di kadju tene ó ta pasa na Guiné-Bissau?
4. Kal ki iniciativas ki bu pensa ki dibidi tomadu pa infrenta es desafius?
5. Kuma ki bu ta odja papel di atores públicos, privadus ku sociedadadi sivil na djuda/apoio di setor di kadju na Guiné-Bissau?
6. Kal ki política (di governu) ki sta dja na vigor (aplikadu) pa apoio setor di kadju?
7. Kuma governu sta na trabadja pa apoia i fortaleci purduson i ku produtores rurais? 8. Estadu ta ofereci (da) algun insentivu fiskal pa exportason di kadju?
9. Kal ki medidas ki governu sta na toma (adota) pa mindjoria kualidadi di purdutu ki ta exportadu? 10. Kuma ki governu sta ta incentivá industrializason lokal di kadju?

Perguntas pa ONGs, Sociedadadi Civil, Akademikus, Pulitikus

1. Fala di bu bida ó di bu trabadju, i kuma ki sta ligadu ki kiston di cadju.
2. Na bu opinion, kal ki importância di kadju pa Guiné-Bissau?
3. Na bu opinion, kal ki disafius mas grandis ki “*cadeia de valor*” (purduson, labur, kudji, seka, bindi, etc.) di kadju tene ó ta pasa na Guiné-Bissau?
4. Kal ki iniciativas ki bu pensa ki dibidi tomadu pa infrenta es desafius?
5. Kuma ki bu ta odja papel di atores públicos, privadus ku sociedadadi sivil na djuda/apoio di setor di kadju na Guiné-Bissau?
6. Kal ki papel di bu organizason na “*cadeia de valor*” (purduson, labur, kudji, seka, bindi, etc.) di kadju? 7. Kuma ki bu ta avalia efikácia (disinpenhu) di trabadju di bu organizason na “*cadeia de valor*” (purduson, labur, kudji, seka, bindi, etc.) di kadju?
8. Kal ki mididas ki bu (ó bu organizason) ta sujeri pa mindjoria kompetitividadi (konkorensia) di kadju di Guiné-Bissau na mercadu global?
9. Kuma ki parcerias públiku-privadus pudi fortaleci (ó reforsa, fortifika, potenciaza) indústria (ó purduson) di kadju?
10. Kal ki aksons prioritárias (ki dibidi priorizadu) ki bu organizason ta pensa (sugeri) pa kadju pudi kontribuí ku desenvolvimentu sustentavel di país?